

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 03 DE JULHO DE 2009

NÚMERO 6.056

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

**PARTIDO COMUNISTA DO
BRASIL**
Líder: Angela Albino

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Herneus de Nadal
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Herneus de Nadal
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida
Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.aleesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2056
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 52 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 053ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 01/07/2009.....2
Ata da 024ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 01/07/200915
Ata da 025ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 01/07/200916
Ata da 054ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 02/07/2009...21

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria32
Atas das Comissões
Permanentes32
Extrato35
Fórum35
Ofícios36
Portarias38
Projeto de Lei Complementar
.....42

PLENÁRIO

ATA DA 053ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Angela Albino - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darcil de Matos - Décio Goes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - José Paulo Serafim - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Uczai - Plínio de Castro - Professor Grandó - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Fala da honra em assumir uma cadeira nesta Casa.

Breves Comunicações

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Mostra preocupação com o caos na Grande Florianópolis; discorre sobre normas para as próximas eleições.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pede mais ação por parte do governo do estado, na área da segurança pública, principalmente no município de Navegantes.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Comemora os 21 anos de existência do PSDB.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Fala sobre a chegada nesta casa do projeto de lei referente ao plano de carreira dos policiais civis; pede a continuidade da universidade pública e gratuita de São José.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Agradece a presença dos vereadores mirins de Blumenau e cita alguns projetos de lei de autoria desses vereadores.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Faz uma manifestação sobre o Código Ambiental do estado de Santa Catarina.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Parabeniza a instituição não-governamental, o CIEE de Santa Catarina; fala sobre o Fórum Parlamentar Catarinense, que trata das questões de demarcação de terras indígenas; elogia a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, de Santa Catarina.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Comunica que irá apresentar um projeto de resolução para que o teto de insalubridade dos funcionários da Aleesc seja compatível com a legislação vigente no estado.

DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Mostra preocupação com as empresas públicas de Santa Catarina, a Casan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente e nobres deputados, gostaria de anunciar, com muita honra, a presença do presidente da Câmara de Vereadores Francisco Carlos Schiessl, de Bela Vista do Toldo, acompanhado do advogado Gliński e do Tavares.

Muito obrigado pela presença!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, a Presidência registra a presença de todas as pessoas anunciadas pelo deputado Antônio Aguiar.

Aproveito também para fazer, com muita honra, o registro da presença dos vereadores mirins de Blumenau, que se encontram agora no Plenário. Já tive o

privilégio de recebê-los no meu gabinete, acompanhados do deputado Giancarlo Tomelin e da coordenadora sra. Elizete Maria Passold.

Sintam-se bem entre nós, na certeza de que depois ainda vou conversar com o presidente da câmara de vereadores mirins, quero cumprimentar todos, agradecendo a presença de vocês.

Senhores e senhoras, inicio esta sessão lendo os seguintes atos de mesa:

(Passa a ler)

"ATO DA MESA N. 032-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão João Girardi, 2º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, enquanto durar o afastamento do titular, Deputado Pedro Uczai, em licença para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 1º de julho de 2009.

Deputado Jorginho Mello
Presidente" [sic]

Com a desistência, por escrito, do João Girardi, que hoje é prefeito do município de Concórdia.

(Passa a ler)

"ATO DA MESA N. 033-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONVOCA o cidadão Vânio dos Santos, 4º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 2º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Pedro Uczai.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 1º de julho de 2009

Deputado Jorginho Mello
Presidente" [sic]

Também com a desistência por escrito do deputado Vânio dos Santos, a Mesa Diretora faz saber:

"ATO DA MESA Nº 034-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONVOCA o cidadão Dionei Walter da Silva, 5º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 4º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Pedro Uczai.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 1º de julho de 2009.

Deputado Jorginho Mello
Presidente" [sic]

Convido o sr. deputado Dionei Walter da Silva para prestar juramento.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, srs. deputados.

(Passa a ler.)

"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do estado de Santa Catarina, observar as leis desempenhando leal e sinceramente o mandato que me foi outorgado pelo povo catarinense".[sic]

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Convido o sr. deputado Dionei Walter da Silva para assinar o termo de posse.

(Procede-se à assinatura do termo de posse.)

Declaro empossado o deputado Dionei Walter da Silva e o convido a fazer uso da palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Deputado Jorginho Mello, presidente desta Casa, é uma honra poder assumir esta cadeira, sob a Presidência de v.exa. que acalentou esse sonho por bastante tempo e que merecidamente hoje preside esta Casa. Srs. deputados e sras. deputadas Professora Odete de Jesus e Angela Albino, funcionários desta Casa, inicialmente quero falar do agradecimento que tenho à sociedade que nos conferiu a votação para sermos suplentes do PT e na frente, englobando também o PC do B.

Quero falar também do orgulho de poder fazer parte dessa bancada que teve a sensibilidade de fazer esse rodízio, permitindo aos parlamentares, tanto a mim que já tive essa experiência por quatro anos, quanto também a deputada Angela Albino, que aqui está pela primeira vez, podendo sentir o que é e o que faz um deputado estadual, possibilitando, assim, poder ir para a próxima campanha com mais preferência.

Quero dizer que vim para somar ao trabalho que aqui está sendo feito e para trazer uma série de compromissos de campanha e de solicitações em especial da região de Jaraguá do Sul, a qual pertence, onde escolhi morar. Dizem que a cidade onde se nasce é a mãe que escolhe, mas a cidade em que se quer morar, construir a vida, somos nós que escolhemos, buscando melhores condições.

Gostaria de cumprimentar em especial o deputado Pedro Uczai, que saiu para que eu pudesse assumir nesse período de dois meses e toda a sua equipe que está aqui presente: o chefe de gabinete, José Roberto Paludo e todo o pessoal que, a partir de hoje, estará trabalhando, então, no nosso mandato. E nós, pelo acordo, estaremos respeitando a sequência, a rotina dos trabalhos, mudando, digamos assim, um pouco o foco de Chapecó para Jaraguá do Sul, mas estaremos debatendo e discutindo todos os temas relevantes e sempre pensando no melhor para Santa Catarina.

Ao atender essa convocação nós nos preparamos para assumir nesse período, fazendo um planejamento de trabalhos. Durante o decorrer desta semana nós estaremos apresentando proposições, discussões, debates e audiências, no intuito - e sempre foi o meu compromisso - de debater as questões antes de fazermos as deliberações.

Nós somos representantes de uma sociedade que cada vez mais clama pela participação direta, e nós mesmos, nesta democracia representativa, precisamos ser esse canal, deputado Décio Góes, haja vista ter sido autor da lei que criou aqui na Assembleia Legislativa a comissão de Legislação Participativa, apoiada por todos os deputados, que hoje é uma realidade, facilitando o acesso da sociedade catarinense diretamente ao processo legislativo.

Já marquei, até pela rapidez da posse, para terça-feira que vem, com os amigos, com os correligionários, com quem defende este mandato, para estar aqui presente, a partir das 15h, para fazermos então um ato solene, um ato de posse, digamos assim, com os apoiadores.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Quero, em nome da bancada, dar boas-vindas a v.exa. e dizer que o recebemos com muita alegria. Já estivemos juntos hoje na reunião do almoço e tenho certeza de que a sua experiência de parlamentar, de sua vida profissional e política vai nos enriquecer muito, contribuindo para o enriquecimento da nossa bancada.

Então, estamos aqui fazendo a nossa saudação, dando as boas-vindas e também para dizer que o nosso gabinete está à disposição naquilo que for necessário para algum tipo de parceria.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Nobre deputado, em nome da liderança do PMDB, gostaria de desejar boas-vindas a v.exa., uma vez que sua competência já foi comprovada em mandatos anteriores nesta Casa.

Gostaríamos de recebê-lo de braços abertos e dizer à comunidade de Jaraguá do Sul e região que realmente hoje o município tem um representante. E como Carlos Chiodini também já representou Jaraguá do Sul como suplente, acho que gradativamente aquele município volta ao cenário do estado de Santa Catarina com seu representante que, sem dúvida nenhuma, vai mostrar trabalho à comunidade.

Parabéns pela sua posse!

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Em nome do PPS gostaria de parabenizar v.exa. e a coligação pela oportunidade de Jaraguá do Sul ter o seu representante.

Tenho certeza de que não importa o tempo ou o período que v.exa. ficará nesta Casa, mas o conteúdo que irá trabalhar nesses dois meses, apresentando projetos importantes para aquela região e para o nosso estado.

O Sr. Deputado José Paulo Serafim - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado José Paulo Serafim - Será um prazer, neste pequeno espaço de tempo que estarei nesta Casa, poder estar novamente com v.exa., pois já tive o prazer de conviver com o senhor neste Parlamento e sei o quanto foi importante sua participação naquele momento.

Então, quero desejar boas-vindas a v.exa. neste período e dizer do prazer que estamos sentindo em poder estarmos juntos novamente nesses dois meses.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Permita-me uma confissão aqui: em 2006, quando veio o resultado da eleição, todo mundo ficou triste ao saber que v.exa. não tinha sido eleito, porque todos sabem do grande mandato que fez nesta Casa. Tenho certeza de que esses dois meses também serão muito importantes para todos nós.

Quero dizer, em nome do PCdoB, que nós consideramos o seu mandato um mandato fraterno e batalhador da causa do povo brasileiro. E para esta deputada será uma grande honra nesses dois meses que estarei aqui - e tive uma sorte gigante - poder dividir esse tempo com v.exa.

Em meu nome e em nome do PCdoB, na qualidade de vice-presidente estadual, quero fazer esta saudação fraterna e política, desejando um grande momento. Quiçá 2010 traga v.exa. para esta Casa, não só porque merece, mas porque o povo catarinense o merece aqui.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Quero cumprimentá-lo pelo seu retorno. V.Exa. foi candidato a prefeito em Jaraguá do Sul e tenho certeza de que será um deputado bem sucedido.

V.Exa. implantou a comissão de Legislação Participativa, que hoje estou presidindo. Nós temos muito a agradecer a v.exa. e sabemos que virá para nos ajudar e trazer inovação para este Parlamento.

A vinda de v.exa. é muito importante, assim como a da deputada Angela Albino, esta figura maravilhosa, para quem sempre torci para que estivesse aqui conosco. Deus certamente vai abençoá-la para que permaneça aqui, assim como o deputado José Paulo Serafim, do sul, e os outros colegas que estão vindo para cá.

Este Parlamento só tem a ganhar, deputado Jorginho Mello, com a inovação, com a vinda do deputado Dionei Walter de Souza. Conte conosco e tenho certeza de que suas experiências vão nos ajudar muito.

Meus parabéns!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Nobre deputado, desejo cumprimentá-lo pela posse neste Poder.

Para nós é uma honra, uma satisfação poder conviver na condição de colega, de deputado neste período e, quiçá, no futuro, possamos ter ainda mais oportunidade de conviver nesta Casa, lutando pelos interesses dos trabalhadores de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Agradeço o aparte, nobre deputado.

Desejo, também, agradecer a presença da direção da Associação dos Bombeiros Voluntários do Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Nobre deputado, parabenizamos v.exa. pelo seu trabalho. E como líder da nossa bancada fico feliz em ver os nossos suplentes assumirem. É a primeira vez na história que o nosso partido também faz rodízio, dando oportunidade aos nossos colegas de assumirem.

Fico feliz em ver v.exa. aqui e desejo um bom trabalho nesses dois meses. Com certeza, depois irá continuar a sua tarefa enquanto liderança da região norte do estado.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Agradeço as manifestações de carinho dos srs. deputados.

Quero dizer que não perdemos a característica de divergir nas ideias, de debater firmemente sobre aquilo que acreditamos, mas sempre respeitando o ser humano. Estive aqui durante quatro anos e não tive nenhum atrito de ordem pessoal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Caro deputado, cumprimento v.exa. e, com certeza, nesses 60 dias sei que v.exa. contribuirá muito com o Parlamento.

A Presidência registra a presença do vereador Ricardo Campestrini, de Pomerode; do presidente Milton Konell e dos demais integrantes da Associação dos Produtores de Alimentos Artesanais de Pomerode.

Muito obrigado pela presença de todos. Sintam-se bem nesta Casa.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente e srs. deputados, amigos que nos acompanham, imprensa escrita, falada e televisada, nossas taquígrafas e visitantes, hoje temos vários assuntos para falar.

Em primeiro lugar reforço aqui a manifestação que fiz ontem a respeito da baderna que paira sobre a Grande Florianópolis, porque a população quer trabalhar e não tem condições. Atrasamo-nos hoje porque o trânsito está terrível. As pessoas precisam chegar aos seus ambientes de trabalho e não conseguem.

Por isso é necessário que os prefeitos assinem imediatamente, que parem com suas ocupações e façam isso. A população não pode gemer por erro do comandante, por aquele que tem a chave da cidade. Então, chamo a atenção de todos os prefeitos da Grande Florianópolis: por favor, parem com seus afazeres e assinem os papéis para que tudo volte à normalidade. A população não pode gemer, não pode mais sofrer. Esta é a minha manifestação.

Sr. presidente, eu estou acompanhando no Congresso Nacional a tramitação da Lei n. 5.498/2009, que altera a Lei n. 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, e a Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.

Como eu sou integrante de uma agremiação partidária, trouxe hoje algumas normativas desta lei que está tramitando, que hoje à tarde provavelmente será aprovada.

Nós sabemos que a maioria das bancadas maiores já assinou essa lei, como o PMDB, o PSDB, o PT, o DEM, o PR, o PP, o PDT, o PV, o PCdoB, o PPS, o PSC, o PMN, o PTC, a Coordenadoria feminina também e o líder do PCdoB. Eu tenho todas as assinaturas aqui.

(Passa a ler.)

"Contrariando as regras atuais, pelo novo projeto as despesas geradas pelos partidos ou candidatos só poderão ser cobradas da esfera partidária correspondente.

Antes, se cobrava da esfera imediatamente superior.

A suspensão do repasse do fundo partidário por desaprovção de contas agora possuirá graduação de um mês até um ano. Poderá ainda ser descontado do próprio repasse a quantia dita irregular ou motivo de desaprovção.

Nos registros das candidaturas às eleições, os candidatos a prefeito, governador e presidente da República deverão apresentar as propostas por si definidas". Essas seriam as propostas de campanha.

"Os candidatos que pagarem as multas eleitorais ou tiverem deferido o parcelamento antes do registro da candidatura obterão quitação eleitoral.

A Justiça Eleitoral enviará aos partidos políticos, até o dia 5 de junho do ano da eleição, a relação dos devedores de multa eleitoral.

Poderá ser feita doação a candidato via internet, mediante recibo em formulário eletrônico, ficando dispensada a assinatura do doador no recibo.

Erros ou fraudes cometidos pelo doador não prejudicarão as contas do candidato.

Pequenos erros formais ou materiais não desaprovção as contas.

Multa por propaganda irregular, com conhecimento do candidato, será de R\$ 10.000,00 a R\$ 30.000,00.

Candidato a senador deverá indicar os nomes dos suplentes.

Na propaganda de rua volta a ser permitida a utilização de caveletes, bonecos, cartazes e pequenas bases para distribuição de material, entre às 6h e 22h.

A colocação de placas e cartazes em locais residenciais não poderá ser paga, deverá ser espontânea".

Aquelas placas que outrora nós pagávamos, deputado José Natal, para deixar a nossa foto linda e maravilhosa para os eleitores verem, hoje não precisamos mais pagar, é espontânea e gratuita.

(Continua lendo.)

"Até o dia anterior às eleições poderá haver carreata, passeata e carro de som.

Trios elétricos serão permitidos somente nos comícios.

Propaganda em jornal será permitida até dois dias antes das eleições, devendo constar o valor pago pela inserção, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 a R\$ 10.000,00 ou o valor da propaganda, se for maior".

Srs. deputados, eu gostaria da atenção de v.exas., do líder do PSDB, o brilhante deputado Serafim Venzon, e do nosso secretário da Segurança Pública, que nos honra com a sua presença, para este item que está grifado. Por favor, peço que seja mostrada no telão aquela parte a respeito do direito de resposta.

(Continua lendo.)

"No direito de resposta deferido por ofensas, inclusive na Internet, os custos correrão por conta do responsável pela ofensa".

Quando a pessoa na época da sua campanha inventar mentiras e fofocas, porque a inveja é grande, ela terá de pagar todos os danos. Então, se ela inventar alguma mentira, vai ter de pagar todas as despesas.

Mas eu voltarei a este tema amanhã. Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, saudamos a distinta plateia que nos acompanha nesta reunião de hoje e cumprimentamos a Câmara de Vereadores Mirins de Blumenau que esteve aqui escoltada pelo deputado mais entusiasta desta Casa, o deputado Giancarlo Tomelin.

Saudamos também todos os catarinenses que nos acompanham pela TVAL e nos ouvem pela Rádio AleSC Digital.

Certamente a insegurança e a violência são frutos do descontentamento da sociedade e esse descontentamento se origina muito pelo tratamento desigual que as pessoas recebem.

Na semana passada, o deputado Adherbal Deba Cabral promoveu, através da Assembleia Legislativa, uma audiência pública para discutir segurança em Navegantes. Estavam lá presentes os deputados João Mattos e Ana Paula Lima, o prefeito Roberto Carlos, este deputado, os promotores de Justiça, lideranças empresariais, lideranças sociais e mais de duas mil pessoas de Navegantes para pedir mais segurança.

Eles estão pedindo mais segurança porque em Navegantes, neste ano, em seis meses, já sepultaram mais de 15 pessoas que foram assassinadas de forma violenta. E essa

violência eles imaginavam que seria possível conter se nós, do governo, fôssemos mais ágeis no seu tratamento. E esse tratamento eu dividiria em duas partes: o tratamento agudo da violência, o tratamento da violência em si, que requer atos de repressão. E aí o governo de Luiz Henrique da Silveira e de Leonel Pavan tem feito muito esforço para conter e diminuir essa violência que, apesar de crescente no Brasil inteiro, nós, de Santa Catarina, temos o menor índice de mortalidade e de assassinatos do país.

Mas isso ocorre por causa das permanentes ações do nosso governo. Por exemplo, se considerarmos Polícia Civil, Polícia Militar, ativos, inativos, homens e mulheres e algumas contratações que já estão ocorrendo nesse período, nós iremos atingir 22 mil pessoas combatendo a violência. Isso significa dizer que essa é uma ação muito importante.

Além desses homens, dessas mulheres, este governo construiu mais de 16 cadeias espalhadas em diversas regiões de Santa Catarina, mais três penitenciárias, comprou mais de dois mil veículos e contratou mais de 2.700 homens. Essa é uma das grandes ações para conter e reprimir a violência e por esta razão que ela não é maior em Santa Catarina.

Em Navegantes o deputado Adherbal Deba Cabral recebeu muitos elogios por ter promovido aquela audiência pública para conter a violência na região de Navegantes.

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Primeiramente, eu gostaria de registrar a presença, nesta Casa, dos vereadores de Penha Aquiles Schneider e Lindomar Schuller, como também do nosso presidente da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí, o ParlaAmfri, que detém 104 vereadores.

Gostaria de agradecer, de igual forma, deputado Serafim Venzon, a presença de v.exa. na audiência pública que realizamos no dia 29 em Navegantes, do secretário da Segurança Pública, do nosso diretor da Polícia Civil e do comandante da Polícia Militar, que foram lá resolver problemas não só do município de Navegantes, como também da região. Muito obrigado, pois a sua presença garantiu o sucesso daquela audiência pública.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Então, deputado Adherbal Deba Cabral, inúmeras ações foram feitas, como o aumento das contratações e a construção de cadeias para conter e reprimir a violência.

Mas eu vi adentrando a esta Casa, nos corredores da Assembleia Legislativa, o secretário Ronaldo Benedit e o delegado-geral de polícia Maurício Skudlark, juntamente com o coronel Eliésio Rodrigues - todos eles, aliás, estavam também em Navegantes, como v.exa. falou -, que estão trazendo para cá, das mãos do governador Luiz Henrique da Silveira e de Leonel Pavan, outra ação muito importante para resolver a questão da violência em Santa Catarina, que seria a lei tão esperada de planos de cargos e salários para a Polícia Civil, como também a lei da concessão de abono, que será concedido em três vezes, isoladamente, sendo dada a primeira parcela agora em agosto, a segunda no início do ano que vem e a terceira na metade do próximo ano, no valor de R\$ 300,00, a título de proteção contra a violência e o risco de vida.

Essas são as duas leis que o governador estará trazendo hoje a esta Casa. E

para a próxima semana ainda adentrará aqui o projeto de lei que votaremos, e certamente aprovaremos, de reclassificação da PM e um seguro de vida que concederá um benefício aos que sofrerem alguma ação durante o trabalho ou decorrente do trabalho, e que ficarem com alguma invalidez, temporária ou permanente. Será concedido, ainda, um seguro de vida no valor de R\$ 100 mil, em caso de morte, para os familiares dos PMS.

Essas são, deputado Adherbal Deba Cabral, algumas ações, e essa última que eu citei é a lei que o governador encaminhará atendendo, inúmeras vezes, como ele mesmo disse, uma exigência e um pedido dos deputados desta Casa, seja da Oposição ou da Situação. Certamente os 40 deputados já ouviram pedidos especiais, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar e da sociedade. E na intenção de resolver a questão da segurança, há que se corrigir, sim, também a questão dos salários.

Além dessa fase do tratamento agudo da violência existe a prevenção, e prevenção à violência trata-se com investimentos sociais. O tratamento social inadequado gera descontentamento por causa da educação, por exemplo.

Se percorrermos os municípios, srs. deputados, veremos que creche é um objeto de luxo. As mães, os pais, as famílias de todos os níveis sociais pedem a creche, que além de ser um instrumento de socialização da criança, permite à família, à mãe e ao pai que trabalharem, a complementação da renda. E com uma renda melhor melhora o relacionamento do casal e da família. Enfim, tudo fica melhor.

Na questão da saúde temos que agir forte, como age o secretário da Saúde, na intenção de interiorizar o atendimento médico, em diminuir a "ambulancioterapia", ao investir nos hospitais do interior, para fazer com que as pessoas possam ter o atendimento no interior.

E ainda precisamos investir na divisão da renda. Infelizmente, a distribuição do ICMS ainda é muito injusta e precisamos corrigir isso.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Srs. deputados, tivemos, na semana que passou, a semana chamada por nós, peessedebistas, de a Semana Tucana, quando tivemos a oportunidade de comemorar os 21 anos de existência do PSDB.

Como deputado deste partido, pela terceira vez consecutiva nesta Casa, e duas vezes eleito pelo PSDB, não poderia deixar aqui de prestar uma pequena satisfação ao nosso grande público da TVAL na minha região, a região de Joinville, e às cidades vizinhas.

Semana passada, estivemos em vários municípios fazendo reuniões e procurando trabalhar para que pudéssemos alcançar o número de 100 mil filiados do PSDB, que até então contava com 83 mil filiados.

Fizemos esse trabalho no sentido de alcançar em Santa Catarina o objetivo proposto pela alta direção do partido: 100 mil filiados. E, em cada dia da semana que passou, estivemos em uma cidade vizinha à nossa fazendo filiações, que culminou então com uma grande festa na nossa casa amarela, na segunda-feira, onde tivemos a oportunidade da presença de cerca de 500 pessoas, entre lideranças locais e também da região.

Peço à assessoria que coloque algumas imagens dessa reunião que tivemos na segunda-feira, cujas principais figuras posso pontear como sendo o nosso ilustre presidente da Casa, deputado Jorginho Mello, meu padrinho político, eis que foi ele que me trouxe para o PSDB. Estava também lá prestigiando o nosso acontecimento o deputado federal Paulo Bauer, secretário da Educação.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Essas imagens que os srs. deputados estão vendo são da festa que tivemos na segunda-feira, para comemorar os 21 anos do nosso partido, na nossa chamada casa amarela.

Estiveram presentes também o prefeito de Itapoá, Ervino Sperandio; o prefeito de Massaranduba, meu amigo Mário Fernando Reinke; presidentes de diretórios do PSDB de vários municípios e delegações dos seguintes municípios: Araquari, São Francisco do Sul, Enseada, Barra do Sul, Garuva, Itapoá, Barra Velha, Guarimirim, Massaranduba, Jaraguá do Sul, Schroeder, Corupá e evidentemente delegações da minha cidade. Também estavam lá lideranças comunitárias.

Tivemos a oportunidade de prestar uma homenagem singela, porém muita honesta e significativa, ao maior tucano da nossa região, Márcio Berezoski, que é o fundador legítimo e legal do PSDB da nossa região e que se encontrava, na verdade, esquecido do ninho tucano. Resgatamos essa figura impoluta, essa figura importante que temos dentro das hostes do PSDB dando a ele uma condecoração, uma medalha, em respeito a tudo aquilo que ele já fez pelo nosso partido em nível regional.

Foi uma festa, com um bolo simbólico, para comemorar os 21 anos da social democracia neste país. Estou nesse partido não por conveniência, mas por convicção, por entendimento de que a social democracia é a grande alternativa que temos para este nosso mundo conturbado, neste nosso mundo muito complicado.

A nossa festa foi coroada de pleno êxito; tivemos lá lideranças de praticamente de todos os municípios da nossa região, vereadores, presidentes de Câmaras, presidentes de associações, líderes comunitários, enfim, todos foram lá comer uma ligucinha, uma asinha de frango, de maneira muito simples e singela como sempre foram os nossos amigos e também como é a nossa postura naquele município.

Quero fazer um agradecimento especial ao deputado Jorginho Mello, nosso presidente da Assembleia Legislativa, que não mediu esforços para ir ao município de Joinville prestar a sua homenagem e também nos prestigiar naquele evento. Agradeço também ao deputado federal e secretário da Educação Paulo Bauer, que desfez vários compromissos para estar conosco. Leonel Pavan não esteve conosco, porque tinha um compromisso no estado de São Paulo; senão, também teria estado naquele evento que considero um dos mais importantes.

Estamos trazendo para o partido 600 filiações de Joinville e mais 200 dos municípios vizinhos. Entregaremos ao presidente, esta semana, um relatório com mais 800 novos filiados ao PSDB em Santa Catarina.

Era isso que teria a dizer, sr. presidente. Agradeço mais uma vez pela sua deferência a este seu amigo deputado Nilson Gonçalves.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, conforme

requerimento aprovado por todos os srs. líderes, esta Presidência suspende a sessão e concede a palavra, por até dez minutos, ao dr. Mércio Felsky, presidente do CIEE, que vem ao Parlamento fazer a sua prestação de contas, a sua explanação, todos os anos.

Então, conforme entendimento de líderes, ele terá agora o tempo de dez minutos.

Portanto, suspendo a sessão por dez minutos e convido todos os srs. deputados a permanecerem em plenário, pois vamos reiniciar imediatamente no horário destinado aos Partidos Políticos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, o primeiro horário está destinado ao PDT.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Gostaria de registrar aqui que hoje está acontecendo em Jaraguá do Sul a Conferência da Criança e do Adolescente, com cerca de 500 participantes, entre entidades públicas e organizações sociais.

Queremos também parabenizar a presidente do Conselho Municipal, Tânia Krauss, e a secretária do Conselho, Maristela Alberton, pelo belíssimo trabalho que estão desenvolvendo na cidade de Jaraguá do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos, tempo concedido pelo PRB.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, especialmente servidores da Segurança Pública, do sistema prisional e praças da Polícia Militar presentes nesta sessão.

Chegou agora há pouco na Assembleia o projeto de lei complementar trazendo o que propõe ser o futuro plano de carreira dos policiais civis. Nós esperamos que esse projeto venha estabelecer de fato e efetivamente a dignidade na carreira dos nossos colegas policiais civis de todo o estado. E temos evidentemente - como não fomos chamados para conhecer o projeto, a proposta, o texto - a preocupação de que ele possa trazer alguma pena no sentido de alterar algum direito fundamental de servidores da Segurança Pública.

Nós temos na pauta da Ordem do Dia de hoje o PLC n. 0415/2008, que organiza a função dos agentes prisionais. E sempre apoiamos também essa reorganização, o estabelecimento em lei de uma carreira e das funções dos agentes prisionais. No entanto, faremos emendas como já fizemos nas comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública, porque ele traz a possibilidade de privatização do sistema prisional e da terceirização dos serviços de segurança interna e externa.

Vamos apresentar emenda de destaque, mas depois falaremos nisso e nesse projeto que traz a usurpação de funções que são hoje da Polícia Militar. Na nossa compreensão ou na compreensão objetivamente técnica, esse é um assunto que inclusive contradiz a Constituição Federal e a Constituição Estadual. Inclusive, por esse fato também teremos emendas nesse sentido.

Srs. deputados, aqui já foi pro-

nunciado que teria vindo também mais abonos e não sei mais o quê, outros projetos, coisas que estão na imprensa no dia de hoje. Estamos ouvindo falar que viria um abono de R\$ 300,00, divididos em três vezes - um agora, outro no ano que vem e o outro no ano que vem também. E aí, dos praças com os quais eu já falei desde a manhã de hoje até neste momento, não ouvi comentários muito abonadores com relação a essa proposta, se é que ela vai se concretizar.

Falam em concessão e liberação dos vencimentos, liberação do teto salarial dos oficiais e dos delegados, e isso nos preocupa muito, porque com a liberação simples do teto salarial podemos até conversar e não temos posições contrárias, mas com relação à possibilidade de subverter outras leis e fazer com que a cúpula receba um tratamento salarial diferenciado com relação à maioria dos servidores, existe uma grande preocupação. Inclusive, estaremos e estamos em alerta no estado inteiro para a possibilidade de alguma injustiça que possa ser cometida na legislação salarial e de carreira dos trabalhadores da Segurança Pública aqui de Santa Catarina.

Nobres pares, esse assunto iremos tratar melhor no próximo pronunciamento, depois da Ordem do Dia. E esperamos que até lá consigamos ver o que existe dentro do projeto do plano de carreira dos policiais civis. Mas agora quero falar de outro assunto, também muito importante, que é a situação do centro universitário municipal de São José ou, como é mais conhecida, a universidade de São José, uma instituição pública, gratuita e criada em abril de 2005 por lei municipal aqui da cidade, na qual resido por mais de dez anos, na quarta maior cidade do estado de Santa Catarina, que tem o quarto maior PIB do estado e que criou no ano de 2005 uma universidade pública.

E, no ano de 2005, foi criada uma universidade pública e gratuita por iniciativa, defesa, movimento e pressão de vários setores: vereadores, deputados e membros da sociedade civil. Assim se criou esse centro universitário.

Curiosamente nos últimos meses passou-se a ouvir comentários na imprensa local, principalmente sobre a existência de dúvidas com relação à continuidade da universidade de São José como uma universidade pública e gratuita, bem como com relação à utilização do prédio que está sendo construído com dinheiro público da Educação para abrigar o Colégio de Aplicação em São José. Fala-se sobre a possibilidade desse prédio, quando pronto, deixar de ser utilizado para o Colégio de Aplicação durante o dia e para a Universidade de São José no período noturno, e, sim, vir a ser no futuro o centro administrativo, a sede da prefeitura ou o futuro palácio municipal. O prédio está sendo construído com o dinheiro público da Educação, uma parte do Fundeb e outra parte do orçamento da própria secretaria municipal de Educação.

A Universidade de São José tem quatro cursos: administração, ciências contábeis, pedagogia e ciência da religião. Estão presentes aqui, inclusive, duas acadêmicas da universidade pública e gratuita de São José, a Andréia do centro acadêmico de Ciências Contábeis e a Débora do centro acadêmico de pedagogia. Elas são estudantes da universidade pública e gratuita de São José.

Ao todo, nestes quatro cursos, há 837 estudantes. A imensa maioria deles com certeza não estaria estudando numa universidade, fazendo um curso superior, se não existisse a universidade pública e gratuita em São José. São filhos e filhas de

trabalhadores, de pessoas que não teriam condições de pagar a mensalidade das universidades privadas.

Nós queremos parabenizar a Andréia e a Débora que estão aqui presentes, mas também os diretores dos outros centros acadêmicos, de Ciência da Religião e de Administração, assim como a imensa maioria dos estudantes da Universidade de São José, que têm desde o mês de maio realizado uma série de mobilizações no sentido de garantir a continuidade da existência da Universidade de São José, uma instituição pública e gratuita de qualidade.

E há necessidade de garantir que o prédio, que está sendo construído para ser o Colégio de Aplicação com o dinheiro público da Educação, seja utilizado para abrigar cinco mil estudantes de educação de ensino fundamental nos períodos matutino e vespertino e à noite possa ser utilizado para abrigar a Universidade de São José.

Quero parabenizar a mobilização dos estudantes. Na noite de ontem, foi realizada na Câmara Municipal de Vereadores de São José, presidida pelo vereador Amauri Valdemar da Silva, uma audiência pública que contou com a presença de quase todos os vereadores; do ex-reitor e atual vice-prefeito da cidade de São José, Telmo Pedro Vieira; do deputado José Natal, que se mostrou coerente defendendo, como os outros, a continuidade daquela universidade pública e gratuita.

Quero parabenizar o movimento estudantil que estava presente, formado por mais de 500 estudantes, numa universidade que tem 837 alunos.

Precisamos fortalecer esse movimento municipal, porque é muito importante para a cidade ter uma universidade pública em todos os sentidos, inclusive no econômico.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A Presidência registra o retorno a esta Casa, depois de alguns dias, do sempre presidente e deputado Júlio Garcia.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Giancarlo Tomelin, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, visitantes presentes nas galerias, em especial os vereadores mirins de Blumenau.

Este Parlamento recebe hoje a visita importante dos vereadores mirins de Blumenau, que estão acompanhados pelos professores, pelo assessor parlamentar e pela professora Elisete.

Estão na Casa os seguintes vereadores mirins: Amanda Schaefer; Anthony Louis Azevedo; Christian Gomes Abreu; Danrlei Mateus Bachmann; Evelyn Thais Cardoso; Everton Luiz Mariano; João Gabriel Marcelino; Kevin Antônio Lehmkhil; Leticia Indiar de Liz; Leticia Silva De Bortoli; Lucas G. Luchetta da Fonseca; Morgana Gebien da Silva; Victor Armando Baumann; Nilson Carvalho Souza Junior e Rafaela Kracic Siqueira.

Sejam todos bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Essa experiência prática, objetiva, lançada por Blumenau, começa a ecoar pelos quatros cantos de Santa Catarina.

Várias Câmaras de vereadores começam a se espelhar na câmara mirim de Blumenau, um projeto da época do vereador Delci de Souza.

Citaremos alguns projetos de lei de autoria desses vereadores mirins: conscientização de jovens, explicações sobre drogas, lei sobre placas, violência em escolas e roubo de carros, estatísticas sobre drogas, causa da dependência química, o lixo, os jogos eletrônicos, a vacina contra a poliomielite, a segurança pública e a segurança nas vias expressas.

Acabamos de entregar um novo instrumento para a Polícia Civil, ou seja, o aumento do efetivo em Santa Catarina. São 1.880 novos funcionários, enfim, uma nova equipe. O governo de Luiz Henrique da Silveira e de Leonel Pavan, preocupado com essa questão, acaba de entregar a esta Casa um novo instrumento para a Polícia Civil do nosso Estado.

Os requerimentos aprovados pelos vereadores mirins tratam da luta contra o câncer de pulmão, da questão do cigarro e da questão aprovada pelo presidente da Câmara de Vereadores Mirins, Anthony Louis Azevedo, de vir a este Parlamento. Pela primeira vez o Parlamento catarinense recebe a visita dos vereadores mirins.

Vemos preocupações como a pedofilia, a preservação da natureza, a Lei Maria da Penha, reformas em parques, a gripe suína, o Dia do Apicultor, o aproveitamento do tempo, salas ambientes e o meio ambiente pedindo socorro. Tudo isso são preocupações do dia a dia apresentadas por esses vereadores.

Por isso, em nome do PSDB, quero dizer que vocês terão uma caminhada que talvez se inicie através deste mandato outorgado de vereadores mirins. Em um dado momento vocês terão que escolher um partido, e devem escolhê-lo de acordo com a sua ideologia e lutar por ele.

Quero dizer, vereadores mirins de Blumenau, que vocês precisam estar atentos às questões como educação, segurança, saúde, mas devem fazer isso por ideologia, por fé e por crença.

Deve existir também a preocupação com o lado profissional de vocês, para que possam também ter um lado profissional e não só o lado político. Aqui nesta Casa vários deputados têm a sua profissão e exercem também o lado político, exercendo o mandato de deputado estadual.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Caro deputado, não poderia deixar de reforçar aquilo que v.exa. acaba de colocar, que é a importância do trabalho que o projeto Vereadores Mirins de Blumenau realiza. Em alguns municípios de Santa Catarina nós temos o mesmo projeto, que certamente foi copiado do projeto de Blumenau, como é o caso de Joinville. Quando fui presidente, implantamos naquele município um projeto eminentemente educativo, cultural, de cidadania, que ensina a prática da boa política e repassa informações fundamentais para as nossas crianças, para os nossos adolescentes.

Portanto, v.exa. está de parabéns pelo pronunciamento e sobretudo por esse projeto que tem dado certo em nosso estado e que faz com que os adolescentes, as crianças conheçam o verdadeiro Parlamento municipal e estadual.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Eu corroboro as suas palavras e espero que os vereadores mirins, que vão ter

uma longa caminhada profissional, familiar, em sociedade e quiçá política, possam ajudar este Parlamento a mudar a forma de fazer política, porque hoje a política está muito desgastada e para mudar é preciso olhar no olho e dizer a verdade.

Vários requerimentos dos vereadores mirins da cidade de Blumenau estão-se transformando em realidade no dia a dia das nossas escolas, da nossa sociedade e da nossa Blumenau.

Lutem pela BR-470, lutem por mais segurança, digam lá nos microfones da Câmara Mirim o que sai do coração de vocês, e também aquilo que sai do seio da sociedade blumenauense.

Muito obrigado pela presença no Parlamento!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o deputado Romildo Titon, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, ouvintes da Rádio Aleisc Digital, pessoas que nos assistem através da TVAL, senhores e senhoras presentes, quero nesta oportunidade fazer uma manifestação sobre um assunto que virou tema nacional e discussão em todos os estados, o Código Ambiental do Estado de Santa Catarina, ou seja, a Lei n. 14.675, aprovada por este Parlamento no dia 1º de abril e sancionada no dia 13 de abril pelo governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira.

Após a aprovação do Código Ambiental de Santa Catarina, gerou-se uma discussão muito grande em todos os estados. Esse tema cativou toda classe produtora, e houve a discórdia dos ambientalistas, daqueles que defendem outro posicionamento, que conseguiu mexer com o Brasil. Virou um tema de discussão em todos os estados, na busca talvez de uma alternativa salvadora para o setor produtivo, para a flexibilização das questões ambientais e também de uma forma que dê autonomia, definitivamente, para que os estados brasileiros possam legislar de acordo com as suas peculiaridades.

Esse tema tem movido os debates em todas as federações representativas deste país, no Congresso Nacional, na Câmara Federal, no Senado de modo geral. As audiências públicas espalham-se pelo Brasil todo e começa-se a discutir esse tema também no sentido de mudar as regras do Código Florestal Brasileiro. Presenciamos, nos vários debates que tivemos a oportunidade de participar, a angústia que vive a sociedade brasileira sobre alguns temas palpitantes relativos à questão ambiental, mas a maior preocupação que podemos detectar diante dessa discussão é a necessidade da sociedade em conciliar as questões ambientais com o setor produtivo para que amanhã também não venha faltar alimento na mesa do trabalhador.

Recentemente ouvimos, vimos e presenciamos através da imprensa debates que vêm acontecendo em todas as esferas. Após a aprovação e a criação da Lei do Código Ambiental de Santa Catarina, o Congresso Nacional acordou, principalmente, para este tema. Talvez o termo acordar não seja o mais correto, mas fez com que alguns parlamentares tomassem uma atitude diferenciada. E a grande maioria dos temas que estão sendo defendidos, hoje, no Brasil, diz respeito a algumas atitudes tomadas por Santa Catarina, que corajosamente saiu na

frente na formação e na constituição deste código.

Vimos, recentemente, o Congresso Nacional realizando diversas audiências públicas. Estão debatendo, alguns contra e outros a favor do código de Santa Catarina. Nós vimos iniciativas sendo tomadas, como o projeto de lei do deputado Valdir Colatto, que deu entrada na Câmara Federal reformulando, ou seja, fazendo um novo Código Florestal Brasileiro, direcionando algumas questões idênticas as que Santa Catarina defende.

Mas, por outro lado, deputado Marcos Vieira, v.exa. que recentemente patrocinou uma moção de repúdio ao ministro Carlos Minc, ouvimos agora que após muitas críticas e debates que o próprio ministro efetuou com relação a atitude de Santa Catarina, até com ameaças para que a Polícia Federal fosse intervir em algumas questões da legislação que aprovamos, o ministro aderindo a uma grande parte das questões que aqui nós defendemos. Recentemente, em uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, já ouvimos e presenciamos a mudança de algumas atitudes do ministro, defendendo alguns pontos de vista que Santa Catarina defendeu e que hoje está em prática.

Ouvimos pela imprensa a vinda do presidente Lula a Santa Catarina, e claramente ele determinou que o ministro Carlos Minc converse com o governador Luiz Henrique da Silveira, e certamente o tema será esse.

Eu quero relatar aqui algumas questões que o ministro está defendendo, e fico feliz por isso, porque após as suas críticas nós vemos que ele está aderindo a algumas posições. E lá no Rio Grande do Sul, na audiência pública onde apresentou um esboço do projeto da reformulação do Código Florestal Brasileiro, inclusive trazendo alguns indicativos que defendeu Santa Catarina e que anotei porque achei importante, uma delas é a seguinte, como diz aqui na nota:

(Passa a ler.)

"Foi realizada nesta quinta-feira, na Assembléia do RS, uma audiência pública, para debater o Código Florestal Brasileiro, lei sancionada em 1965, e apontar possíveis mudanças e readaptações. A audiência contou com a participação do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que apresentou as propostas para o aperfeiçoamento da lei. O evento lotou o auditório Dante Barone, e foi necessária a exibição em telão no Plenarinho para que todos os presentes pudessem acompanhar a discussão".

Vejam a importância do tema que está surgindo, e o ministro em uma das suas frases disse o seguinte:

(Continua lendo.)

"Afirmo que o Brasil - precisa produzir mais e preservar mais. Ele afirmou que é essencial aliar à questão ecológica a agricultura - sobretudo a agricultura familiar. Defendeu que deve haver um tratamento diferenciado entre o pequeno e o grande produtor".

Exatamente o que o Código Ambiental de Santa Catarina fez, deu um tratamento diferenciado sobre a pequena propriedade com menos de 50 hectares e a propriedade com mais de 50 hectares.

(Continua lendo.)

"Cita a legalização de culturas instaladas em encostas que possuem entre 25 e 45 graus de inclinação, especialmente a fruticultura. Em locais com mais de 45 graus, incentiva-se a manutenção de culturas de lenhosas perenes já existentes, pois ajudam a segurar a erosão e o assoreamento".

Exatamente aquilo que nós colocamos no Código Ambiental de Santa Catarina,

que o ministro ficou por vários dias, por vários meses, criticando o todo do nosso Código Ambiental.

Cita também, deputado Professor Grando.

(Continua lendo.)

"Pagamento aos pequenos agricultores que prestam serviços ambientais e possibilitam a ampliação das reservas".

Também exatamente o que o Código Ambiental de Santa Catarina, fez e é o primeiro estado do Brasil que já colocou o artigo, criando o pagamento pelos serviços ambientais, lei que o ministro criticava.

(Continua lendo.)

"Incentivar as atividades que possibilitem o rendimento, como a fruticultura, ao mesmo tempo em que as reservas são recuperadas".

Exatamente aquilo que nós tratamos nos campos de altitude em outros artigos, viabilizando para que Santa Catarina não tivesse a paralisação, não na sua totalidade, mas na grande maioria da produção de frutas e da produção de uvas em altitude, como defendemos no Código Ambiental do Estado.

Falava ele também sobre a importância da educação e da conscientização ambiental no Brasil, que é o tema que nós mais tratamos no nosso código, a conscientização, trazendo o agricultor como um amigo da natureza, como a pessoa que mais preserva, e não o tratamento de vilão, como estava sendo feito com o nosso agricultor até recentemente.

Alguns depoimentos de outras pessoas que lá estavam: Sr. Heitor Schuch, da comissão de Economia manifestou idéias na seguinte forma: "Os agricultores são os maiores ambientalistas do estado e do país, pois se terminar a terra eles morrem também."

O presidente da Federação dos municípios do Rio Grande do Sul, Marcus Vinicius Vieira Almeida, defendeu a autonomia do estado e dos municípios para legislar sobre os seus próprios ecossistemas. Exatamente aquilo que Santa Catarina defende e que está se tornando um tema nacional.

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul: "A legislação deve ser rediscutida, pois não deve expulsar as pessoas do campo e fazer com que recebam cesta básica, porque não podem produzir."

Já o vice-presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, de forma contrária às reservas legais apresentou o argumento de que elas varrerão cerca de 750 mil empregos em todo o país.

"Também grupos de agricultores disseram que apenas 200 mil trabalhadores podem abandonar o campo se o Código Florestal for aplicado com ajuste.

Mas também o ministro Minc, divulgou as bases de um projeto que prevê mudanças no Código Florestal Brasileiro.

Entre os itens mais importantes está a garantia do cultivo de plantações temporárias na região de várzeas e a legislação de lavouras consolidadas."

Justamente o tema que nós tratamos aqui, que é a consolidação daquilo que está se produzindo, daquela cultura que está se desenvolvendo. Um dos artigos que levantou a inconstitucionalidade pelo procurador-geral da república, trata deste tema. Tenta dizer que é inconstitucional o capítulo que colocamos para salvar os arroseiros de Santa Catarina que estão, praticamente todos, na ilegalidade.

No anúncio que o ministro Minc fez durante a audiência pública na Assembléia do Rio Grande do Sul também falou sobre o pagamento dos serviços ambientais, que é

aquilo que eu falei recentemente. E muito mais do que a repressão, a educação ambiental nos levará às novas práticas de mudança de consciência, que é a questão que nós mais tratamos.

Ainda diz o ministro: "Agricultura e meio ambiente podem ser complementares, e não inimigos, como assim vinha se dizendo."

Portanto, meu caro deputado Professor Grando, v.exa. que tem um conhecimento muito grande nessa área, que é um professor nas questões ambientais, e que além de professor da universidade foi nosso presidente da Fatma e desencadeou políticas nessa área ambiental, e deu uma contribuição muito grande para o Código Ambiental de Santa Catarina. Fico feliz em ouvir essas declarações do ministro, e esse esboço do novo projeto do Código Florestal Brasileiro que ele começa a apresentar à sociedade, fazendo com que algumas atitudes que o estado tomou e colocou no Código Ambiental de Santa Catarina sejam colocadas em prática.

Da mesma forma o projeto Valdir Colatto também caminha nessa direção.

O Sr. deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Nobre deputado, obviamente que de 293 artigos que compõem o Código de Santa Catarina, algum deles são polêmicos. É até errado sim, mas não inviabiliza o conteúdo e o corpo do projeto. Por isso, nada melhor do que a discussão! É da discussão que nasce a sabedoria! E o que estamos vendo? Que estamos construindo uma escola em nível nacional. Mas há mais um item que o ministro colocou que é importante e fundamental que até então não se falava: é que cada região possui a sua característica ambiental. E nós introduzimos um item muito importante nesse código que foi o levantamento e o estudo científico, pela primeira vez colocando isso em lei para se estudar afastamento. Será que 30 metros é suficiente? Eu conheço regiões que precisam de mais de 30 metros devido a atividades principalmente relacionadas à pequena agricultura, que é isso que foi colocado e que está para ser melhorado, e nada melhor do que a discussão no Supremo, em termos de lei.

Então, estamos trilhando o caminho correto! E vou mais longe: o nosso código é mais restritivo. Por quê? Porque o senhor colocou muito bem como articulador, colocou-se travas. Primeiro, a área consolidada foi a grande trava. A segunda foi o estudo científico do afastamento das margens, e a terceira, para quem não tinha nada era obrigatório afastar, quem tinha menos de 50 hectares, cinco metros; quem tinha mais, 10 metros. Assim, é mais restrito porque não havia nada prevendo quem não tinha nada e estava próximo do curso da água.

Então, vejamos: somos muito mais restritivos e isso significa que lendo e discutindo nós estamos avançando. Alguém pergunta: "mas o que esse código melhorou, se ele foi mais restritivo?" Melhorou algo que poucos perceberam: aquele agricultor que tem menos de 50 hectares e que tinha a sua propriedade, a sua construção, os seus afazeres a menos de 30 metros, por enquanto ele permanece, sem correr risco de ser favelado, de se marginalizar na cidade, pois hoje temos nas cidades pessoas pós-graduadas desempregadas, pessoas formadas desempregadas. Imaginem aqueles agricultores que entendem bem da sua profissão vivendo na violência, no narcotráfico, no desemprego e nas mazelas das cidades.

Então, nós conseguimos salvar o nosso pequeno agricultor com o bom senso. Isso valeu!

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Muito obrigado pela participação, deputado Professor Grando, e não vou ter o tempo necessário para falar da inconstitucionalidade que foi levantada pelo Ministério Público Federal, pelo procurador-geral da república que fez a denúncia.

Mas um dos temas que v.exa. falou e fiquei abismado, é levantaram inconstitucionalidade até naquele inciso que proíbe a devastação, que nós dizíamos que consolidou: se você possuía 30 metros, fica com os 30 metros, se tivesse 50 metros, ficava com 50 metros. Não se pode derrubar nada! E até aquele artigo da questão do estudo da Epagri que justificasse que aquela ou outra área de preservação permanente fosse necessária ser mudada a metragem, deveria ser feito, até isso!

Mas em outra oportunidade quero falar aqui de todos os artigos que foram propostos a inconstitucionalidade e que certamente o Supremo vai dar causa ganha ao estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao Democratas.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até sete minutos. Se demorar a chegar até a tribuna, o tempo começará a ser contado a partir do início dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, sr. presidente, desejo nesse curto espaço de tempo do meu partido falar aqui sobre três assuntos.

Primeiro, sr. presidente, desejo parabenizar esta instituição não-governamental, o CIEE, e foi colocado aqui pelo seu presidente, o sr. Félix, o trabalho que o CIEE desenvolve aqui em Santa Catarina encaminhando jovens para estágios nas empresas.

Sr. presidente, nós sabemos que o estágio é um mecanismo fundamental em dois aspectos. Primeiro, porque dá oportunidade a jovens talentos para demonstrarem suas habilidades e muitos são absorvidos pelas empresas. E segundo, porque eles recebem uma bolsa, recursos que os mantém nas universidades.

O segundo assunto, sr. presidente, diz respeito a primeira reunião que foi realizada ontem, do Fórum Parlamentar Catarinense, que trata das questões de demarcação de terras indígenas, presidida pelo eminente deputado Nilson Gonçalves.

Nós fizemos ontem a primeira reunião com a presença de vários deputados, o deputado Kennedy Nunes estava lá, também os deputados Jailson Lima e Nilson Gonçalves e diversas autoridades da região norte e nordeste de Santa Catarina.

Aprendemos, deputado Nilson Gonçalves, debatemos com as instituições, com as entidades, e os próximos passos serão o agendamento de reuniões em Brasília com a Funai, com o Fórum Parlamentar Catarinense, com o Ministério da Justiça, porque nós não vamos permitir que seja praticada a grande injustiça do século, com os municípios de Garuva, Barra do Sul, São Francisco e Araquari. Praticamente, um terço da área desses municípios serão demarcadas como terras indígenas, comprometendo a economia daqueles municípios.

Nós temos respeito pelos índios, queremos alojá-los, mas numa região desabitada ou nas terras do governo federal, pois há 700 hectares no município de Araquari.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Apenas para corroborar com tudo que o deputado Darcy de Matos está falando, acho que a reunião ontem foi extremamente proveitosa, objetiva e esclarecedora. Ouvimos depoimentos impressionantes de pessoas que estão vivendo e vivenciando o problema na nossa região.

Acho que estamos no caminho certo com a reunião que tivemos no dia de ontem com prefeitos e autoridades da região, pessoas que estão sofrendo de perto o problema.

Esteve presente o representante da Procuradoria-geral do Estado, que tem um conhecimento profundo desse assunto, o deputado Jailson Lima foi também muito importante como membro desse fórum, e será muito importante para nos abrir caminho em Brasília, para que possamos ter algumas audiências. E o próximo passo, como v.exa. bem diz, é nós conversarmos com o Fórum Parlamentar em Brasília, que são os deputados federais que representam Santa Catarina, para que possamos engrossar esta Frente Parlamentar e irmos, então, a uma audiência com a Funai e também com o Ministro da Justiça.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Outro assunto, sr. presidente, diz respeito a Conferência da Pesca, que foi realizada no município de Itajaí, com a participação de aproximadamente 1.500 pescadores, na sua totalidade pescadores artesanais.

Sr. presidente, nós somos da oposição ao governo federal, mas eu não posso deixar de elogiar, de enaltecer o ato do presidente Lula da criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, de Santa Catarina, e mais do que isso, da lei da pesca que foi assinada também no ato, na realização da conferência da pesca.

Deputado Kennedy Nunes, em Joinville nós temos muitos pescadores, são praticamente 40 mil pescadores artesanais no nosso estado. O pescado tem um impacto fundamental na economia de Santa Catarina e a conferência serviu porque foi construído um fórum de debate, de discussão, de apresentações de propostas, de sugestões para a tomada de diretrizes do ministério da Pesca, da política da pesca no nosso país.

Além disso, sr. presidente, eu apresentei, representando a comissão da Pesca e Aquicultura, por ocasião da conferência, deputado Professor Grando, a sugestão de que o governo federal deve aumentar o valor da parcela do seguro defeso e reduzir os impostos para a compra de equipamentos e apetrechos dos nossos pescadores.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. tem razão: a natureza é rica e pródiga. Se nós trabalharmos com a preservação e um bom defeso, não resta dúvidas de que melhorará muito. Pudemos constatar isso, recentemente, na última safra da tainha. E além de termos à frente do ministério da Pesca um catarinense, Santa Catarina é pioneira em várias atividades relacionadas à pesca.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Professor Grando, e obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, eu pedi licença ao meu partido, hoje, para usar o horário para um pronunciamento que considero importante, do ponto de vista da razoabilidade pessoal.

Se analisarmos o contexto do salário de um policial civil, deputada Angela Albino, que recebe, com 25 anos de carreira, em torno de R\$ 1,8 mil, tendo que fazer plantões e adicionais noturnos; se analisarmos o salário de um professor do estado, de nível superior, que recebe no final de carreira, com pós-graduação em fase inicial, R\$ 1,467 mil; se analisarmos o salário de um funcionário da Previdência Social que está em greve, com 30 anos de trabalho, em nível médio, que recebe um salário final de R\$ 2,199 mil, e de nível superior, com 29 anos de trabalho, que recebe R\$ 1,772 mil, verificaremos que para os diversos funcionários de carreira, esta Casa pagou, no mês passado, R\$ 162 mil de insalubridade para 111 funcionários.

Não está sendo cumprida a legislação do estado, porque parece que, segundo o parecer do procurador, ela não tem validade para a Assembleia Legislativa.

Eu faço este pronunciamento porque quis a minha vida pública que eu fizesse parte da Mesa para avaliar alguns contextos internos desta Casa.

Parabenizo a Mesa, que já tomou uma posição quanto ao fato de se fazer um laudo decendente nesta Assembleia, tendo em vista que os que até agora foram apresentados deixavam dúvidas sobre a forma de encaminhamento para eliminar o que eu considero uma insanidade do ponto de vista ocupacional, deputado Nilson Gonçalves.

Cito isso porque se formos somar alguns exemplos de carreira da Casa, temos visto que são pagos valores de insalubridade que chegam a R\$ 3,6 mil, mais do que os salários definidos pela legislação, perfazendo um total, a exemplo de um bioquímico, de R\$ 19.757,00 de salário/mês, por quatro horas de trabalho. Há médicos aqui recebendo R\$ 23,613 mil; há enfermeiro recebendo R\$ 14,652 mil; há odontólogo recebendo R\$ 3.160,00 de insalubridade, perfazendo um salário final de R\$ 21 mil; há assistente social recebendo R\$ 17 mil, há secretário de serviço recebendo de R\$ 3 mil a R\$ 12 mil e há, ao todo, nove psicólogos, cujo salário com insalubridade varia de R\$ 9 mil a R\$ 18,800 mil.

Eu estou fazendo essa relação porque sou médico do trabalho, fui perito judicial durante 18 anos, e em país sério insalubridade não se paga, a gente elimina.

O salário de um deputado é de 12 mil e 200 poucos reais e aqui no conjunto dos deputados que eu verifiquei, a maioria não conhecia isso.

Sei que esses elementos agregados foram construídos no decorrer da história e não há culpados, mas nos cabe tomar medidas. Todos os que passaram passam sempre com o intento e a objetividade de correções.

Tive que fazer um trabalho relativamente penoso para chegar a esses dados. É inconcebível que em uma mina em Criciúma, deputado José Paulo Serafim, onde 600 mineiros descem 90 m de profundidade,

recebam menos de insalubridade do que um conjunto de 111 funcionários num contingente desta Casa de 788. Isso ocorre no Brasil inteiro! E essas coisas vão acontecendo muitas vezes, independentemente das vontades.

Nós sabemos que a legislação federal determina que não se pague o piso acima do piso da Assembleia, que é do salário de um deputado. Sabemos também que no Tribunal de Contas e no Tribunal de Justiça também há dificuldades, e isso foi construído por laudos equivocados, mas como eu estava, coincidentemente, na mesa e sendo conhecedor do fato fiz esses questionamentos.

Eu estou fazendo este pronunciamento porque quero chegar em casa e colocar a cabeça no travesseiro e dormir com a tranquilidade da missão cumprida.

Eu fui ao setor médico às 8h30 e não havia nenhum deles lá, mas dizem que trabalham três ou quatro horas por dia. São ao todo nesta Casa sete bioquímicos, seis assistentes sociais e nove psicólogos. É uma Casa em que não há tantos transtornos psicológicos assim nem problema de bolsa família para resolver.

Mas faço isso com muita tranquilidade porque sei que temos que ter paciência para construir caminhos novos. E aqui estarei apresentando um projeto de resolução para que o teto de insalubridade seja o mesmo da legislação do estado, pois entendo que os servidores têm que ter o mesmo patamar de encaminhamento da última legislação de 2006, assinada pelo governador Luiz Henrique.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Sr. deputado, apenas quero cumprimentá-lo pela coragem do pronunciamento, e me parece que esse botar de mão em cumbuca ajuda muito a sociedade catarinense.

E aproveitando as suas palavras faço um apelo também para que possamos usar essa sua declaração como um impulso, para que as contas desta Casa sejam mais públicas. A sociedade catarinense tem pedido isso e a Assembleia tem avançado nesse sentido. Nós, na Presidência do deputado Jorginho Mello, na Presidência anterior, do deputado Julio Garcia, já avançamos muito, deputado. Mas precisamos dar essa contribuição e avançarmos, para que as pessoas possam saber mais sobre o que cada deputado e cada funcionário têm à sua disposição, a fim de que esta Casa possa ter o privilégio da legitimidade, e que precisa reforçar.

Concluindo, deputado, que o seu empenho de trazer esse tema para a publicidade nos ajude a contribuir para dar mais transparência ao Parlamento catarinense.

Obrigada, deputado

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputada Angela Albino.

Quero enaltecer e parabenizar todos os que dirigiram esta Casa, porque no histórico levantado gradativamente e periodicamente a Assembleia legislativa tem evoluído muito nesse contexto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados os PP.

Com a palavra o sr. deputado Plínio de Castro, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Sr. presidente, sras. deputadas, srs.

deputados, pessoas que nos assistem através da TVAL e nos ouvem pela Rádio AleSC Digital, eu quero aproveitar este momento também para cumprimentar o vereador Altair Panis, do município de São Miguel d' Oeste, juntamente com o secretário de Cultura, sr. Altair José Fontana, que estão visitando esta Casa.

Sejam bem-vindos e nós ficamos muito felizes com a presença de cada dos senhores aqui.

Eu vou utilizar o tempo hoje que me foi concedido pela liderança do nosso partido, o PP, para abordar um tema que julgamos da maior importância para levar ao conhecimento da sociedade catarinense, que é o dever de cumprimento de fiscal das ações do estado, das empresas públicas de Santa Catarina.

Creio que não poderia ter um tempo mais apropriado para dar sequência à fala do deputado Jailson Lima, que fez aqui um breve relato de algumas situações encontradas em servidores públicos do nosso estado que precisam ser corrigidas.

Nós, que alguns dias atrás, torcemos o nariz para a votação de uma medida provisória, que autorizava o governo do estado, a Casan, a contrair um financiamento para investimento em saneamento apenas nos municípios do litoral, não o fizemos apenas por uma questão de protesto porque não contemplava os municípios da microrregião, da região do oeste catarinense, mas porque Santa Catarina também detém apenas 12% de tratamento de esgoto sanitário da sua população.

Nós, que temos uma grandiosa empresa que cuida na sua grande maioria, ou seja, em 50%, do abastecimento de água de toda a população catarinense; uma empresa que tem mais de 2,3 mil funcionários nos seus quadros de servidores; uma empresa que tem a responsabilidade de prestar um serviço a Santa Catarina, não estamos satisfeitos, principalmente, com o cumprimento dos prazos e dos compromissos assumidos com os municípios.

Nós selecionamos alguns encartes da imprensa de 2007, 2008 e 2009, em que a diretoria da Casan, através do seu presidente e dos seus diretores, faz diversas afirmações. Uma delas é do dia 1º de março de 2008, no jornal *Folha do Oeste*, de São Miguel d'Oeste, onde está o seguinte, resumidamente:

(Passa a ler.)

"Casan enfrenta dificuldades em abastecer cidades da região.

No dia 19 de dezembro do ano passado, a prefeitura de São Miguel encaminhou um ofício ao diretor Regional do Oeste, Milton Sander, e ao presidente da Casan, Walmor De Luca, solicitando o cumprimento do convênio firmado com a companhia em 2002, onde estabelece que a empresa se compromete a realizar a ampliação do sistema de abastecimento de água no município."

As cidades com maior dificuldade são Bandeirantes, Guaraciaba e São Miguel d'Oeste, e eu incluo Anchieta e tantos outros municípios daquela região.

No entanto, nós sabemos da dificuldade que passa o setor público para conseguir recursos para investimento, para financiamento, para dar um atendimento condizente com a população.

Mas, deputado Joares Ponticelli, nós não podemos nos conformar quando recebemos em nossas mãos a Ata n. 246 da reunião do conselho de administração da Casan, que faz um balanço financeiro da empresa do ano de 2008, e nos seus quadros apresenta uma distribuição de lucros à sua diretoria e ao seu conselho de administração, além do seu quadro de servidores. Servidores,

diga-se de passagem, contemplados, segundo a ata, com R\$ 465,00.

Eu gostaria que a assessoria da Casa apresentasse o quadro no telão para que todos possam acompanhar.

(Procede-se à apresentação de slides.)

Os funcionários da empresa receberam R\$ 467,00 de participação dos lucros. O presidente e os conselheiros receberam mais de R\$ 52 mil referentes, cada um, ao exercício de 2008.

Aqui está a relação de todos os seus diretores. São 14 diretores, deputado Joares Ponticelli. Há parlamentar que já foi da diretoria da empresa. Naquele período eram cinco, seis diretores. Agora são 14. Quase R\$ 1 milhão distribuído com os seus devidos valores.

Constam todos os valores. Aqueles que recebem valores diferenciados são porque estavam na função há menos de um ano.

Mude o quadro, por gentileza.

Novamente mais um conselho de administração, mais dez conselheiros, ou seja, entre diretoria e conselheiros, num total de 24, que soma quase R\$ um milhão.

Mude o quadro, por favor.

O presidente da Casan ganha dobrado: R\$ 52 mil como presidente, mais R\$ 52 mil como presidente do conselho de administração da empresa.

Volte o quadro, por gentileza.

No conselho de administração, eu não sei se a legislação permite isso, sempre soube que não, há secretário de estado recebendo também como representante da Casan.

Creio que o ato tenha sido legal, mas a imoralidade não podemos aceitar. A Casan esnobou um tarifaço em 2007.

Srs. deputados, o tempo não vai me permitir apresentar tudo que temos aqui no ano de 2007, mas queremos nos solidarizar com o sr. José Maurício, que tomou um susto, e comunicar a ele e a todos os catarinenses que têm dificuldade de pagar a sua conta de água no final do mês, que está na reportagem do *Diário Catarinense* do dia 28 de fevereiro de 2009 que a nossa bancada vai solicitar uma auditoria ao Tribunal de Contas do Estado e uma investigação ao Ministério Público...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Com relação ao pronunciamento do deputado Plínio de Castro, quero apenas fazer uma retificação, por amor à verdade, que o representante dos trabalhadores Jucélio Paladino fez a devolução dos valores.

Obrigada, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos à Ordem do Dia.

O sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu solicito, como líder do governo, se possível, a retirada da pauta da Ordem do Dia de hoje do PLC n. 0041/2008.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O projeto é de autoria do governo e v.exa., como líder do governo, tem legitimidade para tanto.

Solicito, então, à assessoria que retire o referido projeto da pauta da Ordem do Dia.

A Presidência registra a presença, nesta Casa, do prefeito Antônio Rodrigues e do vereador Sérgio Luiz de Souza, de Balneário Barra do Sul.

Srs. deputados, temos matérias que para deliberação necessitam de quórum qualificado. Portanto, solicito a v.exas. que permaneçam em plenário, uma vez que temos um projeto do Ministério Público que necessita de quórum qualificado, ou seja, 21 votos para deliberação.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional n. 0001/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que modifica o inciso IV do art. 173 da Constituição do Estado de Santa Catarina (apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais).

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade da emenda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0019/2009, de procedência do Ministério Público, que dispõe sobre a redução de prazos para a inscrição ao concurso de remoção e promoção no âmbito do Ministério Público do estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal pelo processo eletrônico.

Os deputados que votarem "sim" aprovam a matéria em primeiro turno.

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÔES	sim
DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JOSÉ PAULO SERAFIM	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO	sim

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO sim
 DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS
 DEPUTADO RENATO HINNIG sim
 DEPUTADO RENO CARAMORI
 DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim
 DEPUTADO ROMILDO TITON sim
 DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim
 DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
 DEPUTADO VALMIR COMIN

Indagamos se algum dos srs. deputados deixou de exercer seu direito de voto.

(Pausa)

Temos 27 votos "sim", com o voto do deputado Valmir Comin que se manifesta neste momento, nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0030/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a obrigatoriedade de placas de sinalização indicando hospitais nas rodovias estaduais e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0091/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que dispõe sobre modalidade de incentivo à melhoria das condições da rede estadual de ensino, através da disposição de espaços físicos às Associações de Pais e Professores - APPS - das respectivas unidades e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, na verdade eu apresentei esse projeto em função de ter sido solicitado por muitos professores e diretores de escolas de toda a rede pública do estado de Santa Catarina. Ele foi elaborado com a participação de diversos professores e diretores.

Hoje as diversas APPS que têm cantinas, atividades extras dentro das escolas para realização de atividades extracurriculares, como festejos de Páscoa, Dia das Mães, manter fanfarras e assim por diante, estão tendo dificuldades, pois o Tribunal de Contas está exigindo que sejam feitas licitações de todo o processo para que seja dada oportunidade a quem quer que seja, a qualquer empresa, de explorar essas cantinas nas escolas públicas estaduais.

Esse projeto permite a cedência desses espaços físicos para as APPS. E com isso sem a necessidade, portanto, de licitação. Inclusive, esse contrato prevê exatamente um

ano, renovável a cada ano, para as APPS. Portanto, vai resolver de vez um problema muito sério, eis que hoje muitas cantinas não estão mais funcionando em função dessa exigência do Tribunal de Contas. E esse projeto foi aprovado em todas as comissões por unanimidade. Então, peço aos nossos pares que o aprovem para que possamos de vez resolver um problema nas escolas públicas de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0221/2008, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que dispõe sobre a instalação de balanças fixas e/ou móveis nas rodovias catarinenses.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativa e aditiva.

Conta comparecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0371/2007, de origem da comissão de Legislação Participativa, que denomina Escola de Ensino Médio Jacó Anderle a instituição de ensino da rede pública estadual situada na rua Francisco Fausto Martins, s/n, no bairro Vargem Grande, no município de Florianópolis.

Conta comparecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - O professor Jacó Anderle foi um dos fundadores em Santa Catarina do PSDB e sempre teve o reconhecimento de toda a sociedade. Inclusive, na semana que passou o PSDB comemorou 21 anos de fundação. E a figura, o trabalho e o empenho dele foram muito lembrados por todo o estado de Santa Catarina.

Então, esta aqui é uma justa homenagem que o professor Jacó Anderle recebe da sociedade catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Está feito o encaminhamento.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0037/2009, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóveis no município de Cunha Porã (instalação de 2º/3º/2ª/11º Batalhão da Polícia Militar).

Conta comparecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Segurança Pública. Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0041/2009, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Passos Maia (construção da delegacia de polícia).

Conta comparecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Segurança Pública. Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0042/2009, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Palhoça (implantação de instalações voltadas ao reforço e à garantia do atendimento eletroenergético).

Conta comparecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia. Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0141/2009, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de São Bento do Sul (reforma e ampliação do Centro Social Urbano).

Conta comparecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0148/2009, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Aurora (construção de unidade básica de saúde).

Conta comparecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público. Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0339/2008, de autoria do governador do estado, que autoriza a reversão de imóvel no município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, a bancada do PT sempre teve um ponto de vista muito crítico quando se trata de repasse, de volta de terreno, de repasse de terreno para entidades privadas.

Aqui temos, no caso, uma universidade comunitária. E entendemos que é um processo extremamente delicado que se faz pagar R\$ 2,7 milhões por um prédio construído em cima de um terreno. E agora essa área volta para o estado?! Então, temos um ponto de vista crítico sobre isso. Inclusive tivemos deputado abstendo-se na comissão, mas aqui no Plenário, particularmente, este deputado vota favorável e libera a bancada para votar conforme a sua consciência.

Muito obrigado.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, esse projeto tramitou em todas as comissões, e fui relator na comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Esse prédio é importante para a secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau, que lá já está instalada. É um prédio que já serviu durante um bom tempo à nossa universidade, cumpriu a sua missão, e agora automaticamente volta para o estado na certeza de que vai ser mais um equipamento e podendo ser aprimorado, levando o governo a ficar mais próximo do cidadão, pois esse é o objetivo da descentralização do governo Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan.

Agradeço a todos os deputados que ajudaram, mas demorou muito, poderia ter sido um pouco mais cedo.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0130/2009, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública o Instituto Internacional de Prevenção às Drogas - IIPDROG, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0136/2009, de autoria do

deputado Gelson Merisio, que declara de utilidade pública a ONG Voluntários Amigos dos Bichos, com sede no município de Chapecó.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0137/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação dos Nordestinos de Blumenau.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0163/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santo Amaro da Imperatriz, com sede no município de Santo Amaro da Imperatriz.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0175/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública a Associação de Amigos e Moradores do Parque Joinville, com sede no município de Joinville. Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0176/2009, de autoria do deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Associação Casa de Reabilitação Nova Vida em Cristo, com sede no município de Caçador.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0177/2009, de autoria do deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Nova Vida de Caçador - ABENOVI, com sede no município de Caçador.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 178/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Obreiros da Luz, com sede no município de Joaçaba.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0189/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública o Lira Circolo Italiano Di Blumenau, com sede no município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir encerramos sua discussão.

Em votação.

O sr. deputado Giancarlo Tomelin - Peça a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Simplesmente para dizer que o Lira Circolo Italiano Di Blumenau faz um grande serviço, um grande trabalho e ontem lançou a Festa Itália em Blumenau. É ele que coordena. É um projeto meritório e peça a todos os deputados que aprovemos isso com rapidez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0084, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que reconhece o município de Porto Belo como Capital Catarinense dos Transatlânticos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, eu gostaria de registrar que estão presentes no plenário, para acompanhar esta votação, o presidente da Câmara de Vereadores de Porto Belo, Emerson Stein, o diretor de turismo daquele município, Luciano Costa, a presidente da Câmara de Vereadores de Itapema, Nilda Simas Ribeiro, e também Josiane Mendes Bezerra, técnica da secretaria de Turismo de Porto Belo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feitos os registros, esta Presidência também cumprimenta todas as lideranças políticas de Bombinhas, Itapema e Porto Belo.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, primeiro quero cumprimentar o deputado Cesar Souza Júnior pela proposição e particularmente o município de Porto Belo, por estar ostentando hoje esse título muito adequado.

Quero dizer que esperamos que Florianópolis também se espelhe no município de Porto Belo e que o deputado Cesar Souza Júnior, que também é da base de Florianópolis, possa pensar num sistema hidroviário, nesse caos que a região vive em torno do transporte coletivo. Ontem foi remetida a LDO para a Câmara de Vereadores de Florianópolis, fala-se em novas ligações viárias, mas não há uma linha, novamente, de usar esse grande patrimônio que é o mar de Florianópolis.

Portanto, parabênzo o deputado Cesar Souza Júnior e muito particularmente o município de Porto Belo por esse título que conquista hoje na Assembléia do Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Na mesma linha da Deputada Angela Albino, quero parabenizar o deputado Cesar Souza Júnior. E não poderia deixar de fazê-lo, porque a minha avó é de Porto Belo. O meu avô foi a Porto Belo para casar, e eu me criei pegando tusquinha em Porto Belo, pescando siri no baixio de Porto Belo. Hoje, quando vamos pescar siri, pegar tusquinha, vemos aqueles belos transatlânticos que trazem desenvolvimento econômico, que trazem uma nova face para Porto Belo e toda a região.

Certamente, o novo porto está sendo feito para que os transatlânticos possam se aproximar com mais segurança. E está sendo feito pelo governo do estado. Inclusive, esteve presente no lançamento e certamente iremos aprimorar o turismo em Santa Catarina. Que Porto Belo continue a ser a nossa cidade referência, o nosso belo, belo Porto Belo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0098/2009, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que isenta do pagamento da taxa de pedágio todos os veículos pertencentes aos moradores do município onde estejam as praças de pedágio, cujos veículos estejam ali emplacados.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Economia, Tecnologia e Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados, esse projeto é uma demonstração de indignação que esta Casa vai dar à sociedade catarinense pela maneira com a qual o pedágio está sendo instalado em Santa Catarina, pedágio esse que é instalado em nosso estado sem respeito à população, sem respeito ao contrato, sem respeito à realidade local. O escopo do projeto é isentar o morador local do pagamento do pedágio diário em lugares como o município de Porto Belo, o município de Palhoça, onde a BR funciona como via alternativa de tráfego local.

Por isso peço o apoio dos demais deputados. O projeto já tramitou nas comissões. Sabemos que tem um caráter bastante polêmico na sua gênese, mas sem dúvida é uma demonstração que esta Casa dá hoje à sociedade catarinense da sua indignidade pela maneira com a qual o pedágio vem sendo implantado. Caberá ao Poder Público determinar a maneira como essa medida será implantada.

Agora, sem dúvida alguma, cobrar pedágio de pessoas humildes, que transitam para o seu trabalho, como eletricitistas, pedreiros, diariamente, sem uma via alternativa, é uma indignidade! E o projeto contempla também os moradores da região sul do nosso estado que têm hoje que sair da Grande Florianópolis. Você sai da Grande Florianópolis e paga, mas não cai na rodovia duplicada, deputado Manoel Mota. Cai numa rodovia em obras, lenta, perigosa, indigna. O pedágio vem sendo implantado em Santa Catarina de maneira desastrosa.

Esperamos também que o Ministério Público Federal aja e que as ações que estão na Justiça Federal tenham consequências, mas é importante que esta Casa, como a Casa do Povo de Santa Catarina, dê esta demonstração, na tarde de hoje, determinando que aquele que mora no município tenha a possibilidade de não ser onerado com mais esse pesado encargo.

Este tema já tem precedência em alguns tribunais. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro já reconheceu o direito de os moradores do município não pagarem pedágio ali onde residem. Lei idêntica promulgada no estado do Paraná sofre, sim, contestação judicial, mas com resultado muito apertado no Tribunal de Justiça. Trata-se de um tema polêmico, mas acima de tudo é a demons-

tração desta Assembleia de sua irresignação pela maneira arbitrária, ilegal, injusta e imoral pela qual as praças de pedágios estão sendo instaladas em Santa Catarina.

Essa não é a bandeira de um deputado, de um partido. É um momento em que este Poder demonstra a sua irresignação e a sua vontade de que o direito do cidadão local, do seu município de ir e vir seja respeitado. Por isso peço a todos os deputados a aprovação desta matéria para que possamos passar esta mensagem e garantir ao cidadão catarinense o direito de ir e vir dentro do lugar onde ele reside, onde ele mora.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, estamos fazendo o encaminhamento de votação do Projeto de Lei n. 0098/2009, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior. Pelo que vejo todos os srs. deputados vão querer se manifestar. É possível negociar dois minutos para cada deputado?

(Os srs. deputados se manifestam fora do microfone.)

Então, cada deputado terá um minuto para se manifestar.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente! Quero parabenizar o autor do projeto e dizer que esse pedágio é uma afronta à população catarinense. Sr. presidente, como os alunos que estudam em Florianópolis, as pessoas que trabalham aqui vão sobreviver pagando esse pedágio?

Então, sou favorável e parabênzo o autor deste projeto.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de cumprimentar o deputado Cesar Souza Júnior pela iniciativa do projeto e dizer que tive a honra de relatar este projeto na comissão de Economia. Entendo como mais uma demonstração desta Casa de indignação pela instalação das praças de pedágio, não pelo pedágio em si, mas pela forma como foi conduzido este processo.

A população que reside no município de Palhoça, especialmente, está sendo penalizada brutalmente porque tem no centro do seu município a instalação de uma praça de pedágio, dificultando o seu direito de ir e vir, principalmente para aqueles moradores que moram ao sul do município.

Portanto, gostaria de pedir o apoio dos srs. deputados para a aprovação unânime do projeto na tarde de hoje.

O Sr. deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, em nome do PSDB e por delegação do nosso líder, nós queremos dizer que o deputado Cesar Souza Júnior, quando da

apresentação deste projeto realmente estava pensando na população de Palhoça que, em vista da instalação do posto de pedágio, está sendo altamente penalizada.

Este Parlamento, no dia de hoje, precisa efetivamente aprovar este projeto de lei para que possamos ter a isenção do pagamento do pedágio para todos aqueles que moram na cidade de Palhoça, bem como também, sr. presidente, para todos aqueles que saem da Grande Florianópolis em direção ao sul do estado, que também devem estar isentos porque o trecho da BR-101 sul ainda não está terminado, e, se deixarmos, levará mais oito anos.

Muito obrigado!

O Sr. deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, quero cumprimentar o eminente deputado Cesar Souza Júnior pelo projeto interessante e importante. Em dois sábados nós paramos, trancamos a BR-101, porque não existe a obra.

Estão cobrando pedágio indevidamente, penalizando Palhoça, que está tendo a sua cidade dividida. Então, acho que é preciso que alguma medida seja tomada.

Nós estamos legislando com relação à matéria federal. Eu sei que isso é bastante complicado, mas por consciência votaremos a favor para poder chamar a atenção do Ministério Público Federal, que está deixando passar uma coisa indevida, ou seja, cobrar pedágio onde não há estrada. Então é preciso chamar a atenção!

Parabenizo o deputado Cesar Souza, que levanta a questão para que seja debatida. Tenho certeza de que é hora de tomarmos algumas medidas, e faremos no sábado um novo movimento ali no pedágio, fechando o tráfego, não deixando os carros transitarem por algumas horas.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, quem sai do sertão para ir para o centro de Porto Belo tem que pagar pedágio, porque o PT instituiu o pedágio. A Ideli Salvatti é a dona do pedágio em Santa Catarina. Nós somos a favor de um pedágio bem feito, com regras e com normas, não de um pedágio realizado dessa forma.

Vejam que aqui em Palhoça nós estamos cobrando pedágio sem ter duplicado a BR-101. O PT, a Ideli Salvatti e o governo ora instalado instalaram um pedágio numa rodovia não duplicada, e também na rodovia que nós Tucanos duplicamos.

Eu espero que o governo federal possa rever esse posicionamento. Também espero que a senadora possa rever o seu apoio ao José Sarney, revendo junto o apoio a este pedágio que realmente envergonha Santa Catarina.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, isso virou um debate político, tanto que há tantas inscrições para manifestação aqui. Trata-se de um debate extremamente político.

Nós vamos votar a favor - é bom que se registre em ata - enquanto não existirem as ruas paralelas. Este é um pedágio do Fernando Henrique, e amanhã vou trazer a assinatura dele no contrato para os Tucanos verem.

Este pedágio já foi definido em 2000, bem como até o ponto de instalação de todas as praças, e as prefeituras não se prepararam para fazer as ruas paralelas até hoje.

Então, há muitas pessoas com culpa no cartório, e agora vêm aqui dizer que não têm nada a ver com isso.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, que se desloca para o sul, por um minuto, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, nós apresentamos uma emenda ao projeto do deputado Cesar Souza Júnior que pretende isentar de cobrança os moradores dos municípios onde estão localizadas as praças. Nós incluímos uma emenda para isentar os moradores do sul do estado até que a duplicação seja concluída. Aquela praça localizada onde está é um caça-níquel, é criminosa, porque cobra exatamente o trecho onde começa a duplicação do trecho sul e sabemos que lá a obra vai demorar muito tempo ainda, até por conta do túnel no Morro dos Cavalos, da Ponte de Cabeçada, do corte do Formigão e do elevado de Araranguá.

Por isso nós temos que empreender todos os esforços para que aquela praça seja desativada porque ela é imoral, um caça-níquel, criminosa. Por isso o nosso voto é a favor do projeto com a emenda que apresentamos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, aqui temos que restabelecer a verdade, pois a fala do deputado Giancarlo Tomelin é extremamente infeliz.

Como o deputado Décio Góes já falou, nós vamos trazer aqui para todos verem o contrato assinado em 2000 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso com o testemunho, inclusive, do governador à época, Paulo Afonso, com todas as praças de pedágio estipuladas no contrato do BIRD, do lado do rio Cubatão. E se fossem cobrar o preço do contrato, hoje estaríamos pagando R\$ 7,00 ou R\$ 7,50 pelo pedágio. Então essa é a diferença, ou seja, estarmos pagando R\$ 1,10.

Então, infelizmente, está sendo falado só uma questão, e aí acho interessante porque a Justiça vai ter que restabelecer a verdade. A questão vai ser discutida no Judiciário. Eu quero terminar dizendo que nós apoiamos o projeto nessa luta do pagamento do pedágio do...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem,

para encaminhamento de votação, o deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, esta Casa já se manifestou contra o pedágio inclusive comparecendo em manifestações lá no trevo de Palhoça. Este deputado estava lá, dois anos atrás.

Portanto, como disse o próprio deputado Cesar Souza Júnior, não importa se vai ser constitucional ou inconstitucional, o importante é que está refletindo o nosso protesto, a nossa revolta pela forma como está sendo implantado e executado. Isso apenas vai atender aos moradores com carros emplacados no município, e já é um passo. Mas antes de tudo mostra o nosso protesto.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, o que espanta é que todos são contra, mas o pedágio existe. Inclusive v.exa., que também presidiu aquela audiência em Criciúma, sabe quanto o atraso nas obras tem prejudicado o desenvolvimento econômico do sul do estado, e agora com o pedágio vai ser ainda pior.

Portanto, esta Casa acerta na hora em que aprova este projeto. E já peço ao deputado Cesar Souza Júnior para que possamos na sequência, na sessão de amanhã, aprovar uma moção pedindo a aprovação de um projeto de lei da deputada Angela Amin que tramita no Congresso Nacional sobre a mesma matéria, mas estendendo para o território nacional. Tem o mesmo valor do projeto do deputado Cesar Souza Júnior, que embora feito a partir da situação de Palhoça vai beneficiar todos os catarinenses.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Queria parabenizar o deputado Cesar Souza Júnior, todos os deputados das comissões por onde o projeto passou e os deputados que hoje irão aprová-lo de forma unânime.

Quero registrar que a nossa posição não é contra aquele pedágio, nem contra o pedágio "A", "B" ou "C", mas permanece sendo contra todo e qualquer pedágio. É ilegal, imoral e engorda principalmente o monopólio internacional da OHL Brasil, que já disse que não quer nem saber. O contrato foi feito, vai ser cumprido e, no prefeito que quiser estrada paralela, eles ainda vão meter uma multa.

Então essa é a situação, um desrespeito com o povo de Santa Catarina, com o povo da Palhoça. O cidadão ou a cidadã que mora no sul da cidade e trabalha no comércio no centro da cidade, gasta o 13º salário inteiro para pagar pedágio, o que é um absurdo.

Parabéns pelo projeto e vamos votar...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0358/2007, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que autoriza o governo do estado a instituir o Serviço Social na rede estadual de ensino.

Ao presente projeto foi apensado o Projeto de Lei n. 0388/2007.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero cumprimentar os vereadores Celso Renato França, Antônio Carlos Brocardo e João Ubirajara da Silva, todos da cidade de Ponte Alta do Norte, que estão visitando o Parlamento catarinense.

Sejam todos bem-vindos!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Eu gostaria de parabenizar o deputado Cesar Souza Júnior pelo projeto de extinção do pagamento do pedágio no trecho de Palhoça. Este pedágio não é uma coisa afrontosa, mas um assalto. Quando nós vamos para o sul, pagamos o quê? Pagamos os buracos! Precisamos apurar os fatos e pediria aos nobres colegas que fôssemos mais a fundo na questão do pagamento do pedágio.

Gostaria de registrar também a presença do prefeito de Pedras Grandes, Antônio Felipe Sobrinho, que veio fazer o

convite para a Festa do Vinho, e também do vereador Isaltino, presidente da comissão organizadora da festa.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GOÊS - Já que esse tema da questão do pedágio é tão polêmico e está atraindo a todos para o debate, gostaria de fazer um convite para uma audiência pública, na próxima sexta-feira, dia 10 de julho, que contará com a presença do presidente da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres - e do presidente da concessionária da rodovia no trecho norte, na comissão dos Transportes e Desenvolvimento Urbano, às 9 h da manhã, nesta Assembléia.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para às 17h54.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 024ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 17h54, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Angela Albino - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dionei Walter da Silva - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - José Paulo Serafim - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Plínio de Castro - Professor Grandó - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0019/2009, de autoria do Ministério Público, que dispõe sobre a redução de prazos para a inscrição ao concurso de remoção e promoção no âmbito do Ministério Público do estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem

"não" rejeitam.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico).

DEPUTADA ADA DE LUCA sim

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL sim

DEPUTADA ANGELA ALBINO sim

DEPUTADO ANTONIO AGUIAR sim

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADO DÉCIO GOÊS sim

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO sim

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERISIO sim

DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN sim

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim

DEPUTADO JAILSON LIMA sim

DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JORGINHO MELLO sim

DEPUTADO JOSÉ NATAL sim

DEPUTADO JOSÉ PAULO SERAFIM sim

DEPUTADO JULIO GARCIA sim

DEPUTADO KENNEDY NUNES sim

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA sim

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO sim

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ sim

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS sim

DEPUTADO RENATO HINNIG sim

DEPUTADO RENO CARAMORI sim

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim

DEPUTADO VALMIR COMIN sim

Votaram 26 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 26 votos "sim" e nenhum

"não".

Está aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0084/2009, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que reconhece o município de Porto Belo como Capital catarinense dos Transatlânticos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0098/2009, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que isenta do pagamento da taxa de pedágio todos os veículos pertencentes aos moradores do município onde estejam as praças de pedágio, cujos veículos estejam ali emplacados.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.
Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0358/2007, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que autoriza o governo do estado a instituir o serviço social na rede estadual de ensino.

Conta com parecer favorável das

comissões de Constituição, de Educação, Cultura e Desporto, de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para às 17h56 para votarmos a redação final das matérias já aprovadas.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 025ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 17h56, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Angela Albino - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dionei Walter da Silva - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - José Paulo Serafim - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Plínio de Castro - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADO JAILSON LIMA - Parabeniza a equipe de policiais de Rio do Sul, que prendeu o padre Ângelo pelo crime de pedofilia.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Prestigia o Dia Internacional do Cooperativismo.

DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Solicita que a Casan tome as providências devidas e necessárias para fornecer água de boa qualidade às pessoas do município de Abelardo Luz; mostra preocupação com a falta de funcionários nas barreiras do estado de Santa Catarina.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Critica o deputado Plínio de Castro sobre seu pronunciamento referente a Casan; aborda o projeto de planos e carreira da Polícia Civil.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Faz um relato dos depoimentos que a população mais humilde fez em relação ao Plano Real.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

As atas das sessões anteriores serão lidas na próxima sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final das seguintes matérias: Projeto de Lei Complementar n. 0019/2009; Projetos de lei n. 084/2009; 098/2009; 0358/2007; 0030/2009; 0091/2009; 0221/2008; 0371/2007; 0037/2009; 0041/2009; 0042/2009; 0141/2009; 0148/2009; 0339/2008; 0130/2009; 0136/2009; 0137/2009; 0163/2009; 0175/2009; 0176/2009; 0177/2009; 0178/2009 e 0189/2009.

Não há emendas às redações finais.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as indicações n.s: 0427 e 0428/2009, de autoria do deputado Jailson Lima; 0429/2009, de autoria do deputado Darci de Matos; 0430, 0431 e 0432, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0433/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0434 e 0435/2009, de autoria do deputado Edison Andrino, 0436/2009 e 0437/2009, de autoria do deputado Plínio de Castro, conforme determina o art. 206 do Regimento interno.

O sr. deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero registrar a presença do prefeito de Abelardo Luz, que está na capital do estado, e que neste momento visita o Parlamento Catarinense.

Boas-vindas a v.exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência registra, com a mesma alegria, a presença da ilustre personalidade.

Esta Presidência comunica que defere os seguintes requerimentos: 0837 de autoria do deputado Renato Hinnig; 0839/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0840/2009, de autoria do deputado Valmir Comin; 0842/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0844/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0845/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0846/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0847/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0848/2009, de autoria do deputado José Paulo Serafim; 0849/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, gostaria de subscrever o Requerimento n. 0845/2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a aquiescência do autor, v.exa. passa também a subscrever-lo.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Com a aquiescência do deputado Pedro Uczai, gostaria de subscrever o Requerimento n. 0839/2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a aquiescência do autor, também o deputado Dirceu Dresch subscreve este requerimento.

Esta Presidência defere ainda os Requerimentos n.s: 0849/2009; 0850/2009; 0851/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0852/2009; 0853/2009, de autoria do deputado Edison Andrino; 0854/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0855/2009 e 0856/2009, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus...

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, gostaria de subscrever o Requerimento n. 0856, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a aquiescência da autora, v.exa. também subscreve o referido requerimento.

Serão encaminhados ainda aos destinatários os Requerimentos n.s: 0857/2009; 0858/2009; 0859/2009; 0860/2009, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0841/2009, de autoria do deputado Jailson Lima; 0843/2009, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior; 0861/2009...

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, gostaria de subscrever o Requerimento n. 0841, de autoria do deputado Jailson Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a aquiescência do autor, v.exa. passa a subscrever o Requerimento n. 0841/2009.

Ainda serão encaminhados os Requerimentos n.s 0861/2009 e 0862/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Pedido de Informação de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao presidente da SC Parcerias, solicitando

informações sobre o processo licitatório para contratar empresa para limpeza de linhas telefônicas, varredura de escuta e rastreamento de sinais de rádio frequência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao presidente da Jucesc e ao reitor da Udesc, solicitando informações sobre a lista da nominata dos candidatos do Concurso de Tradutor Juramentado do idioma italiano, realizado em 24 de maio do corrente ano.

Em discussão.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, com a aquiescência do autor, gostaria de subscrever este pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a aquiescência do autor, v.exa. subscreve o pedido de informação.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Srs. deputados, antes de passarmos ao horário de Explicação Pessoal, esta Presidência suspende a presente sessão e solicita que os srs. deputados permaneçam em plenário para, conforme requerimento e entendimento de líderes, recebermos o prefeito de Pedras Grandes, as rainhas e princesas da Festa do Vinho Goethe daquele município.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, apenas para concluir, esta noite o vice-prefeito e secretário de Transportes, João Batista Nunes, reuniram-se à 13h:30 com os trabalhadores e chegaram a um acordo. Há um documento conclusivo sobre o assunto, com o aval do prefeito Dário Berger, que todo mundo sabe que eu não costumo defender. Mas de fato chagaram a um consenso, mas já estavam com tudo pronto para que pudessem acabar com a greve pela madrugada. No entanto, os trabalhadores exigem, e está correto que assim o façam, que as empresas subscrevam esse documento, porque não está claro de onde virão os recursos que darão conta da principal pauta, que é o pagamento retroativo a maio.

Dessa forma, o empenho desta Casa e particularmente dos parlamentares que possuem a convivência política aqui no ambiente da Grande Florianópolis é muito importante. Que nós possamos conversar com os trabalhadores que estão reunidos e com os empresários, para ajudar os prefeitos da região a por um fim a essa greve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) Muito bem, sra. deputada!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu não vi ninguém reclamar ainda da ausência do governo do estado nesse processo. Mas alguém pode dizer: Mas o governo não tem nada a ver com isso.

É claro que tem! O problema não é só na Capital, não é só do município de Florianópolis, é no transporte coletivo de toda região metropolitana que está comprometido. É São José, é Biguaçu, é Palhoça. E onde está o Deter? Eu não vi o Deter ainda participar desse processo; não vi o governo do estado, a secretaria de Desenvolvimento Regional.

Deputada Angela Albino e deputado Décio Góes, isso é reflexo de mais um grave erro que o atual governo cometeu, quando extinguiu as regiões metropolitanas. Se estivessem as regiões metropolitanas da Grande Florianópolis em funcionamento, esse era um assunto que estaria sendo tratado lá na região metropolitana. E onde é que está o projeto das regiões metropolitanas, que o governador extinguiu, prometeu mandar de volta e não mandou? Eu quero ver também a presença do governo do estado, porque é o problema da Capital que se reflete em todo o estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Está suspensa a sessão por dez minutos. E concedo a palavra ao prefeito Antônio Felipe Sobrinho, para divulgar a VI Festa do Vinho do município de Pedras Grandes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, está toda essa polêmica nacional em função da permanência ou não do presidente José Sarney no comando do Senado. E quero dizer que no momento em que a maioria dos partidos já decidiu pela solicitação de afastamento, deputado Jailson Lima, na tarde de hoje, o PT, Partido dos Trabalhadores, e era uma decisão aguardada no meio político brasileiro, também decidiu solicitar o afastamento do presidente José Sarney, por 60 dias, do Senado. Uma atitude elogiável, corajosa, também do Partido dos Trabalhadores, até porque o José Sarney é integrante do governo.

A nossa Assembleia Legislativa foi a primeira no Brasil a aprovar por unanimidade. Por isso quero dizer do orgulho de integrar esta Casa, porque no dia 17 de junho, por unanimidade, nós aprovamos uma moção aqui pedindo o afastamento do Sarney. E agora me parece que o Brasil inteiro também está pedindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente deputado Moacir Sopelsa, tenho o privilégio de dividir o meu tempo com v.exa.; portanto, vou ser rápido, breve. A minha intervenção é no sentido de parabenizar a equipe de policiais de Rio do Sul, que prendeu o padre Ângelo pelo crime de pedofilia, o que foi divulgado na imprensa nacional.

A delegada, dra. Carla, o dr. Luiz Carlos Gonçalves, o dr. Almiro Costa, a dra. Patrícia, a Cláudia Stédile e o Robson, o Carlos, a Sueli e a Tânia, assim como o Mário Miguel, fazem parte da equipe que acompanhou todo o processo. E mais precisamente o comissário Mário Miguel, o Carlos Roberto Basto Miguel, a Cláudia Stédile, a Sueli Kampel e o Robson dos Santos, o Ruan Cipriani, o Jailson Hoffmann, a Tânia de Arruda, o Adalberto Gavioli e o Ari Santos e também a dra. Cintia tiveram um papel fundamental.

Faço essa intervenção porque sou médico e questiono muito o celibato na igreja. Se nós observarmos as denúncias de pedofilia no mundo, a igreja católica é onde tem acontecido isso de forma mais presente. Sou católico, deputado Professor Grandó. Enquanto as igrejas evangélicas e pentecostais tem crescido no Brasil e no mundo afora, o contingente de padres no Brasil baixou de 40 mil para dez mil.

Alguma coisa tem de diferente que precisa ser questionada. Tivemos o caso, em 2005, de um padre do México, chamado Dagomar, que ao ter mantido relações e procriado um filho, matou a criança com medo de ser questionado pela igreja. Isso foi descoberto.

Então, a igreja necessita, no meu entendimento, quebrar seus paradigmas. É lógico, o celibato faz parte da história da igreja, e nós temos clareza de que isso surgiu em tempos remotos, na sua origem, pela preocupação dos padres ao casarem deixarem os bens da igreja como herança.

Por isso, parabéns à equipe de policiais de Rio do Sul, pela ação audaciosa de mais de dois meses de investigação, e sei que foi uma ação tensa pela figura que representa esse padre na cidade de Rio do Sul, era uma figura muito querida pela comunidade.

Eu pessoalmente o conhecia e jamais imaginei que aquela figura pudesse ser alguém que tivesse cometido esse tipo de pecado e de crime que é condenável no mundo inteiro, tanto que o Congresso Nacional possui a Frente Parlamentar de Combate à Pedofilia. E em Santa Catarina não podemos ter um comportamento diferente a não ser também de renegar e condenar, deputado Professora Odete de Jesus, esse tipo de procedimento, principalmente entre religiosos.

Eu que sou católico, que sou cristão, tenho que aqui como médico dizer: acho que a igreja tem que rever os seus conceitos e quebrar alguns paradigmas, porque, talvez, se permitisse o casamento, eliminaria a importância do celibato. Como tem isso como prioridade, talvez assim pudesse reduzir um pouco desse tipo de distúrbio comportamental que tem sido muito mais frequente na igreja católica do que nas outras religiões.

Quero neste momento passar o tempo que me sobra da inscrição ao deputado Moacir Sopelsa, para que faça o seu pronunciamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Eu quero primeiro, sr. presidente, agradecer ao deputado Jailson Lima, que gentilmente nos cede a metade do seu tempo de dez minutos. Parabéns pelo seu pronunciamento, deputado, e muito obrigado por essa sua gentileza.

Não podia deixar no dia de hoje, deputado Plínio de Castro, v.exa. que é também um oestino, do oeste de Santa Catarina, onde temos um cooperativismo que

podemos nos orgulhar... Somos sócios, cada um das suas cooperativas. Dia 4 de julho, próximo sábado, é o Dia Internacional do Cooperativismo. E as cooperativas em Santa Catarina possuem, sem dúvida nenhuma, uma importância muito grande - tanto as cooperativas de crédito, as cooperativas de produção e consumo, as cooperativas de transporte, as cooperativas de saúde, enfim, como todo o setor cooperativista.

Quero citar alguns números da força do cooperativismo aqui em Santa Catarina. As cooperativas catarinenses em seu conjunto faturam R\$ 11,73 bilhões por ano. As cooperativas somaram um montante, em 2008, 22% superior a 2007.

O sistema cooperativista é formado por 255 cooperativas do ramo agropecuário, de consumo e de crédito, no sistema educacional, em especial em educação, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho e transporte.

As cooperativas representam mais de 860.000 famílias associadas (crescimento de 10,6%), o que corresponde a mais de 1/3 da população estadual. Juntas empregam diretamente 30.000 pessoas, contingente que cresceu 12,7% em 2008.

Vale ressaltar que o ramo agropecuário, mais uma vez, demonstrou sua absoluta hegemonia: as 51 cooperativas responderam por 66,8% do movimento econômico com faturamento de R\$ 7 bilhões 406 milhões (crescimento de 24% em relação a 2007).

O segundo maior movimento foi das 33 cooperativas da Saúde, que cresceram 14,1% e faturaram R\$ 1 bilhão 658 milhões."

E assim vão as cooperativas de crédito, cooperativa do ramo do transporte, equipamentos, e os demais ramos do cooperativismo.

(Continua lendo.)

"Os demais ramos com movimentação econômica foram: Trabalho (16 cooperativas) com R\$ 38,6 milhões; Educacional (12 cooperativas) com R\$ 8,5 milhões; Produção (4 cooperativas) com R\$ 603 mi; Habitacional (3 cooperativas) com R\$ 917 mil; Especial (2 cooperativas) com R\$ 208 mil e Mineral (1 cooperativa) com R\$ 187 mil.

Apesar do aumento da receita operacional bruta das cooperativas em 22,2%, as sobras do período registraram acentuada redução da ordem de 61,5% - resultado da crise do comércio internacional e da queda de preços dos principais itens da pauta de exportação, especialmente os produtos cárneos.

O patrimônio líquido das 255 cooperativas cresceu 16% e atingiu R\$ 2 bilhões e 380 milhões.

Quero, neste momento, cumprimentar todos os membros da Frente Parlamentar Cooperativista, congratular-me com todos os membros, diretores e associados deste segmento pela passagem desta data, lembrando ainda que no momento nosso maior desafio é com a aprovação de Lei Estadual do Cooperativismo." Compromisso, srs. deputados, que esta Casa tem.

A Frente Parlamentar de Cooperativismo precisa convencer e eu acredito que há o convencimento por parte do governo do estado para podermos criar uma lei do cooperativismo e dar uma segurança ainda maior e melhor a este setor, que merece reconhecimento e respeito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneir) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar que, hoje, às 19h, acontece a abertura oficial do Congresso Estadual da CUT - Central Única dos Trabalhadores, nesta Capital.

Quero cumprimentar todos os trabalhadores e a direção da CUT por este grande evento que acontecerá nos próximos dias, aqui, o Congresso Estadual.

Quero registrar que hoje entra em vigor, e nós vamos estar discutindo na sexta-feira aqui, a Lei do Microempreendedor Individual, uma grande conquista para os nossos pequenos empreendedores.

Também quero registrar que amanhã não estaremos aqui, porque, juntamente com o deputado Décio Góes, vamos viajar para Minas Gerais para conhecer a experiência de pagamento por serviço ambiental, que está sendo executada e trabalhada na cidade de Extrema, no estado de Minas Gerais.

Então, gostaria de justificar que não vamos estar aqui presentes por motivo de uma viagem para buscar experiência sobre o pagamento por serviço ambiental e também para trabalhar este tema em Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência registra com satisfação a presença no Parlamento catarinense do ex-prefeito de Calmon, João Batista De Geroni, e também do vereador Joacir. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa.

O próximo orador inscrito é o sr. Deputado Plínio de Castro, a quem concedo a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos assistem pela TVAL e nos ouvem pela Rádio Alecs Digital.

Quero iniciar a minha fala, na sequência do grande deputado Moacir Sopelsa, que fez com a sua serenidade, rapidamente, porque não havia muito tempo, um breve relato desse setor tão importante para a economia catarinense, da forma mais limpa que conheço para distribuir sobras dos resultados de uma atividade econômica, que é o setor cooperativista do nosso estado. Quero fazer minhas, deputado Moacir Sopelsa, se v.exa. assim o permitir, como cooperativista que somos, as suas palavras. Parabenizo todo o setor cooperativista do nosso estado que no próximo dia 4 comemora a sua data.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

Mas não posso, sr. presidente, deixar de complementar a fala que fiz quando do horário do partido, desta tribuna, na tarde de hoje, com relação à distribuição de sobras dos lucros da Casan no ano de 2008.

Foi aprovada nesta tarde uma indicação de nossa autoria para que a Casan tome as providências devidas e necessárias para fornecer água de boa qualidade às pessoas do município de Abelardo Luz.

Na semana passada, quando lá estive, fui cientificado por quatro vereadores daquela Casa legislativa municipal sobre as condições da qualidade de água que estava chegando para as pessoas de Abelardo Luz.

Essas constatações têm sido frequentes nas visitas que estamos fazendo pelo interior do estado. Aprovamos essa indicação porque entendemos que água de boa qualidade trata-se de saúde pública. Por isso da nossa responsabilidade.

Nós, nos dias de hoje, compreendemos o quanto as empresas apertam os seus balanços, o quanto as empresas enxugam as suas máquinas administrativas para fazer sobrar recursos para investimento, mas não podemos, de maneira nenhuma,

silenciar ou concordar pacificamente - embora, repito, talvez seja questão de ordem legal, mas na nossa avaliação seria imoral - com a distribuição de sobras aos seus 14 diretores e para mais 10 conselheiros no valor de quase R\$ 1 milhão, fruto do exercício financeiro de 2008, ou seja, R\$ 52.365,00 para todos os seus diretores com tempo integral de trabalho durante o período de 2008 para dar valor exato, e o seu presidente, como faz parte do Conselho de Administração, recebe o valor dobrado, R\$ 104 mil.

Enquanto isso as pessoas de Santa Catarina que recebem um salário mínimo ou um pouco mais sofrem, muitas vezes, para pagar a sua conta de água no final do mês.

Por isso, nós levantamos esse assunto no dia de hoje e trouxemos algumas informações da imprensa com o seguinte teor: (Passa a ler.)

"O açougueiro João Maurício levou um susto ao ler a conta que recebeu em casa, na capital." (*Diário Catarinense*, 28 de fevereiro de 2009)

Mas quero ler uma parte de um artigo muito bem produzido de 11 de março de 2009, também do *Diário Catarinense*, na sessão de artigos, assinada pelo professor universitário Osvaldo Furlan.

(Continua lendo.)

"Desserviços da Casan

Casan, três tarifas em 24 meses. Em 2008 elevou 8% a tarifa de água e 28% a do esgoto, hoje das mais caras do país.

Em 11 de dezembro de 2008 elevou de 6,60% para 8,25% as tarifas de verão das residências cujo volume fornecido superasse 20 metros cúbicos no mês, com o que taxou o turismo e desestabilizou finanças de hotéis. Em 28 de março de 2009 houve um novo aumento linear no valor de 9,77%, portanto, quase 28% de aumento apenas nos últimos meses."

A nossa indignação é porque nós entendemos que, sendo uma empresa pública, a sobra, deputado Décio Góes, o lucro deve ser reinvestido no serviço público, e nós concordamos absolutamente que o administrador público de uma empresa como a Casan, uma empresa de porte, presta um serviço essencial, relevante para o estado de Santa Catarina, que tem um quadro de servidores exemplar pela sua qualidade técnica, pela profissionalização, pelo serviço que presta dentro das condições.

Mas entendemos, no nosso modo de pensar, que é uma afronta contra a sociedade catarinense os seus diretores, em apenas um exercício financeiro, levarem quase R\$ 1 milhão, ou seja, repito, R\$ 52 mil cada diretor que exerceu a função nos 12 meses do ano e o diretor-presidente, R\$ 104 mil.

Por isso a nossa indignação, e faço esse registro aqui na Assembleia Legislativa em solidariedade às pessoas que sofrem para pagar sua conta de água no final do mês.

Deputado Décio Góes, venho de um município de 14 mil habitantes, onde temos mais de 1.200 propriedades rurais, mais de 46 comunidades rurais. E, nos últimos oito anos, no nosso período de governo, colocamos água na torneira dentro das casas em 90% das propriedades do interior do município. Nunca conseguimos ajuda da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

E agora que estamos aqui, nós nos deparamos com uma situação como essa. Por isso a nossa indignação.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Quería somar-me à sua indignação, porque mesmo se

nós tivéssemos o melhor índice do país em saneamento não seria justo, pois o lucro de uma empresa pública deveria ser reinvestido para baixar a conta de água e de luz, porque ela não está ali para dar lucro, mas para prestar serviço.

Com tantos municípios sem nenhum método de saneamento, ainda vemos essa farta distribuição dos lucros. Isso não fica bem para o povo catarinense pelos índices que nós temos em saneamento básico. Definitivamente não fica bem para o povo catarinense.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Eu agradeço a nobre participação de v.exa. e quero também, da mesma forma, a Casan tome as providências devidas e necessárias para fornecer água de boa qualidade às pessoas do município de Abelardo Luz.

É evidente que a Cidasc precisa de aporte financeiro do governo do estado e precisa, portanto, da autorização do governador.

Mas a nossa preocupação, deputado Moacir Sopelsa, é de que está faltando funcionários nas barreiras do estado de Santa Catarina. Nós temos uma condição exemplar e chegou-me a informação, esta semana, especialmente na região de São Joaquim e de Bom Jardim da Serra, onde existem várias barreiras, de que há funcionários da Cidasc trabalhando sozinhos por 24 horas, inclusive à noite, em barreira perdida lá no meio do mato.

Já houve casos de funcionários que passaram no processo seletivo, concurso feminino, que desistiram pelo pânico, medo, porque não há condição de se trabalhar sozinho.

Portanto, nós pedimos à Cidasc, ao secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural e ao governador, para que analise com muito carinho a possibilidade de autorizar a contratação das pessoas já concursadas. Há um concurso em andamento. É só chamar essas pessoas para garantir a preservação da condição sanitária do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Elizeu Mattos, líder do governo, a quem concedemos a palavra por até dez minutos. a Casan tome as providências devidas e necessárias para fornecer água de boa qualidade às pessoas do município de Abelardo Luz.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu vou falar sobre dois assuntos, mas o primeiro é sobre o pronunciamento do deputado Plínio de Castro.

Eu vou tentar da melhor maneira possível contar um pouco da história, do que é uma empresa de economia mista, uma S.A. Com tudo o que se falou da Casan, quem está em casa pensa que estão fazendo irregularidades, mas não há nada de irregular.

Dentro da lei das S.A.s existe lá a participação da diretoria e dos empregados nos lucros da empresa. Isso é lei! Ninguém e nem o Walmor de Luca está fazendo irregularidades. Está dentro da lei a participação dos funcionários e da diretoria nos lucros da empresa. Isso está no estatuto também da empresa.

E vou mais longe um pouquinho, deputado Plínio de Castro. Na verdade a Lei das S.A.s dispõe 10% de participação no lucro da empresa. E a Casan, deputado Professor Grando, por uma decisão de diretoria, diminuiu essa participação para 5% com relação ao lucro da empresa.

Mas é bem verdade, deputado Décio Góes, que a Casan contribui muito para os

cofres federais, só de impostos em 2008 recolheu 12,5%, quase R\$ 57 milhões de impostos.

Mas retornando a questão da Casan, em que eu não vejo ilegalidade nenhuma, porque isso é lei, está escrito, foi votado, e alguém fez a lei. A lei, deputado Professor Grando, não surgiu no governo de Luiz Henrique da Silveira e nem na administração de Walmor de Luca. A lei veio, bem anteriormente, em outros governos, quando existia a Lei de Participação nos Lucros.

O deputado Plínio de Castro até falou da participação dos empregados no valor de R\$ 400,00, mas não é mais. Em 2008, os empregados tiveram uma média de participação, através de abono, de R\$ 1.331,00 para cada um dos 2.305 funcionários da Casan.

Mas é bem verdade também, deputado Moacir Sopelsa, que no governo passado, de Esperidião Amin, que é do seu partido deputado Plínio de Castro, não havia essa participação dos empregados e da direção no lucro da empresa. Eu quero repetir aqui, de viva voz e bom som, que no governo que antecedeu Luiz Henrique da Silveira, do seu partido e do governador Esperidião Amin, não havia a participação dos empregados e da direção no lucro da empresa. E vou dizer o motivo. Porque a empresa estava falida, a empresa não tinha lucro. Eu vou apresentar aqui o balanço da empresa em 2002, o último ano de governo de Esperidião Amin. Foi R\$ 162 milhões de prejuízo.

Por isso que não havia participação nos lucros, deputado Moacir Sopelsa, porque não havia lucro. A Casan estava quebrando, fechando. O que mais se escutava no estado era que a Companhia de Águas e Saneamento do estado ia ser fechada.

Quando o Walmor de Luca assumiu a direção, muita gente dizia que ia ser presidente por três ou quatro meses porque a empresa estava quebrada. Mas foi bem pelo contrário. Mesmo com muitos municípios deixando de participar ou renovando o contrato com outros, a Casan voltou a ter lucro. Por isso que há a participação dos funcionários no lucro.

Para se ter idéia, no ano passado a Casan teve lucro líquido de R\$ 19 milhões. Bem diferente de 2002, onde a empresa teve um prejuízo de R\$ 192 milhões. E pasmem: mesmo em momento de crise, mesmo com todos os problemas, a Casan, no primeiro trimestre de 2009, já acumula um lucro de R\$ 19 milhões.

Temos que colocar os pingos nos ii, porque isso não acontecia antes e agora está acontecendo.

Qual é a irregularidade que há na distribuição dos lucros da Casan? Foi inventada uma lei pela cabeça do presidente da Casan, pelo governador? Não! É uma lei que vem de outros governos e o que se cumpre ali é a participação do empregado, do trabalhador no lucro da empresa.

Mas quero deixar aqui claro, deputado Plínio de Castro, sem demérito à sua fala e respeitando a sua posição, para quem nos assiste e nos acompanha, porque senão poderão pensar de forma errada, que essa é uma irregularidade, pois estão roubando. Não é verdade que isso está na Lei das S.A., podem procurar a lei, que é a lei que permite, que dá essa garantia de participação.

O Sr. Deputado Plínio de Castro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Plínio de Castro - Deputado Elizeu Mattos, não vou lhe tomar muito tempo, apenas quero lhe dizer que a

empresa está dando lucro. Com o tarifaço anunciado aqui em três meses, lido e publicado na imprensa em 24 meses, talvez até três vezes mais superiores ao valor da inflação daquele período, com a conta, é evidente que está dando lucro.

Nós não estamos aqui questionando o lucro da Casan ou se ela deu prejuízo no passado, se ela deu lucro. Quem está falando se é roubo, se não é, é v.exa., pois eu não falei isso.

Eu quero dizer que o ato pode ser legal, pode estar consignado no estatuto da empresa. Em nossa avaliação, enquanto faltam serviços para serem executados pela Casan nos municípios, os prefeitos muitas vezes têm dificuldades de conseguir uma pequena melhoria. Só os diretores e mais o conselho de administração levam quase R\$1 milhão em distribuição de *softwares*.

Nós, sinceramente, com todo o respeito, não concordamos com isso.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Só quero registrar que no passado, com o governador Amin, pouco se fazia e a Casan tinha um prejuízo milionário, bem ao contrário de hoje, que muito está sendo feito, está sendo recuperado e está dando lucro.

Mas quero aqui falar, deputado Professor Grando, sobre o plano de carreira da Polícia Civil que deu entrada nesta Casa, amplamente discutido com os policiais, com a categoria, com o empenho pessoal da base do governo que dá sustentação ao governador neste Poder e também do próprio governador.

Quero aqui tirar um desmentido que estão espalhando por aí. Já há gente espalhando que o projeto que vem na terça-feira é uma melhoria para toda a polícia, inclusive para a Polícia Militar, para todos os agentes, que virá o seguro acidentes. Enfim, são três projetos que virão para cá. Já estão semeando, através da rede de internet, um monte de mentiras, de garantias para a nossa polícia. Projetos esses que eu participei das negociações, mas que não tenho ainda totalmente conhecimento de tudo o que avançamos. E há gente que está torcendo pelo quanto pior melhor.

Está vindo um projeto para cá que vai beneficiar a base da Polícia Militar, completamente contrário do que estão falando por aí.

Nós construímos ontem, estudamos e virá para cá um projeto que dará aumento para a polícia; um projeto que vai reclassificar toda a Polícia Militar, igual ao projeto de plano de carreira da Polícia Civil. Virá para cá também um projeto que vai dar uma melhoria salarial, que é outro projeto, é o terceiro, de R\$ 100,00, em três vezes, para todas as polícias, independentemente se é coronel, se é capitão, se é soldado.

Nós estamos construindo um projeto para a nossa polícia que não estava, em momento algum, em discussão. Nós só tínhamos discutido o plano de carreira da Polícia Civil.

Nós estamos avançando muito mais! Então, é importante que parem de inventar, de espalhar a mentira, porque não estão contando a verdade pela internet. As pessoas que estão fazendo isso não conhecem o projeto que vai dar entrada nesta Casa na terça-feira. Aquele que quer ajudar a polícia tem de parar com isso, caso contrário, estará prejudicando uma instituição que muito merece e nós vamos aqui aprovar leis descentes e concretas para a nossa polícia.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo

orador inscrito, deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente e srs. deputados, em 1º de julho de 1994 nascia o real como uma nova moeda brasileira.

O Plano Real nasceu no governo Itamar Franco, quando Fernando Henrique Cardoso era o então ministro da Fazenda do Brasil, que soube escolher bem a sua equipe de economistas e elaborar um plano que realmente controlaria a inflação no país.

O plano teve como objetivo principal criar a Unidade Real de Valor, a URV, onde todos os produtos ficariam desvinculados da então moeda vigente que na época denominava-se cruzeiro real. Ficou estabelecido que uma URV corresponderia a R\$ 1,00.

O cruzeiro real da época se desvalorizaria em relação à URV se desvalorizaria também em relação ao Real. Porém, foi determinado um prazo para a vigência e depois a URV passou, então, a ser referência de cálculo para preços e contratos firmados desde a sua criação. O cruzeiro real foi deixando aos poucos de ser referência e também o caráter de moeda.

Deputado Professor Grando, vou mostrar uma reportagem apresentada hoje em uma principal rede de televisão do país.

Peço, favor, à assessoria que proceda a exibição do vídeo.

(Pausa)

Pode estar dando problemas técnicos no áudio apresentado, mas não deu problemas, evidentemente, na elaboração e na execução do Plano Real.

Mas quero ler textualmente as palavras do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso hoje para a revista *Exame*.

Eu peço à assessoria, se não há áudio, que retire a matéria, por favor!

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Deputado Marcos Vieira, eu apenas gostaria de, em um minuto de aparte, se v.exa. permitir, anunciar, com alegria, a filiação do ex-presidente Itamar Franco ao PPS. E juntamente com a filiação que ocorreu, pois ele promete que voltará à política não com pretensões nacionais, mas no sentido de construir, também será lançada uma biografia escrita pela ex-assessora Denise Paiva, com o título *Era Outra História*:

(Passa a ler.)

"O ex-presidente Itamar Franco, que acaba de se filiar ao PPS e promete voltar à política, também ganha biografia, escrita pela ex-assessora Denise. 'Era Outra História' pretende 'recolocar as coisas nos seus devidos lugares e dar nome aos bois', diz ela. Exemplos: O Plano Real é criação de Itamar Franco 'e não apenas de Fernando Henrique Cardoso'; a lei dos genéricos foi assinada por Itamar, em 5 de abril de 1993, 'e não pelo José Serra'. O lançamento será hoje, em Juiz de Fora, com a presença de ex-ministros de Itamar. FHC não deve comparecer." [sic]

Esperamos que o ex-presidente Fernando Henrique lá esteja, com o seu gesto de grandeza de homem público, que para nós do PPS é uma grande alegria ter um homem com o seu passado, sua seriedade e honestidade fazendo parte dos quadros do PPS.

Muito obrigado pelo aparte, deputado.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Deputados Professor Grando e Sargento Amauri Soares, se não tive condições de mostrar ao vivo a reportagem que foi ao ar ontem à noite e hoje pela manhã, quero aqui tentar descrever os mais diversos depoimentos que a população mais humilde do país deu em relação ao Plano Real. Em um dos depoimentos um senhor de aproximadamente 50 anos dizia da satisfação de, quando da criação do Plano Real, poder comprar a geladeira mostrada na reportagem; de ter condições de comprar mais alimentos, de ter condições de se alimentar mais e melhor com produtos de qualidade.

Esse foi o Plano Real que veio fazer com que a economia brasileira se estabelecesse de uma vez por todas. E faz 15 anos que a economia está absolutamente sob controle no país.

Mas o que mais chamou a atenção na época, talvez não para a população como um todo, mas para a classe política dominante, foi a posição clara e firme do Partido dos Trabalhadores, da bancada do Partido dos Trabalhadores, quando atuava no Congresso Nacional. Volto a dizer que foi uma posição firme, forte da bancada do PT no Congresso Nacional que votou, pasmem senhoras e senhores, contra o Plano Real, contra a estabilidade econômica, contra a população brasileira, contra esse plano de dar mais alimento, mais dinheiro ao povo brasileiro. E hoje estão usufruindo daquilo que de bom o Plano Real ofereceu nesses 15 anos, dando para a população aquilo que de melhor se pode ter.

Chegaram, inclusive, a provocar a desfiliação de um deputado federal do PSDB de Goiás, que tinha sido o mais votado naquele estado, para ser, nada mais nada menos, do que o primeiro e único presidente do Banco Central do Brasil no governo do presidente Lula. Até isso fizeram: tiraram do PSDB o presidente do Banco Central.

Mas o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em entrevista, no dia de hoje, à Rádio CBN, em rede nacional, disse que quando da elaboração do Plano Real no Brasil procurou todas as bancadas com assento no Congresso Nacional para expor o plano a todos os srs. deputados, inclusive à bancada do Partido dos Trabalhadores, dentre os quais o seu presidente, o então presidente do PT, deputado federal José Dirceu.

Dizia hoje o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso: "Convidei o então presidente do PT José Dirceu, que era deputado federal, para uma conversa na minha casa e disse o que iríamos fazer em benefício da sociedade brasileira. Disse ainda que gostaria do apoio para a implan-

tação do Plano Real no Brasil". E o então presidente do PT perguntou ao então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso: "E por acaso o PSDB vai ter candidato à Presidência da República para competir conosco?"

Ou seja, deputado Dagomar Carneiro, o Partido dos Trabalhadores representado pelo então presidente José Dirceu, naquela época e naquele momento, olhou para o seu próprio umbigo, olhou para aquilo que o PT poderia usufruir se o Plano Real não desse certo. E se o Plano Real não desse certo eles estariam ganhando, e ganhando muito.

Mas felizmente o Plano Real deu certo, felizmente a equipe foi competente, felizmente o povo brasileiro hoje tem mais alimentos à sua mesa, felizmente o povo brasileiro hoje tem mais dinheiro no bolso e felizmente também o Partido dos Trabalhadores adotou a política econômica do ex-governo de Fernando Henrique Cardoso e até hoje tem o seu presidente do Banco Central, um ex-deputado federal do Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, Henrique Meirelles.

Parabéns, presidente Lula, por manter Henrique Meirelles no Banco Central do Brasil!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, eu recebi agora, por *e-mail*, a notícia da convocação do comandante da Polícia Militar escalando 189 policiais militares para estarem amanhã, às 9h30, no centro administrativo, para participar de uma conferência com o governador Luiz Henrique da Silveira.

Com relação à manifestação do deputado Elizeu Mattos nesta tribuna há dez minutos, eu quero dizer que eu sei que ele estava falando das nossas manifestações e que esse é exatamente o problema. Ou seja, o fato de que o governo discute entre quatro paredes sem informar à maioria dos servidores da Segurança Pública o que está sendo discutido efetivamente, sem a participação efetiva da representação legítima da maioria dos trabalhadores da Segurança Pública. Enquanto os seus coronéis massacram os servidores que reivindicam neste momento, ele escala para irem aplaudi-lo no centro administrativo...

(Manifestação interrompida por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 054ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2009

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 09h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Angela Albino - Cesar Souza Júnior - Dionei Walter da Silva - Edison Andrino - Gelson Merísio - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Solicita a esta Casa que envie uma moção de pesar aos familiares do deputado federal José Aristodemo Pinotti; destaca notícias em todos os jornais com relação à Justiça Eleitoral, do TER e do TSE, referente a Dário Berger.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Parabeniza as ações do governo de Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Parabeniza o dr. Roberto D'Ávila pela vice-presidência no Conselho Federal de Medicina; fala das irregularidades no senado federal que envolvem o seu presidente, deputado José Sarney.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Fala da greve do transporte coletivo da Grande Florianópolis; ironiza a conferência do sr. governador do estado de Santa Catarina, referente aos policiais militares.

Partidos Políticos

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Comemora os 21 anos de fundação do PSDB.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Parabeniza o prefeito Dário Berger e seu vice por mais uma vitória na Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Cumprimenta o prefeito Dário Berger pela vitória na justiça; fala sobre a greve do transporte público.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Defende o Poder Judiciário no nosso país; lamenta a ausência política na capital dos Catarinenses.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Presta homenagem aos 38 anos da Casan; faz um relato da importância dessa empresa para os catarinenses.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Manifesta-se sobre a paralisação da greve do transporte coletivo na Grande Florianópolis; cumprimenta esta Casa pela lei aprovada que garante a isenção para os municípios nas praças de pedágio que se situem dentro dos limites do seu município.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Anuncia que na próxima semana haverá uma reunião com o governo e seus técnicos, para tratar de benefícios para o estado de Santa Catarina e servidores.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Faz um balanço dos acontecimentos políticos dos últimos anos em Santa Catarina.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Pede o apoio do estado financeiramente e tecnicamente às corporações de bombeiros voluntários de Santa Catarina.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Critica o deputado Manoel Mota pelo seu pronuncia-

mento; mostra preocupação em relação às companhias áreas da TAM e da GOL em Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital, quero destacar, sr. presidente, e fazer um pedido a esta Casa, e o faço aqui oralmente.

O deputado federal José Aristodemo Pinotti, que nasceu em 1934, faleceu ontem e deixou uma história bonita como parlamentar. Ele foi professor da Unicamp, chegou a ser reitor e foi deputado federal por várias vezes. E graças ao seu trabalho na Unicamp, como médico especialista em ginecologia, certamente muitas mulheres do Brasil e do mundo têm uma sobrevivida melhor e uma cura até do câncer de colo de útero e da mama.

Então, quero pedir a esta Casa que encaminhássemos uma moção de pesar aos seus familiares dizendo do reconhecimento que Santa Catarina tem pela contribuição que ele deu ao Brasil, como médico, como deputado, como reitor e membro da Unicamp, de Campinas.

Sr. presidente, quero destacar notícias que são trazidas no dia de hoje em todos os jornais com relação à Justiça Eleitoral, do TRE e do TSE.

Certamente os florianopolitanos e todos os demais catarinenses estavam esperando pelo resultado de como se daria a justiça com relação ao Dário Berger. Seria ele condenado pelo TRE ou não? Ele agora, atualmente, pela quarta vez consecutiva, é prefeito: duas vezes foi prefeito de São José e agora pela segunda vez em Florianópolis. E o interessante é que apesar de ter havido a consulta prévia, apesar de ter havido tempo de impugnação no momento oportuno, assim mesmo houve o acato do processo. E naturalmente apesar de que muitos esperassem até que o Dário Berger viesse a ser cassado, eu particularmente sempre achei que se assim fosse seria a quebra por total da justiça eleitoral. Como é que todos os catarinenses sabiam que ele era candidato pela terceira vez?

A Constituição estadual está escrita há muito mais tempo do que o tempo em que ele era candidato. E será que somente o Tribunal Regional Eleitoral soube depois da eleição que ele era pela terceira vez candidato, ou a quarta vez candidato? Todos sabiam, menos o Tribunal? Ora, é evidente que todos nós esperávamos essa resposta.

Cumprimento aqui, então, o prefeito Dário Berger, por esse resultado, não diria nem merecido, mas foi um processo certamente injusto que perturbou a cabeça do prefeito. Aliás, inúmeros processos, que muitas vezes, no meu entender, acabam perturbando a administração pública, a cabeça do administrador, o que vem em prejuízo da administração pública.

Sr. presidente, quero comentar aqui sobre a importância de algumas ações do governo, uma delas dentro da educação. Comentávamos aqui ontem, ao receber o Ronaldo Benedet e o Maurício Scudlark, que traziam o projeto de plano de cargos e salários da Polícia Civil e também inúmeros outros benefícios - e na semana que vem ainda virão outros projetos para melhorar o contentamento da Polícia Militar e da Polícia Civil -, que a parte da repressão é indispensável no combate à violência; porém, há que se fazer muitos investimentos sociais - e um muito importante é a questão da educação.

Tramita na Assembléia o projeto de municipalização do ensino fundamental. O Congresso Nacional em 97 e 98 inaugurou o Fundeb, uma das leis que vem beneficiar a todos e que vem pulverizar os recursos através da educação, através da criança, para todos os municípios de forma igual, como é o conhecido ICMS, que é repartido entre os municípios.

É muito injusto, justamente porque mesmo quem paga o ICMS é quem compra a mercadoria, mas quem faz o recolhimento e o repasse é a indústria. E aí os municípios que repassam, que recolhem e depositam para o estado, têm a impressão de que são eles que pagam. E por esse fato a legislação privilegia os municípios que mais contribuem com o ICMS, que recebem de volta muito mais.

Isso vai causando uma grande diferença na distribuição da renda, de tal maneira que os municípios que possuem muitas indústrias, que possuem um melhor nível de emprego, que possuem melhores retornos de tributo, ainda recebem mais por conta da justificativa de que pagam mais. Recebem mais, quando na verdade quem paga de fato o ICMS é o consumidor do produto.

Mas uma das formas para se resolver essa injustiça é dividir os benefícios como, por exemplo, através da saúde, de maneira que levemos o benefício da saúde, apesar de insuficiente, para todos os habitantes do país de uma forma igual, ou seja, a verba volta para o município considerando a população e não a arrecadação. De forma igual deverá acontecer na educação, ou seja, os recursos voltam para os municípios e para os estados considerando o número de habitantes e não a arrecadação, de uma forma diferente como era antes do Fundeb. Antes, 25% eram destinados à educação, e cada município, cada estado, era obrigado a gastar - só que os 25% correspondiam a valores absolutos muito diferentes.

E assim tínhamos municípios cujas crianças recebiam investimentos, digamos, de R\$ 500,00 por ano, enquanto que em outros talvez recebessem investimentos de R\$

2.500,00, ou seja, até cinco vezes mais. Com o Fundeb, agora, todas as crianças no mesmo estado recebem o mesmo valor de investimento na educação. É outra forma para tentar corrigir aquela injustiça, que comentei, que acontece na hora da redistribuição do ICMS.

O Paulo Bauer, secretário da Educação, encaminhou a esta Casa - tramita na comissão de Educação Cultural e Desporto e deve ser votado em breve - o processo de municipalização, ou seja, todas as crianças de primeira a oitava séries do ensino fundamental passam a ser responsabilidade do município. O estado fica com o ensino médio. E esse mesmo estado ainda tem no seu ombro, no caso, o art. 170, a Udesc, enfim, para manter parte da educação superior. Mas a educação superior em princípio é de responsabilidade do governo federal.

Portanto, em breve estaremos aqui votando esse processo de municipalização, e o governo do estado dará suporte, dará apoio, aos municípios para conseguir concretizar essa municipalização.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

Antes que v.exa. chegue à tribuna, quero comunicar e fazer o registro do aniversário do nosso companheiro deputado Jailson Lima, que hoje fará uma grande festa, não sei onde será, em comemoração ao seu aniversário. Jailson Lima é um homem alegre, bem vivido, homem de bem com a vida e deve fazer uma festa maravilhosa. E tenho certeza absoluta que ele vai convidar todos os deputados e os companheiros dele do gabinete.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, demais integrantes da Mesa, sra. deputada Angela Albino, srs. deputados, imprensa falada, escrita, televisada, amigos que nos acompanham.

Quero aproveitar, sr. presidente, para parabenizar o nosso colega de Parlamento, grande homem público, deputado Jailson Lima, uma figura importantíssima que tem contribuído muito para com esta Casa, pelo seu aniversário.

Tenho certeza de que todos os catarinenses estão em festa, porque é uma figura que só traz alegria para este Parlamento. Conheço o deputado Jailson Lima de longa data, sei da sua postura, da sua integridade. Também quero parabenizá-lo de todo o meu coração e dizer que o estado de Santa Catarina, hoje, está em festa.

Parabéns, dr. Jailson Lima! Continue sempre firme nos seus posicionamentos e trazendo aqui para esta Casa grandes inovações.

Sr. presidente, é claro que eu tenho muitos assuntos para abordar hoje, mas vou selecionar alguns.

Quero ser, sr. deputado Valmir Comin, integrante da Mesa, muito justo com a minha boa consciência. Perante todos os catarinenses que nos acompanham, quero deixar registrado o meu contentamento, a minha tranquilidade, porque agora estou integrando a base governista, da qual já participo pela terceira vez.

Nós estivemos reunidos na Casa D'Agronômica, aliás residência de sua excelência, dr. Luiz Henrique da Silveira. E graças a Deus, hoje, esse grande líder está podendo governar nosso estado com paz, alegria e está podendo realizar todos aqueles projetos que

tinha para desenvolver perante todos os catarinenses. Já solucionou o problema, e agora está conseguindo, graças a Deus, desenvolver seu trabalho.

Eu fiquei muito feliz, sr. presidente, deputado Jorginho Mello, ao testemunhar a entrega - junto com o secretário Cobalchini e o secretário de Segurança Pública, Ronaldo Benedet, nosso amigo - do projeto que o governador dr. Luiz Henrique havia empenhado sua palavra. Ele manteve sua palavra e ontem o entregou.

O governo, então, já entregou o projeto que irá tramitar nas comissões, e é claro que todos nós, os 40 parlamentares, vamos aprovar, porque é uma melhoria, um sonho da Polícia Civil.

Deputado Professor Grando, as pessoas têm o sonho da melhoria. Todos querem ter melhorias salariais, todos sonham em melhorar sua categoria, por isso os militares também terão suas melhorias. Nós sabemos também que um projeto de melhoria para a Educação também está tramitando aqui, sob pedido de vista do deputado Pedro Uczai, nosso colega. Trata-se do Projeto de Lei n. 015, que propõe melhorias na área de educação, inclusive eu estarei apresentando uma emenda ao art. 12, porque sou uma profissional da área.

Deputada Angela Albino, minha colega, todos sabem que os professores ganham pouco, quer dizer, ganhavam pouco. Eu digo ganhavam, porque está vindo novidade para os professores.

Quando eu lecionava, minha filha adolescente precisou fazer um tratamento, colocar aparelho nos dentes para melhoria estética. Eu tinha, na época, direito a uma licença prêmio e pude vendê-la. Aliás, eu sempre vendi as minhas licenças-prêmio e nunca parei. Enquanto lecionava, sempre vendia as minhas licenças-prêmio. Eu trabalhava em sala de aula, mas precisava vendê-las.

Então, o art. 12 desse projeto dispõe sobre a venda das licenças-prêmio, mas somente os que estão lotados, em exercício, na Secretaria de Estado da Educação, nas gerências de educação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e na Fundação Catarinense de Educação Especial poderão vender o equivalente a 100%.

E eu estou apresentando uma proposta aos relatores do projeto, deputados Professor Grando e Lício Mauro da Silveira, para que sua excelência o governador possa - desculpe-me o relator e os deputados, que também vão votar favoravelmente - sancionar a fim de que se estenda também o benefício para os professores que atuam em sala de aula. Essa é a minha proposta.

Então, quero dizer que estão vindo melhorias para a Educação. Inclusive fui convidada por sua excelência o governador, dr. Luiz Henrique da Silveira, para, na segunda-feira, às 18h, discutirmos mais algumas novidades. Por isso, esta deputada está feliz! Prefiro não falar agora, mas na terça-feira trarei as boas-novas.

Quero ainda salientar que a Polícia Militar está ganhando abono, ou seja, já houve melhorias.

Outras obras foram apresentadas também pelo governador, dr. Luiz Henrique da Silveira, como o lançamento do hospital em Biguaçu. Tenho certeza de que a demanda é muito grande e está vindo num momento muito oportuno.

Também está tramitando nesta Casa - até pedi para ser a relatora, mas infelizmente não pude ter essa alegria -, o projeto da aquisição dos equipamentos de alta

complexidade que virão da Alemanha para os hospitais. O deputado José Natal foi escolhido relator.

Novos carros para a frota da Polícia Militar, para a Segurança Pública estão chegando. Essas melhorias estão chegando ao estado de Santa Catarina. E, na terça-feira, dia 7, às 11h, no Centro Administrativo, o governador estará sancionando a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses.

Ainda teria algo mais para falar, mas o nosso tempo é muito curto. Mas quero dizer que hoje o governador consegue desenvolver as suas...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos. Se v.exa. precisar, poderá dispor de até uns dois minutinhos a mais em homenagem ao seu aniversário.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, agradeço os parabéns publicamente.

Na data de ontem, Santa Catarina viveu um momento importante no que tange a questão da categoria médica, pela eleição do Conselho Regional de Medicina na qual tivemos a inscrição de duas chapas. Nós, como deputado, tomamos a opção de apoiar o dr. Roberto D'Ávila, que foi nosso professor e também o candidato dos médicos para o Conselho Federal de Medicina. E em breve teremos o primeiro profissional de Santa Catarina a dirigir esse importante colégio de profissionais, o Conselho Regional de Medicina, que estabelece e faz um trabalho importante neste país no que tange ao auxílio na legislação de saúde, com a Anvisa, com o Ministério da Saúde e também nas questões médicas.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero passar a palavra ao meu grande companheiro do Alto Vale, deputado Rogério Mendonça, que tem sido um grande parceiro, em cujo trabalho, nesta Casa, espelho-me.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Jailson Lima, o meu aparte é só para fazer duas referências.

Primeiro quero dar as boas-vindas e dizer da alegria de termos aqui, novamente, o deputado Dionei Walter da Silva, que representa o Alto Vale do Itajaí. Nascido em Pouso Redondo, fez um grande trabalho e teve uma grande atuação durante o seu mandato de quatro anos nesta Assembleia. Foi injustiçado ao não retornar, mas isso acontece, nobre colega. E, sem dúvida, mesmo por pouco tempo, v.exa. estará engrandecendo este Parlamento.

Em segundo lugar, quero fazer uma referência ao amigo, deputado Jailson Lima, que hoje está de aniversário. Quero parabenizá-lo e dizer que o Alto Vale tem muito orgulho da sua atuação nesta Casa, também.

V.Exa. está sendo uma grata surpresa. Eu já o conhecia e sabia do desempenho que teria nesta Casa, mas está até acima das expectativas, pela sua atuação no Parlamento em defesa da nossa região e de Santa Catarina.

Parabéns pelo seu aniversário, deputado Jailson Lima! Continue assim, pois Santa Catarina precisa de parlamentares como v.exa.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado Rogério Mendonça.

Para nós, do PT, também é um orgulho termos nesta Casa o deputado Dionei

Walter da Silva, porque, além de ter sido um grande parlamentar, é uma grande liderança do nosso partido, principalmente na região norte do estado de Santa Catarina, tendo em vista que as suas atividades - não só profissionais, como advogado, mas também como político - acontecem na região de Jaraguá do Sul, Joinville, Guarimirim, aquela importante região do estado de Santa Catarina.

Mas voltando a minha intervenção, quero parabenizar já de antemão o dr. Roberto D'Ávila, companheiro que em todas as circunstâncias tem tão bem representado a categoria médica em Santa Catarina e no país como vice-presidente do Conselho Federal de Medicina, e já está consensuado de que será o próximo candidato ao Conselho Federal de Medicina, no Brasil.

Toda a imprensa brasileira tem demonstrado, e o povo catarinense tem acompanhado, o dilema em que se encontra o Senado com as denúncias, as irregularidades, os benefícios, os atos secretos do senado federal que envolvem o seu presidente, deputado José Sarney, do PMDB.

E a nossa senadora Ideli Salvatti foi muito feliz quando colocou que não se deve personificar a crise do Senado. Até mesmo, porque antes do José Sarney muitos outros lá estiveram do PSDB, do DEM, do PMDB. O que existe lá é uma construção histórica. Aquilo deve ter começado com o Pedro Álvares Cabral, não é, deputado Dionei Walter da Silva? É o chamado jeitinho, que acontece nos Parlamentos de uma forma geral, e que inclusive aconteceu e acontece em todas as casas legislativas do Brasil, mas que você tem que gradativamente ir corrigindo.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, também achamos e temos a clareza de que é preciso mudar aquele cenário. Precisa, sim, haver o afastamento, no nosso entendimento, do presidente José Sarney.

Agora, não podemos simplesmente dizer que ele tem que sair e entregar a direção do Senado para o PSDB, para o PMDB e para o DEM, porque o vice é do PSDB e o primeiro-secretário é do DEM.

Essa clareza nós temos que ter, porque assim como aqui há um jogo de forças políticas entre Situação e Oposição, no Senado também há. E nós não vamos cair na ingenuidade de José Sarney sair e entregar o Senado para o PSDB e para o DEM, que já administraram aquela Casa inúmeras vezes. E o que existe lá? Todo o contingente de secretariado e de coordenação administrativa da Casa sempre foi executado pelo DEM. Não quero dizer que todos os partidos são iguais. Há gente boa e gente ruim em todos os partidos. No meu partido também surgiram pessoas que foram retiradas e expulsas por comportamento que não condiz com a defesa que fazemos da ética e da moral para representar uma instituição partidária dentro do Parlamento, para representar o povo catarinense ou brasileiro.

Logicamente uma cirurgia tem que ser feita no Senado. É preciso fazer uma assepsia geral naquele contexto, e sabemos que demorará, deputado Dionei Walter da Silva. No nosso entendimento, é preciso, partindo da Mesa como um todo, recompor-se o quadro gerencial do Senado.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Primeiro quero cumprimentá-lo pelo aniversário e desejar que v.exa. tenha mais uns 80 anos de vida, mas uma vida ativa na

luta por uma sociedade mais justa e mais fraterna, que é o trabalho que nós procuramos sempre empenhar.

Em segundo lugar, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. O que se percebe no Senado é uma manobra, principalmente do PSDB e do PFL. É aquela história: está-se vendo muitas injustiças, então vamos furar o olho e assim não vai haver mais.

O problema não é o José Sarney. Eles querem passar a impressão para o Brasil de que se tirar o José Sarney resolve, porque eles não querem investigar, como bem disse v.exa., os 22 anos de administração do próprio Democratas na primeira-secretaria e as tantas outras questões que precisam ser investigadas no Senado. Não adianta tirar o José Sarney para passar essa falsa impressão de que o problema estará resolvido.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Outra questão que eu quero salientar e registrar é uma decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, que ontem, por seis votos a zero, cassou o prefeito de Guarimirim, e o segundo colocado foi o nosso companheiro do Partido dos Trabalhadores. Havia três candidaturas e, como o prefeito não fez votação superior a 50% dos votos, o Tribunal anulou os seus votos.

Eu parabeno o Tribunal, pois para ter-se uma posição de seis votos a zero é porque havia comprovações de atos durante o processo eleitoral que macularam o resultado e procedimentos de benefícios ou compras de votos executados.

Sabemos que irá recorrer, com certeza, e que provavelmente correrá por muito tempo em Brasília. Mas esperamos que lá também seja julgado o mais rápido possível, porque sabemos as artimanhas que existem, para que o povo de Guarimirim fique tranqüilo sobre quem de fato deverá ser o prefeito daquele município.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Gostaria de registrar a presenças dos vereadores Luiz Vastres e José Junqueira, do município de Joaçaba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, preferia falar depois das 11h até porque vai haver uma vídeo conferência do governador Luiz Henrique da Silveira, a partir das 10h. Mas fui sorteado para falar e tenho que cumprir o roteiro.

Inicialmente quero falar da greve do transporte coletivo aqui da Grande Florianópolis, que tem adesão total dos trabalhadores e que paralisou integralmente o transporte nas últimas 50 horas. E esse problema precisa ser resolvido.

Falamos aqui outro dia da necessidade dos poderes e da sociedade avaliar essa situação. O transporte coletivo é uma concessão pública e tem uso em todo o Brasil através da transferência dessa responsabilidade para a iniciativa privada. Evidentemente que é uma fonte de lucro para empresários que investem no transporte, acarretando a situação que estamos vivendo hoje.

Precisamos mudar o paradigma de reflexão a respeito da mobilidade urbana no Brasil. Aqui na Grande Florianópolis temos um dos transportes mais caros do Brasil e isso

não é nenhum demérito porque nas outras capitais também sai muito caro. É um transporte coletivo que não funciona direito, apesar da propaganda, inclusive, com atores famosos, não é a maravilha que vemos naquela propaganda, e quem anda de ônibus sabe disso. É truncado, lento, demorado, os ônibus trafegam lotados e é caro.

De qualquer lugar da Grande Florianópolis para outra região, se duas pessoas da mesma família precisassem se deslocar ficaria mais caro andar de ônibus do que de carro. Isso por si só já indica que é um modelo falido. Não vou nem entrar no mérito de salários, de lucro por parte de grupos empresariais, de erros cometidos pelas administrações públicas municipais, a atual e a anterior especialmente, que estabeleceu esse sistema caótico, caro, horrível aqui na Grande Florianópolis. Mas vou falar de um paradigma. Se nós não pensarmos o transporte coletivo como um serviço público essencial, assim como o é a saúde, a educação e a segurança, nós estaremos encaminhando para o caos.

A sociedade precisa refletir sobre isso. Inclusive quanto seria mais econômico para a sociedade em geral criar, até mesmo sendo necessário, um imposto para bancar o transporte coletivo, evidentemente que público, não como formas de lucratividade de alguns empresários - aliás, aqui na Grande Florianópolis poucos empresários -, de pensar o transporte coletivo como um direito inalienável de cada cidadão, porque além de um direito social é uma necessidade econômica do conjunto da sociedade.

Se for mais oneroso para uma família se transportar de ônibus do que de carro, evidentemente que vamos gastar todos os impostos fazendo estrada, pontes e vamos ficar na fila uma ou duas horas todos os dias.

Hoje, às 6h, havia fila na BR-101 para vir à capital. E aí justificam: Ah, mas é por causa da greve! Ora, o fato de existir a greve já é um problema que indica a falência do sistema. E quando não temos a greve a fila não começa às 6h30, mas às 7h e vai até as 9h. Com a greve, começa às 6h e vai até as 10h. Daqui a pouco não existirá mais horário sem fila para quem quiser chegar ou sair da capital.

Quero repetir, portanto, a necessidade de que a sociedade faça uma reflexão sobre isso. É preciso tornar público o transporte coletivo, municipalizar; é preciso que o poder público consiga recursos e que a sociedade discuta a forma de conseguir os recursos para garantir o transporte, de preferência, gratuito para todos. Só assim nós acabaremos com as filas. O que é, inclusive, sob o ponto de vista econômico, um grande, entre aspas, "negócio", uma grande saída para o conjunto da sociedade. Do ponto de vista ambiental nem se fala, mas se os governos continuarem submissos aos monopólios dos automóveis, com certeza nós vamos continuar cheirando gás carbônico e afogados nas filas nas próximas décadas, até se tornar inviável a mobilidade urbana em todas as cidades do país.

Quero convocar novamente todos os cidadãos palhocenses, todos da Grande Florianópolis e do estado para mais uma manifestação no próximo sábado, às 9h, naquela aberração, naquele mostrengo que é a praça de pedágio na Palhoça. Faço essa convocação a todos que estão nos acompanhando e também aos srs. deputados. Todas as semanas nós temos ido lá, juntamente com a comunidade, porque aquilo é mais um absurdo estabelecido na nossa Grande Florianópolis e no nosso estado.

Como falei antes, lamento não poder acompanhar a webconferência de sua majestade Luiz XV, que será feita para os policiais militares e, provavelmente, bombeiros militares na manhã de hoje. Por que digo sua majestade? Porque estão escalando policiais militares, com certeza de serviço a maioria deles, para estarem lá no palácio agora. Tenho aqui a escala, são 189 na Grande Florianópolis, 15 por cada batalhão, cada um com o seu comandante, cada um escalado. Ou seja, estão fazendo uma formatura lá no Centro Administrativo, mas querem dar o aspecto de uma manifestação espontânea dos servidores. Os policiais militares e, por certo, com os bombeiros está acontecendo a mesma coisa, estão sendo escalados e estão lá agora, possivelmente para aplaudir o projeto que não conhecem. Evidentemente a responsabilidade não é deles, é do governador que mandou, do comandante-geral que está assinando uma escala tirando policiais do serviço.

Perguntaram-me por que não se vê policiais na ponte, tendo em vista esse caos no trânsito. É que foram escalados para ir ao palácio aplaudir projetos que não conhecem. E não conhecem não por responsabilidade deles, por falta de vontade, mas porque as autoridades do comando e do governo estão discutindo há dois meses a portas fechadas e não publicaram. Um governo que está mantendo congelados há três anos e meio os salários de todos os policiais, todos os servidores da base da Segurança Pública.

A proposta que está chamando mais a atenção é R\$ 300,00 de abono: R\$ 100,00 agora, R\$ 100,00 em 2010, provavelmente no primeiro semestre, e R\$ 100,00 mais na frente ainda, provavelmente no segundo semestre de 2010. E já estamos há três anos e meio com os salários congelados. Então, vão ser quatro anos de segundo mandato e mais o último ano do primeiro mandato, com R\$ 300,00 de abono. E falam em outro projeto que irá fazer a compensação. Essa é a nossa grande preocupação, o que vem nesse outro projeto.

E hoje o Cacau Menezes está falando disso, inclusive. Nós só nos informamos pela imprensa, já que ele não informa a maioria dos servidores, apenas escala para ir até lá assistir a uma webconferência do governador e, talvez, de acordo com a vontade do governador e do comandante, aplaudir. E se aplaudirem, estarão aplaudindo projetos que não conhecem porque não tiveram a oportunidade de conhecer...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, na semana passada o PSDB comemorou 21 anos de fundação, no dia 25, comemoramos a semana tucana.

O diretório estadual do PSDB, coordenado pelo nosso presidente Leonel Pavan e pelo sempre presidente e líder do partido, Dalirio Beber, estimulou os diretórios municipais para que se fizesse em cada município algum tipo de evento. E o diretório até sugeriu 21 formas de comemorar os 21 anos do PSDB do Brasil. Se a Constituição de 1988 trouxe, elencou as necessidades dos cidadãos de uma forma individual ou coletiva, o governo do PSDB de 1995 a 2002,

demonstrou que é possível, sim, é possível transformar

o Brasil em um país de todos, desde que façamos, como foi feito, várias adequações.

Assim, nesses eventos dentro do partido através do rádio, da televisão, dos jornais, de reuniões pequenas, de reuniões grandes, o PSDB teve a oportunidade de enaltecer as pessoas que iniciaram o partido, que fizeram modificações da lei e, na sua prática, transformaram o país. E aí citávamos várias delas como os programas sociais, que a Ruth Cardoso começou, o vale alimentação, o bolsa escola. Havia mais de dez ou doze programas sociais e que depois foram aglomerados num só que é hoje, o bolsa família. E esse bolsa família, hoje, atende mais de 30 milhões de brasileiros. Além de ser um programa que garante o mínimo para as pessoas, ainda é uma forma de divisão da renda, através dessa categoria social que não tinha acesso nem ao mínimo da renda. Através do programa, agora, chegam a todos os recantos do país, pelo menos, o mínimo para a sua sobrevivência; isso movimentou a economia igualmente por todo o país. Por isso, é um grande programa, além de ser um programa que atende às pessoas, atende também uma necessidade da pulverização da economia nacional.

Ontem comemoramos 15 anos de Plano Real, ação do governo de Fernando Henrique. E esse programa foi tão bom para nós, que até mesmo quando o governo Lula assumiu em 2003, para garantir a população que não voltaria a inflação, foi chamado para ser presidente do Banco Central alguém que tinha ganho a eleição e foi o mais votado no seu estado, Henrique Meirelles. De forma que todas essas ações que aconteceram nos municípios de Santa Catarina foram para enaltecer o partido. Enaltecer os diretórios municipais e destacar várias ações, que vão engrandecendo o partido.

Hoje, o PSDB tem 365 vereadores, 35 prefeitos e 50 vice-prefeitos; temos seis deputados estaduais, temos praticamente cinco secretários de estado, contando o da Educação, o da Saúde, o do Turismo, o presidente do Badesc e o chefe da Polícia Civil, portanto, temos cinco grandes posições dentro do governo do estado, mais de 83 mil filiados, e com a movimentação que foi feita na semana passada, seguramente atingiremos mais de 100 mil filiados.

E sei que em Joinville, deputado Nilson Gonçalves, grande líder de todo o estado de Santa Catarina, mas de uma forma especial da região norte de Santa Catarina, lá também aconteceram movimentos importantes.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Serafim Venzon, quero corroborar com suas palavras. Nós já tivemos a oportunidade de nos manifestar na tribuna sobre esse fato, mas nunca é demais citarmos as reformas que o nosso partido fez em nível de Santa Catarina, a cada dia ganhando mais musculatura política e com condições, no próximo ano, de fazermos, no mínimo, oito deputados estaduais. Temos condição absoluta de fazermos também o nosso governador do estado, com amplas possibilidades de eleger o nosso vice-governador Leonel Pavan, e também amplas possibilidades de fazermos, pelo menos, três deputados federais. Estamos caminhando, estamos trabalhando para isso.

A semana tucana que se encerrou nesse final de semana mostrou que estamos

trabalhando certo, que estamos fazendo exatamente aquilo que se espera numa social democracia como é a nossa. Não existe caminho melhor para se resolver questões sociais deste país, que não seja através da democracia.

Por isso defendemos e lutamos tanto pelo nosso PSDB que, na verdade, é a essência de tudo isso, pois é um Partido Social Democrata. Nós temos convicção absoluta de que no próximo ano alcançaremos objetivos que surpreenderão muita gente, até mesmo na questão da Presidência da República com dois excelentes candidatos, como o José Serra, que foi um dos melhores ministros da Saúde que esse país já teve, e estão aí os remédios genéricos que não nos deixam mentir, e temos também a nossa estrela de Minas Gerais, o Aécio Neves, com amplas possibilidades de se tornar presidente da República. Enfim, são dois excelentes candidatos. Tenho certeza absoluta de que nós faremos e teremos um papel de destaque na política nacional no próximo ano a partir do momento das eleições.

Quero aproveitar a oportunidade, se me permite, apenas para transmitir meu abraço, o meu apreço aos companheiros do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, que estão fazendo aniversário de fundação, os bombeiros que são exemplos para todo o estado, e aproveito também para transmitir a todos esses nossos amigos de Joinville o nosso carinho, nossa consideração e respeito pelo que fazem por nossa cidade. Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Realmente, como v.exa. coloca, o PSDB está robusto, e cada vez mais musculoso. Agora com a filiação de mais de 15 ou 16 mil filiados catarinenses ao Partido, devemos ter ultrapassado a marca dos 100 mil. Isso se deve ao trabalho dos diretórios municipais, pois em cada um o PSDB se mobilizou, fez algum evento, ou seja, cada município teve uma pequena tarefa, de acordo com o tamanho e com o número de eleitores, de filiações a realizar. E graças a esse trabalho que aconteceu nos municípios, coordenado pelos grandes líderes Leonel Pavan e Dalirio Beber, apoiados por todas as lideranças maiores do estado, o nosso partido cresceu.

E os jornais de hoje, deputado Nilson Gonçalves, já trazem o calendário eleitoral do próximo ano. No dia 3 de outubro, dia da próxima eleição, o TRE já estipula as datas a serem cumpridas, que seria a partir de 6 de abril, 5 de maio e assim por diante, datas que....

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente deputado Jailson Lima, srs. deputados, sra. deputada, ao utilizar o horário do PMDB eu não poderia deixar de falar sobre o resultado que o prefeito Dário Berger e o seu vice-prefeito João Batista Nunes obtiveram ontem, deputado Antônio Aguiar, na Justiça Eleitoral de Santa Catarina, no TRE.

Portanto, quero parabenizar o prefeito Dário Berger e seu vice por mais uma vitória. Houve a vitória nas urnas e novamente a vitória na Justiça Eleitoral, da mesma forma que aconteceu com o nosso governador Luiz Henrique da Silveira.

Infelizmente, certos políticos não aceitam o resultado das urnas, ainda vivem com saudades da ditadura, ainda vivem pensando naquele tempo em que tudo se decidia à sua maneira e nos seus moldes.

Hoje não. Hoje temos uma Justiça, temos democracia. E o que vale, acima de tudo, é a justiça do povo na hora de votar.

Portanto, houve, sim, uma vitória política novamente do prefeito Dário Berger e, acima de tudo, uma vitória da Justiça do estado de Santa Catarina, até porque o prefeito Dário Berger só transferiu o seu domicílio eleitoral de São José para Florianópolis a partir de uma consulta, deputado Serafim Venzon, que fez ao próprio TRE. Isso aconteceu em 2004, na sua eleição, e em 2008. E o mesmo Tribunal que aceitou o registro da sua candidatura também diplomou o prefeito Dário Berger. Portanto, sempre com as bênçãos da Justiça de Santa Catarina.

Decidir diferente do que orientou seria uma desmoralização para o nosso Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Mas, felizmente, a justiça foi feita.

O resultado das urnas, na verdade, é que deu a verdadeira dimensão e a sustentação do mandato do prefeito Dário Berger. Isso é o que prevalece. Os votos na época da eleição não foram contestados, até porque não houve nenhuma acusação de corrupção, de uso do poder político ou do poder econômico. Ele ganhou legitimamente a eleição.

Então, mudar as regras do jogo, deputado, após o jogo definido, seria ir contra a democracia. Inclusive acompanhei muito de perto o resultado das eleições e sempre vi a belíssima atuação dos demais candidatos aqui em Florianópolis, do deputado Cesar Souza Júnior, um jovem candidato que mostrou suas ideias, da deputada Angela Albino, da mesma forma, com belíssimas ideias, demonstrando que estamos aí com gente jovem entrando na política, uma renovação da política de Santa Catarina, com um futuro promissor. E tenho certeza de que o deputado Cesar Souza Júnior e a deputada Angela Albino ainda haverão de administrar Florianópolis. Mas contestar aquilo que o povo decidiu nas urnas realmente é ir contra a democracia.

Por isso quero parabenizar o prefeito Dário Berger, o vice-prefeito João Batista Nunes e, principalmente, parabenizar a Justiça de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizar v.exa., deputado Peninha, que é pré-candidato a deputado federal do estado de Santa Catarina. E com esse brilhante discurso que está fazendo eu quero dizer aqui que esse pessoal parece que tem o estigma da derrota, pois foram derrotados no campo das ideias, foram derrotados nas urnas e são derrotados na Justiça. Esse estigma da derrota parece que está impregnado nesse pessoal que continua perdendo e que quer entrar em campo para perder novamente.

Então, achamos que o prefeito Dário Berger e o seu vice são os grandes vitoriosos. Fez-se justiça mais uma vez. Acho que uma eleição brilhante que aconteceu no município de Florianópolis não poderia ter outro resultado senão esse que a Justiça determinou no dia de ontem.

Parabéns, prefeito Dário Berger, parabéns, vice-prefeito.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Obrigado, deputado, pelo aparte.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Concedo um aparte ao meu amigo deputado Nilson Gonçalves. E ainda nesta semana brincava com v.exa. dizendo que no dia 20 o deputado Herneus de Nadal vai sair, vai para o Tribunal de Contas e que nós dois agora teríamos o privilégio de ser os deputados mais bem votados desta Casa. A partir da saída do referido deputado, eu passo a ser o deputado mais votado entre os 40 que aqui estão neste momento.

Então, não é querer me engrandecer, mas é um orgulho para nós termos, dentre outros, resultados tão expressivos nas urnas de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Por uma centena de votos eu estou em segundo lugar neste momento. Mas eu sou o segundo mais votado desta Casa, deputado Peninha.

Reportando-me ao prefeito Dário Berger, por quem tenho um profundo apreço, uma figura fantástica, é de se perguntar por que esse rapaz, quando prefeito da cidade vizinha São José, foi considerado um dos melhores prefeitos do Brasil. Ele era elogiado, era quase que endeusado por todos e fez dois mandatos fantásticos. Mas a partir do momento em que se candidatou a prefeito e ganhou a prefeitura de Florianópolis, se fôssemos entrar no campo da medicina, eu diria que a sua imunidade ficou baixa, o vírus atacou de todos os lados o nosso prefeito Dário Berger. O que está por atrás disso?

Começamos a fazer, então, uma análise mais profunda e percebemos que na verdade é a não aceitação do sucesso de um jovem político, de um homem que tem uma visibilidade política extraordinária! Tanto é verdade que com todos os ataques que sofreu aqui em Florianópolis no seu primeiro mandato, acabou enfrentando talvez uma das figuras mais importantes da política de Santa Catarina, dentro do seu próprio local, da sua região, vencendo o candidato Esperidião Amin. E isso parece ter complicado mais ainda, ou seja, esse fato de ele ter tido essa ousadia de enfrentar forças políticas na capital do estado tem vivido um inferno astral fantástico, inclusive com ataques pessoais, rasteiros.

V.Exa. sabe, nem é preciso comentar aqui, que os ataques pessoais que esse rapaz tem recebido à sua figura humana, as insinuações a ele são grandes, são impronunciáveis, de todas as formas, mas continua altivo, continua firme.

Eu nunca vi tanta greve em Florianópolis, tanta insatisfação! Mas o rapaz está firme e agora conseguiu se sobrepor a mais um processo. E vêm outros e ele vai conseguir novamente se sobrepor a todos porque tem, acima de tudo, uma obsessão pela vitória, uma obsessão pelo certo, uma obsessão por aquilo que faz. É um rapaz trabalhador, transparente e é prodigioso no que faz.

Tenho uma profunda admiração pelo prefeito Dário Berger, porque é uma pessoa que com todos os ataques que recebe, com tudo que leva, está de cabeça erguida, altivo, cumprindo com as suas obrigações e atendendo à sua população.

Meu respeito, meu carinho e admiração a esse grande político. É uma pena que tenha pulado fora do nosso ninho, pois era um tucano empenhado de primeira, mas também dentro do ninho parece que se incomodaram com ele. Ele deu uma revoada e acompanhou no partido de v.exas. e me parece, pelo menos dentro do partido, que é bem aconchegado, é bem tratado. É isso que

nós queremos, ou seja, ver o Dário Berger de bem com a vida, de bem com ele mesmo e de bem com a sua Florianópolis.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Obrigado a v.exa. pelo aparte! Sem dúvida o prefeito Dário Berger é um grande administrador, foi muito bem aceito e tem um grande espaço no nosso partido, o PMDB de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Deputado Serafim Venzon, representante do berço da fição catarinense, Brusque, é um orgulho também conceder um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Peninha, eu queria cumprimentar v.exa. e dizer que já cumprimentei o prefeito Dário Berger já no primeiro pronunciamento da sessão de hoje, pelo resultado que obteve.

Eu só queria enfatizar aqui que a Justiça Eleitoral deveria estabelecer prazos para alguns processos. Esse processo contra o prefeito de Florianópolis, que já tramita há quase um ano, é um processo, na verdade, que perturbou muito a cabeça do prefeito. Claro que esse processo todo deve estar prejudicando um pouco o trabalho da sua administração, mas ele conseguiu superar e está de parabéns por isso. Mas queremos destacar que a Justiça Eleitoral deveria estabelecer prazos para que processos absurdos como esse não sejam mais acatados.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Peço ao deputado Moacir Sopelsa que venha até a tribuna ocupar o restante do tempo, mas rapidamente eu vou ler a minha programação do final de semana:

Hoje à tarde estarei no município de Salete a partir das 15h, e à noite estarei numa reunião do PMDB.

Sexta-feira estarei durante todo o dia no município de Timbó, visitando lideranças daquele município.

No sábado, às 10h, em Aurora, estarei acompanhando o governador Luiz Henrique da Silveira na inauguração da ampliação da Escola de Educação Básica Walter Probst. Ainda no sábado, às 12h, estarei em Rio do Sul na posse do secretário Regional Ítalo Goral; à tarde em Ibirama, onde o governador deverá receber o título de Cidadão Honorário de Ibirama, e no final da tarde em Apiúna acompanhando o governador na visita a Usina de Salto Pilião; e à noite, às 19h, estarei em Tijucas participando da Festa do Pescador.

Domingo, dia 05/07/09, estarei em Porto Belo participando da Festa da Tainha; e segunda-feira, durante todo o dia, estarei visitando Pomerode e as lideranças daquele município.

Obrigado, srs. deputados! O restante do tempo será ocupado pelo deputado Moacir Sopelsa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o partido do PMDB é uma mãe! O deputado Nilson Gonçalves é meu amigo e tenho uma admiração muito grande por ele, como também o deputado Serafim Venzon. No horário do PSDB, ele cede o tempo ao PMDB. O aparte do deputado Nilson Gonçalves foi maior do que o horário do partido do PSDB, mas é um prazer, é uma alegria deixá-lo falar. E o deputado Peninha é muito cortês com o chapéu dos outros fazendo regalia! Mas quero

agradecer ao deputado Rogério Mendonça, pois v.exa. é uma pessoa que admiro e tenho uma estima muito grande.

Srs. deputados, assomei à tribuna para comentar dois assuntos. Primeiramente, quero cumprimentar o prefeito Dário Berger, que possui uma história política, um prefeito que vem de um pequeno município e teve a felicidade de governar o segundo maior município da Grande Florianópolis, que é São José. Hoje ele é prefeito da nossa capital e teve mais uma vez uma vitória na Justiça, a Justiça prevalecendo, tirando esse peso das suas costas.

Eu acho que se houvesse irregularidade na questão da sua candidatura, isso devia ter sido feito antes da eleição e não depois que o prefeito já havia sido eleito.

Entendo que mais uma vez a Justiça foi correta, fez aquilo que devia fazer e espero que o prefeito possa continuar com o seu mandato fazendo realizações, sendo o prefeito empreendedor que sempre foi.

Um dos assuntos, deputado Antônio Aguiar, que eu gostaria de levantar e saber, deputada Angela Albino, v.exa. que é de Florianópolis, sobre a greve dos transportadores, deputado Cesar Souza Júnior, que também é daqui.

Acho que isso já está passando dos limites. Eu não quero entrar no mérito de quem tem ou não tem razão, mas se estão faltando com o respeito à população. É o nosso comércio, são os usuários, são todos aqueles que precisam do transporte urbano, são aqueles, inclusive, que usam os automóveis, pois hoje, ontem e antes de ontem se instalou esse caos aqui na capital e isso precisa ser resolvido.

Eu acho que já é uma questão de posição da própria Justiça que se discuta, que se defenda os direitos daqueles que estão buscando o salário, mas que se respeite também o direito daqueles que precisam ir e vir.

Para mim é necessário que se vá buscar, que se tenha diálogo, mas se não há diálogo, que se dê o direito àqueles que precisam desse transporte. Quem sabe a própria Justiça possa fazer isso.

Vejo quando se diz que é um direito, é uma obrigação que 20% do transporte precisa ser mantido, mas eu não vejo nenhum ônibus transitar, não vejo esses 20% que são de obrigatoriedade do sindicato colocar para transitar.

Não discuto o direito daqueles que estão buscando uma melhoria no seu salário, mas discuto o direito daqueles que precisam ir e vir, que têm necessidade de ir ao seu trabalho, mas que não conseguem ir porque causa dessa greve.

Então, é necessário que sejam tomadas providências, que seja feita justiça, para que tudo volte à normalidade.

Eu não estou aqui no final de semana, mas durante a semana estou e vejo quanto as pessoas precisam do transporte coletivo para se locomover, mas não conseguem.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Depois desta divisão cordial do tempo do PMDB com o PSDB, ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos os próximos minutos pertencem ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, é uma honra poder usar a tribuna no dia do seu aniversário, em nome do PCdoB e em meu nome. Muito particularmente

cumprimento v.exa. por essa data tão importante e que ela se repita por muito tempo. Esse é um desejo não só da sua família, dos que privam do contato pessoal, mas tenho certeza, como é de toda a população catarinense.

Sr. presidente, eu estou acostumada com a tribuna da Câmara de Vereadores de Florianópolis, na qual disponho de três minutos apenas; então, para mim é um latifúndio esses dez minutos e vou aproveitar esse tempo para evitar que eu tenha uma gastrite nesse próximo final de semana, porque ninguém merece que assim o seja.

Vi o deputado Rogério Mendonça fazer uma apaixonada defesa não só do prefeito Dário Berger, mas também uma condenação veemente de se buscar o Judiciário no que se entende legal e justo.

Vejam os senhores, não vou entrar na discussão do prefeito Dário Berger, porque isso o TSE é que vai decidir, aliás, o mesmo TSE que esta semana cassou um prefeito que havia feito uma consulta ao TSE sobre a discussão da itinerância, decidiu que frente à Constituição isso é um princípio básico do Direito, que não há direito adquirido e muito menos uma consulta pode se sobrepor à Constituição. Mas isso é uma Constituição Jurídica.

Venho aqui, sou servidora do Poder Judiciário Trabalhista, Poder Judiciário Federal do nosso país há 21 anos e acho inadmissível uma discussão que comece a dizer que procurar o Judiciário é afrontar a democracia.

Afrontar a democracia, senhores, é dizer que existem pessoas intocáveis, é dizer que o acesso ao Judiciário é para poucos, porque o mesmo PMDB que ocupa a tribuna aqui para dizer que é indecente, que os derrotados é que vão para o Judiciário, cassou o prefeito Décio Goes, legitimamente eleito em Criciúma, e não teve poder nenhum com isso. Ai vale, ai está bom, ai está certo. O mesmo PMDB foi o principal beneficiário de todas as cassações que recentemente o TSE fez em Brasília.

Vejam vocês que coincidência, quando o PMDB era vice, entrou com uma ação, foi o caso, por exemplo, do Jackson Lago, ai vale, ai a Justiça foi feita, tirou-se pelos mandos do Poder Judiciário do país e restaurou-se a democracia. Ai é democracia! Quando se entra contra o PMDB ai é uma afronta à vontade do povo!

Ouvi uma frase aqui que me inquietou porque ouvi o mesmo discurso de um general um dia. E posso mostrar porque está no *Youtube*: "A vontade do povo está acima de qualquer coisa."

A vontade do povo é regulada pelos marcos da legalidade, pelos marcos da constitucionalidade, porque acima do povo está a Constituição, porque o conjunto do povo, sim, e não meia dúzia que tem cargo no governo, decide o que tem que ser. A Constituição é o nosso marco, não é a vontade pela vontade, porque ai vamos discutir que tipo de vontade é essa que às vezes se submete aos poderes que nem sempre... Vamos pegar aqui o caso de Florianópolis, juntando o esforço da população do município, o prefeito não tem maioria, ganhou a eleição, mas não tem maioria.

Não se pode mais discutir, porque envolve por ora, é bom lembrar, deputado Nilson Gonçalves, por ora integrante do PMDB, porque não é MDB, não faz parte da história do velho MDB de guerra. Enquanto o velho MDB de guerra estava discutindo, expondo-se, e nós abraçados sob o grande guarda-chuva do MDB de guerra estávamos contra a ditadura, esse senhor, em particular, estava onde era confortável, onde havia poder, onde a ditadura

podia avançar no poder econômico e no poder político.

Então, dizer que é do PMDB é bom dizer: por ora do PMDB, porque já foi do PSE, do PL, eu nem sei mais de quantos partidos ele foi. E ninguém sabe.

É tão interessante vermos aqui dizerem que o prefeito é candidato a governador não sei de que partido, mas será candidato. Então o pessoal do velho MDB de guerra que defendem ainda... Cuidado companheiros, porque isso é hoje, quero ver os grandes nomes do MDB de guerra que vão ficar como é que vão tratar desse tema.

Ouvi também, acho que de outro parlamentar que nunca se viu tantas greves na nossa cidade! É verdade, nunca se viu tamanha fragilidade política na Capital dos catarinenses, nunca se viu tamanha ausência política na Capital dos catarinenses, nunca se viu um vice-prefeito ter que ir a todas as reuniões, em todas as discussões, em todos os seminários, em todos os debates, porque o prefeito ninguém conhece.

Quando se fala em turismo itinerante nós não estamos nem mais dizendo que ele faz turismo eleitoral, que ele vai para São José, que vem para Florianópolis, nós dizemos que ele não assumiu a prefeitura. Nós dizemos que os empresários de Florianópolis, que agora se virou o canhão contra eles, dizem que não conseguem se reunir com o prefeito. E recentemente na *RIC Record* o prefeito ainda disse que o problema não era dele, que era problema dos empresários e dos trabalhadores.

Tudo o que afeta a cidade de Florianópolis é responsabilidade do poder político de Florianópolis, que inclui, sim, o prefeito.

Na verdade, sr. presidente, o motivo da minha vinda à tribuna era exatamente para falar da greve, senhores.

Ontem aprovamos um manifesto da maior significância, que é colocar a Assembleia Legislativa de Santa Catarina à disposição da retomada de diálogo. Hoje temos uma relação rançosa, rançosa, entre os trabalhadores, entre a prefeitura e entre os empresários. E quero destacar aqui o esforço que o vice-prefeito, meu ex-colega de Parlamento, João Batista Nunes, tem feito para construir pontes. Mas ele está sozinho. Não consegue reunir sequer o seu prefeito para colocar à mesa de negociações.

Nós temos essas condições, srs. deputados, particularmente nós, deputado Cesar Souza Júnior, deputado Edison Andrino, deputado Professor Grandó e outros parlamentares que são aqui da nossa região, a nossa tarefa agora é a de construir pontes.

Não podemos dizer que os vilões são os empresários, porque eles montam as suas empresas para conseguir lucro. Isso não é ilegal, isso é não antiético, isso é da essência do espírito de quando se monta a empresa. E não podemos dizer que os trabalhadores são ilegítimos em seus pleitos, porque a luta dos trabalhadores que fez hoje a nossa classe, a classe dos trabalhadores, para trabalharem oito horas, não 12 horas, 15 horas e 16 horas como já se viveu na nossa civilização, foi a luta que alcançou os direitos previdenciários, que permitiu superar a escravidão.

Portanto, a luta dos trabalhadores é legítima e se ela o é, se é legítimo o desejo do empresário de ter o seu lucro, o que é que está errado companheiro? Nós permitirmos a lógica de ter lucro em cima do transporte coletivo! Nós nunca vamos solucionar essa questão do transporte coletivo, enquanto a lógica do lucro é que dá a determinação de como se darão as relações.

Nós defendemos e temos pautado esse assunto, que não é nenhuma graciosidade ou genialidade de nossa parte, pelo contrário, é o reconhecimento dos estudos, das experiências em outros lugares onde o transporte coletivo nas grandes cidades do planeta é público. E nós podemos inclusive intermediar para que o poder privado, para que as estruturas privadas sejam subservientes. E aí é o poder concedente e que hoje, no atual quadro de coisas, o prefeito textualmente disse que não é problema dele. Mas é nosso, de todos nós.

Eu faço uma ressalva, deputado Nilson Gonçalves, à crítica que faço ao prefeito Dário Berger, eis que tem sido o único prefeito a comparecer e a ser chamado nesses debates.

Faço um apelo aos companheiros que são deputados desta Casa, ao nosso prefeito de São José, ao nosso prefeito de Palhoça, ao nosso prefeito de Biguaçu, eis que precisam entrar nesse debate também, pois apesar de o problema confluir todo para Florianópolis, este é um problema da Grande Florianópolis.

Srs. deputados, hoje é um milhão de pessoas que transitam nessa região. Um milhão de pessoas espera da Assembleia Legislativa de Santa Catarina uma posição contundente, de auxílio.

Ao falar com o deputado Moacir Sopelsa, que está preocupado, nós dialogávamos sobre essa questão do transporte coletivo. E eu falava a ele que de quem está certo ou errado não é o momento para se discutir agora. O certo é a nossa posição. É a posição de abrir o diálogo e acabar imediatamente com essa greve. Isso é o que precisa ser feito agora. Nós discutimos depois o dissídio, nós discutimos depois o sistema, nós discutimos depois se é o empresário, se é o prefeito ou se são os trabalhadores. Agora, nós temos que contribuir para criar uma ponte de diálogo.

E eu peço, veemente, srs. deputados e sr. presidente, que esta Casa se empenhe nesta tarefa, pois nós estamos há mais de 50 horas em greve. Hoje estive na assembleia dos trabalhadores e ontem conversei com empresários do setor. Tenho tido contato direto com o vice-prefeito, João Batista Nunes, e tenho a convicção de que é preciso construir pontes de diálogo e que esta Casa possa ter essa tarefa, para assim podermos acabar de vez com essa greve de ônibus que assola não só Florianópolis mas como toda essa região que precisa ter um olhar especial desta Casa.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Lício Mauro da Silveira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Primeiramente gostaria de parabenizá-lo pelo seu aniversário. Em segundo lugar, digo ao deputado Reno Caramori que o horário é meu e não dele. E, por favor, escute-me atentamente.

Sr. presidente, srs. deputados, eu queria fazer uma homenagem a uma empresa em que praticamente trabalhei parte de minha vida, a Casan. Ela no dia de hoje faz 38 anos.

Hoje é um dia muito importante para o estado de Santa Catarina e, em especial, para esta empresa de economia mista, que sob a égide da necessidade e da visão de um todo programado, as partes integrantes de todo o estado formaram um sistema para atendimento igualitário do povo catarinense.

Eis que em 31 de dezembro de 1970, através da Lei n. 4.547, é criada a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, constituída em 02 de julho de 1971, quando era governador o dr. Antônio Carlos Konder Reis.

A nossa inesquecível Casan no dia de hoje faz 38 anos. Uma empresa da administração direta criada para realizar serviço público de forma diferenciada e com velocidade incompatível com a morosidade da administração direta, por todos os problemas que todos conhecemos.

Antigamente eram os municípios que exploravam o sistema de água. E a partir da criação do BNH, que foi extinto no processo de corrupção do governo José Sarney, quando exercia logicamente a presidência...

Olha a ironia, na época foi fechado o BNH e todo o processo de saneamento passou para a Caixa e por corrupção. Hoje a gente vê o ex-presidente, hoje presidente do Senado, na mesma situação que ele lá tinha extinguido uma empresa de porte que cuidava de todo o saneamento do estado.

E ali então passou para a Caixa Econômica Federal, e o saneamento atrasou muito até começar a se desenvolver, porque os técnicos do BNH estavam sediados em todos os estados do Brasil. Ficou parado por vários anos, até que a Caixa começou o financiamento.

Essa empresa tem 38 anos, e eu a considero muito jovem. Ela teve o seu desempenho reduzido por vários e vários anos em função de alguns fatores imprescindíveis para cumprir o seu papel social. Ela foi criada para coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotos e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do estado.

A missão era grande quando nós tínhamos o BNH, mas não foi só extinto o BNH por corrupção, também, deputado Dionei Walter da Silva, foi extinta a Sudene na época do Collor, hoje recriada; foi extinta também a Sudam por causa das barbaridades do Jader Barbalho. Corrupção pura! Fecharam, e hoje voltam a funcionar por iniciativa desse cidadão. Fecharam as ferrovias do estado e fecharam de uma maneira proposital contra os interesses da União, já na época do Fernando Henrique Cardoso.

Se tivesse feito com o processo de telecomunicação e até de geração de energia na parceria público privada, ou até a privada, como a Tractebel hoje, que está dando ótimos resultados, tudo certo, porque o que nós queremos é resultado para a sociedade! Agora, fazer essas induções que nós nos referimos simplesmente em nome da corrupção, feitas por corruptos... E hoje estamos tendo o retrato visível na televisão, pedindo a saída da pessoa que mais prejudicou o saneamento no Brasil, que foi José Sarney, fechando o BNH.

A missão da Casan é grande, e as dificuldades também são maiores. A tarifa de água por muitos anos foi banalizada e deixava entrever, a cada habitante deste estado, que a água era uma coisa pública e que essa tarifa servia somente para pagar os empregados da empresa e manutenções corriqueiras de água.

Como fazer investimentos? Com verbas do estado ou financiamentos. Ambos entraram em pauta. Foram bancos internacionais como BID, KFW, banco alemão. Entrou a Caixa, o estado, e a Casan começou a desenvolver suas obras.

Esbarram, quase sempre, no problema político de indicações e de ambições especiais, ou no problema brasileiro em todos os tempos, que enterra a máquina

administrativa que é a descontinuidade administrativa.

Entra governo, sai governo, mudam as regras e deixa-se de cumprir aquelas metas do governo anterior, para achar que as novas metas são as melhores do que as anteriores. Isso é um erro tremendo que causa prejuízo à nossa sociedade.

As dificuldades doíam mais nos empregados do que naqueles que deixavam de receber o serviço público, pois cada profissional da Casan, espalhados pelos quatro cantos de Santa Catarina, queriam trabalhar em prol de cada catarinense, entregando um serviço público de qualidade e segundo os objetivos em que a empresa foi criada.

Quando nós exercíamos a presidência da Casan, fazíamos avaliações semestrais não só nos índices operacionais, mas nos financeiros, administrativos. E hoje outros presidentes também estão dando continuidade a esse processo, só que sob uma nova égide, ou seja, de parceira com os municípios ou até quando o governo Luiz Henrique entrou no poder, em que houve o processo de municipalização e alguns municípios se arvoraram em pegar o sistema em que a Casan tinha investido milhões de reais. Não houve nenhuma indenização, e a Casan é quem está suportando isso.

Portanto, os serviços que deixaram de ser realizados não foram, como disse, por fatores outros, não por falta de empenho, vontade do corpo funcional da empresa. Mas, apesar dos pesares, a Casan nesses anos de existência cumpriu muito bem o seu papel, pois se temos, hoje, um estado integralmente atendido por água potável, isso se deve à atuação integrada do sistema Casan.

Os municípios deficitários eram cobertos pelos de maior arrecadação e, assim, eram realizados os planejamentos, as obras, as manutenções e a água em todo o estado.

Com as dificuldades financeiras para investimento, a parte de saneamento básico, esgoto, obviamente não poderia ser de outra forma, deixou a desejar. No entanto, com esforços de alguns governos e empenho do seu corpo funcional ainda não chegamos a um nível aceitável de esgotamento sanitário no estado.

Obviamente que para realizar um bom trabalho a Casan investiu no treinamento para capacitação de seu pessoal, e os trabalhos realizados em todo o estado sempre foram avaliados em seminários de desempenho da empresa, em regiões pré-selecionadas.

Sr. presidente, seria mais prudente o governo estadual olhar o bem comum, finalidade única do estado, para estabelecer uma forma de contrato de resultados por município com prazos determinados, para que a Casan continue a realizar os objetivos para que foi criada.

Parabenizo a Casan, o corpo funcional, os funcionários que já estão aposentados e que deram tudo de si para que o sistema de saneamento de Santa Catarina esteja funcionando da melhor forma possível.

Portanto, é de fundamental importância esse dia para os casanianos e muito mais para a sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, eu gostaria, neste momento, de

saudar todos os bombeiros do estado de Santa Catarina. Hoje se comemora o Dia Nacional do Bombeiro. E, em nome do comandante dos bombeiros do estado de Santa Catarina, gostaria de saudar essa categoria, na qual, durante mais de 15 anos de minha vida, prestei serviço. Eles faziam o primeiro atendimento e nós, em seguida, complementávamos. É uma categoria que merece o nosso respeito, a nossa dedicação.

Os bombeiros de Santa Catarina prestam, sim, um grande serviço ao estado. Parabéns a todos vocês, abnegados trabalhadores, que nas horas mais difíceis da vida das pessoas, estão presentes para ajudar no transporte de feridos, no socorro às gestantes, na ocorrência de tragédias ou catástrofes que atingiram o nosso estado.

Mais uma vez, parabéns aos bombeiros do estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, além de homenagear o bombeiro militar, quero dizer que nós temos em Santa Catarina os bombeiros voluntários. Sendo assim, quero aproveitar, em nome do presidente da ABVSC, o Ademir Orsi, para cumprimentá-los pela passagem desse dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao Democratas.

Com a palavra o deputado Cesar Souza Júnior, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, antes de falar da lei que esta Casa aprovou ontem relativa à isenção do pedágio em Palhoça, gostaria de me manifestar sobre a paralisação do transporte coletivo, que faz com que 200 mil pessoas na Grande Florianópolis não consigam trabalhar, que paralisa o comércio e que deixa as cidades no caos que vêm se transformando.

Quero filiar-me à proposta que a deputada Angela Albino apresentou e dizer que esta Casa está à disposição para participar das conversações, para participar do diálogo. Esta Casa, se convocada, se chamada, tem poder para interferir na questão e estamos dispostos a contribuir no diálogo que possa levar à solução. Não vai ser radicalismo, não vai ser queda de braço, a solução a que se vai chegar deve ser dialogada. Que se consiga algo que impeça novas paralisações como essa, e que a cidade não fique refém a cada dissídio, como vem ficando nos últimos anos.

Essa é a nossa expectativa para esse grave problema que vivemos em toda a região da Grande Florianópolis.

Srs. deputados, quero cumprimentar esta Casa, os srs. parlamentares pela lei aprovada ontem, a corajosa lei aprovada ontem que garante a isenção pra os municípios nas praças de pedágio que se situem dentro dos limites do seu município. Digo isso porque a maneira com a qual o pedágio está sendo estabelecido em Santa Catarina é socialmente injusta, moralmente condenável e eivada de ilegalidades.

Esta Casa, hoje, entra na questão, demonstrando de maneira firme e decisiva a nossa indignação com representantes eleitos pelo povo de Santa Catarina, pela maneira ditatorial com a qual essa praça de pedágio está sendo instalada em nosso estado.

Não quero aqui fazer discurso político, tampouco discurso partidário, e houve

erro, sim, no momento da concessão da rodovia, iniciado no governo Fernando Henrique e mantido no atual governo, mas eu não tenho compromisso com o erro. O governo Fernando Henrique errou gravemente, o governo Lula manteve o erro e Santa Catarina está pagando por essa sequência de ilegalidades e de descompasso com a vontade popular.

Há várias matérias nos jornais. O jornal *Notícias do Dia* dedica grande espaço para essa matéria. Mas eu me surpreendi, srs. deputados, foi com a reação, estampada no *Diário Catarinense*, do representante das rodovias. Diz ele que essa decisão dos deputados pode inviabilizar a concessão das rodovias. Ele já adianta que vai entrar com uma Adin e diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Não é possível criar uma isenção em cima de um contrato de concessão que foi licitado com o conhecimento de toda a sociedade. Se isentarmos estes moradores a receita da concessionária diminui de forma a tornar o negócio inviável - explicou."

Olha só! Então, o representante das empresas concessionárias - que até esteve em audiência pública nesta Assembleia - afirma que se nós isentarmos os moradores de Palhoça, de Porto Belo e de Garuva, nós vamos inviabilizar a concessão das rodovias. Então, por que a OHL não respondeu ao pedido de informação feito por esta Casa sobre o impacto da rodovia se houver isenção? Há mais de dois meses esse pedido foi aprovado aqui e eles não respondem. E eu duvido muito, srs. deputados, que se isentarmos o morador de Palhoça, por exemplo, o electricista, o encanador, o estudante, que precisa trafegar por ali diariamente, vá inviabilizar o sistema de concessão de rodovias.

Pois bem, se é isso que vai inviabilizar, então esse sistema de concessão está equivocado. Se precisam do dinheiro suado do povo que tem que transitar ali diariamente para buscar saúde ou ir para o trabalho para o sustento econômico, financeiro da concessão de rodovias, então esse sistema está equivocado, é um sistema draconiano.

Srs. deputados, eu tenho ouvido algumas pessoas fazerem a seguinte indagação com relação ao pedágio: "Mas não era para a prefeitura de Palhoça ter construído uma via alternativa no decorrer dos anos para não sobrecarregar a BR-101?"

Srs. deputados, o município de Palhoça é um município pobre. A sua população é formada majoritariamente por pessoas humildes. O município não teve condições de fazer essas obras até hoje, não porque não quis, mas por falta de condições. Mas vamos admitir que o município omitiu-se em construir uma via alternativa. Então, agora se vai penalizar o município, aquele que sofreu com a não construção da via alternativa. Ele agora vai sofrer duplamente com o pedágio.

Por isso, eu quero cumprimentar os srs. deputados pela decisão corajosa, porque nós estamos lidando com interesses grandes, gigantescos, mas não dá para admitir isso. Se pegarmos o carro aqui e formos em direção ao sul, pagaremos R\$ 1,10. E R\$ 0,50 se formos de moto, pois o entregador de água, o motoboy também paga. Quando você passa o pedágio e vai em direção ao sul, deputadas Odete de Jesus e Angela Albino, pensa que vai entrar numa rodovia ao molde americano, europeu, mas você entra numa rodovia em obras, que não foi concluída e sem prazo de conclusão. Então, você paga e entra no caos. Você paga e entra numa rodovia insegura, perigosa. É isso que esta Casa não admite e foi essa a demonstração que nós demos à sociedade catarinense no dia de ontem.

Essa lei agora vai à sanção do governador, a empresa já antecipou que é contra, que vai entrar com uma Adin, porque se pararem de cobrar R\$ 1,10 por dia do entregador de água, do motoboy, do electricista, do munícipe que vai buscar saúde, do estudante universitário ou do secundarista que vai estudar, se pararem de pegar esse dinheiro do povo aqui da Palhoça, o sistema de concessão de rodovias no Brasil vai quebrar.

Então, srs. deputados, essa resposta deixa-me ainda mais firme e seguro de que esta Casa tomou a decisão correta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Cesar Souza Júnior.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público apresentou parecer Favorável às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o art. 143 e seus §§, do Regimento Interno: Ofícios n.s: 0058/2009, 0150/2009, 0153/2009, 0160/2009, 0218/2009, 0341/2009.

Esta Presidência comunica que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o art. 143 e seus §§, do Regimento Interno: Ofícios n.s: 0130/2009, 0131/2009, 0143/2009, 0149/2009, 0156/2009, 0157/2009.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0438/2009, de autoria da bancada do PP: 0439/2009 e 0440/2009, de autoria do deputado Edison Andrino; conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0863/2009, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0864/2009, 0865/2009, 0866/2009, 0867/2009, 0868/2009, 0869/2009, 0870/2009, 0871/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Moção de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, manifestando apoio aos empresários e agropecuários em razão da ausência das cooperativas centrais de agropecuárias no Plano Agrícola e Pecuário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Professor Grando, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima, com a compreensão do deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Moacir Sopelsa, depois de inúmeras felicitações, eu quero convidar os srs. deputados, companheiros da Casa, para uma fatia de bolo na sala do café, na sala de imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito bem! O deputado Jailson Lima

está de aniversário hoje e esta Casa quer desejar-lhe muita saúde, muita paz. Que o senhor possa continuar sendo a pessoa que é, com um grande trabalho na Assembleia Legislativa.

Com a palavra o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sras. deputadas e srs. deputados, desejo ao deputado Jailson Lima muita saúde e felicidade pelo seu aniversário.

Sr. presidente, a maneira do PPS atuar, de trabalhar politicamente é no sentido de que as transformações sociais ocorram na prática. Não é o que se diz popularmente, jogar para a torcida ou discurso fácil, muitas vezes até emotivo, necessário. As transformações precisam ter um caráter, um tempo maior. Não é o imediatismo e nem o próprio oportunismo que irá resolver as questões.

Então nós costumamos, como se diz, jogar para o time e não para a torcida. A bancada que apóia o governo estadual deu um exemplo de como jogar para o time, sendo sensível aos clamores de uma categoria na questão relativa à Segurança, aos policiais civis e militares. E ver esse conjunto no todo permitiu que o quadro de carreira da Polícia Civil encaminhe-se, sim, a uma solução inclusive de um ganho a mais, de um aumento salarial. E aí vem algo que entendo ser importante nós, neste momento de crise, discutirmos.

Aliás, nós precisamos de transformações profundas, neste País. Quanto custa um trabalhador ao setor patronal? Nós não somos contra a iniciativa privada. Para existir o empregado, a luta do trabalhador, e nem todos podem ser servidores públicos, tem que existir a empresa onde ele possa produzir, trabalhar, estar no sistema.

Portanto, tem que haver essa harmonia. Essa é a função da luta correta e coerente. Um trabalhador brasileiro tem custo social de mais de 100%. Portanto, com esse custo social enorme reduz-se o verdadeiro salário, o poder aquisitivo, porque custa caro para a parte patronal. Vamos pegar como exemplo, a questão da assistência, da aposentadoria. O trabalhador que tem um salário razoável já desconta 11%, a parte patronal, no caso o estado, paga 22%.

Nos outros países não é assim. Por exemplo, na Argentina o salário do trabalhador é maior, existe um maior poder aquisitivo, mas o país não é tão rico e nem tem as reservas minerais, as potencialidades e a energia que nosso país tem, mas o trabalhador de lá tem o salário melhor, porque o custo social é menor, está em termos de 18%. Obviamente, é preciso uma transformação nacional neste sentido.

Então, pensem comigo. Como é possível o poder público exercer essa distribuição em termos salariais para melhorar os desníveis? Queira ou não ele é obrigado, até que venham às verdadeiras transformações, a utilizar a política de abono. Eu, que fui sindicalista, dirigente dos professores estaduais, combati a política de abono. Mas no atual quadro já há jurisprudence, e o abono passa a ser vinculado como o ganho dos salários, com uma melhor aposentadoria. Por isso é importante se galgar passo a passo, ter um quadro de carreira. E a luta continua.

Então, notem que agora a Segurança, no seu conjunto, vai ter um abono de R\$ 300,00. Isso é um aumento significativo. Não é um aumento de percentuais, porque já estão no quadro de carreiras as melhorias internas dos níveis e os seus salários vão melhorar, e vão levar para a sua vida profissional e para a sua aposentadoria.

Alguns até podem questionar que não é como queria o merecedor, mas este é um governo que faz. E a bancada estadual trabalhou e se esforçou muito, inclusive se confrontando muitas vezes com os técnicos do governo, mas avançamos.

Então, o que esta Casa vai aprovar são três leis, desde a questão do quadro de carreira. Olhem só, srs. deputados, para quem estava em exercício de atividade com risco de vida, se sofresse um ferimento, qualquer atrofiação permanente ou mesmo a morte no serviço de segurança - porque atualmente são obrigados a enfrentar o narcotráfico, essa bandidagem como se diz na linguagem popular - sequer a família tinha um seguro e um ganho. Agora vão ter, e uma quantia razoável. E depois também a Polícia Militar entra nesta questão, abrangendo a visão da unidade da segurança como um todo. É um avanço, sim.

Mais do que isso, quero anunciar que na segunda-feira teremos uma reunião com o governo e com seus técnicos. Não vamos dizer do que se trata, mas será mais uma notícia boa para o estado de Santa Catarina e para os seus servidores.

É um governo que apesar da crise está avançando. Por quê? Porque inclusive virá para esta Casa um projeto de salário regional, que é uma reivindicação das federações e confederações, que nós apoiamos aqui com um abaixo assinado, após uma reunião com a secretária Dalva e com o governador, que está sendo atendida. Não é um salário regional tão bom quanto o do Paraná, mas é maior do que o do Rio Grande do Sul. Quer dizer, estamos avançando. E isso se estende a todos os trabalhadores, inclusive àqueles que menos ganham, os menos favorecidos da produção do estado de Santa Catarina.

Então, é um governo que está realizando as transformações e os seus compromissos muito mais do que qualquer outro, que poderia ficar no discurso fácil de aumento da despesa do setor público em função das renúncias, em função da crise mundial que está diminuindo a arrecadação. Mas nós estamos avançando porque a sociedade precisa se manifestar. Então, é desta forma que se trabalha, ou seja, para o time, e também para a torcida, mas com consciência, com avanço e com realidade.

Só é revolucionário, só muda e só transforma quem for realista. E dentro dessa realidade, esse não é um projeto que coloca o estado em crise, mas será feito com sustentabilidade, e isso é um avanço. Então, a bancada governamental se manifestou querendo ajudar esse setor com outras novidades que virão na próxima semana, como disse aqui a deputada Professora Odete de Jesus, e na terça-feira vamos nos manifestar sobre o assunto. Também foram consultados órgãos de classe e representantes das entidades da questão de segurança.

Agora o que não pode - e aí temos que ter cuidado, quando eu falo em jogar para a torcida - é que este projeto vindo a esta Casa, sempre haverá deputados que vão querer fazer emendas, mas não podem ser feitas, pois é inconstitucional, haja vista ser uma lei federal. Vale para Brasília, para os deputados federais, para os senadores, para os deputados estaduais e para a Câmara Municipal. E com isso nós não podemos enganar, ou seja, fazer emendas que impliquem em despesas maiores do que a prevista pelo Poder Executivo, até porque o Poder Executivo tem a Lei de Responsabilidade Fiscal e não pode ser irresponsável.

Mas alguns, tenho certeza, para fazer média, para jogar para a torcida, vão querer propor emendas com aumentos

maiores. E aí dizer podem pensar que basta os deputados votarem, que o governador, sendo sensível, pode acatar. Isso desgasta a Casa como um todo. Não, não é dessa maneira, porque isso já ocorreu nesta Casa em épocas passadas.

Aí falo que essa questão do aumento que virá é tão compatível, tão realista, que é necessário. Por quê? Porque aquilo que falei em termos de um abono que vai para o salário tem jurisprudence, porque o preço do gás é igual para todos que ganham menos e para os que ganham mais.

Então se eu for, por exemplo, dar um percentual de 10% para quem ganha R\$ 10 mil, é R\$ 1 mil, mas 10% para quem ganha R\$ 1 mil é R\$ 100. É pouco, mas o preço do gás, do feijão, do arroz, do quilowatts/hora, da água, da passagem do ônibus é igual para todos.

Então, como é que vamos melhorar a qualidade de vida diminuindo as diferenças salariais? Este é um governo de justiça. E como é que pode se fazer isso? Em forma de cascata, escalonado? Endividaram o poder público com as benesses que nós vemos hoje, muitos ganhando bastante, às vezes não contrariando a lei, mas tendo as benesses da lei. E nós precisamos ter esta visão.

Então, estamos avançando, Santa Catarina está dando um exemplo e aguardaremos para a próxima semana mais novidades. Este é o nosso trabalho, o trabalho do PPS, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Inscrito o sr. deputado Manoel Mota, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, venho a esta tribuna para fazer um balanço dos acontecimentos políticos dos últimos anos em Santa Catarina. O nosso eminente governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, na época em que era prefeito de Joinville renunciou à prefeitura para disputar uma eleição contra aquele que se chamava o mito do estado, o imbatível no estado.

Então, sempre colocava aqui para o deputado Joares Ponticelli que nós iríamos ganhar as eleições! E ele fazia um sorriso de deboche, de gozação. Só que ele não conhecia Luiz Henrique, a sua capacidade, a sua competência e a forma de agregar pessoas e o leitor com votos. Dessa maneira, levou a eleição para o segundo turno e no segundo turno derrotou esse mito chamado em Santa Catarina, Esperidião Amin.

Não se conformando com isso, procuraram tudo que podiam para entrar na Justiça. Justiça e mais Justiça, e processos perdidos! Mais Justiça! E continuaram perdendo os processos! Acho que isso é uma doença! É tipo essa peste suína que se espalhou pelo mundo inteiro. É uma doença que dá nas pessoas, por não se conformarem e aí entram na Justiça.

Superando todas as dificuldades, veio a eleição aqui na capital e para prefeito de São José, e diziam: o que é que o lado de lá tem que vir para o lado de cá? Não tem como ganhar, não vai ganhar, porque o Dário Berger com sua competência, com o partido do PMDB agregando muitas lideranças de outros partidos, ganha a eleição. E aqui em São José é a primeira eleição!

E entram com processos! Elaborados por quem? Pelo atual presidente do partido,

Joares Ponticelli. E aquele que foi o grande chefe da política de Santa Catarina Esperidião Amin que tem dentro de si a raiva, não buscando o voto, mas só sentindo raiva, rancor e ódio! Isso é coisa do passado! Foram derrotados! Aí entram com processos contra o Dário Berger sobre a questão de policiais que fizeram um palco, e mais processos! E o Dário Berger se defende e vem a derrota para eles!

Eu não sei nem quantas vezes ele teve que ganhar a primeira eleição aqui em Florianópolis. Assim mesmo, não podendo trabalhar, tendo que cuidar dos processos, fez uma administração que o credenciou para que pudesse continuar aqui na grande capital, que é a nossa bela cidade de Florianópolis.

Mas aí veio o segundo momento do governador Luiz Henrique, que é disputar a segunda eleição. A reeleição, a primeira vez na história de Santa Catarina, e o Luiz Henrique, esse cidadão, esse homem de bem, esse homem renuncia o seu mandato para disputar uma eleição, tornando-se um cidadão comum, achando que era um negócio descabido estar no poder, com a caneta na mão, para disputar uma eleição, ele sabendo o que sofreu para ganhar a primeira.

Ele renunciou e disputou como cidadão comum em Santa Catarina. Mais uma vez derrota no primeiro turno, derrota no segundo turno, e aí ganha eleição, e ganha um processo por abuso de publicidade quando ele nem estava no poder.

Chegaram até a mapear, tinha a minha região, lá, já estava meio mapeada para saber quem assumia, quem não assumia. É um negócio que não dá mais para avaliar. As pessoas perderam, enganaram, mentiram tanto para a população que perderam a credibilidade, não têm mais o voto, e aí é no tapetão e não param mais.

O que aconteceu? Seis a um, porque o presidente deu um voto de solidariedade. Foi uma derrota vexamosa. E ainda disseram, declararam que iam recorrer! Certamente para a ONU, ou não sei mais para onde!

E aí aconteceu a mesma coisa aqui em Florianópolis, ou seja, veio a segunda eleição do Dário aqui em Florianópolis, disputou com esse meio, e o derrotou mais uma vez, e começaram os processos!

O eminente deputado Joares Ponticelli, representa o partido, é o primeiro a assinar com esse ódio todo, e aí ontem a torcida era muito grande. O Dário já teve que se defender de tantos! Eu não sei quantos processos o Dário já ganhou, e ontem estava todo mundo esperando que o Dário fosse afastado! Mas está aí: o bravo tocador de obra, de visão, que fez uma transformação nesta capital, e que vai colocar esta capital num destaque incomparável com outras capitais, e ontem novamente queriam a derrota, no tapetão, do Dário Berger, mas não conseguiram.

Novamente mais uma derrota, mas ontem mesmo já declararam que vão recorrer. É uma coisa inacreditável! Eles só têm ódio e rancor dentro de si. Como é que vão fazer mal? Perderam o cheiro do povo, tinham que cumprir a sua missão, não cumpriram. Prometeram, enganaram, mentiram e agora o povo disse que dessa vez não votam mais!

Então, precisa tirar essas coisas da frente, precisa buscar a credibilidade do povo. Mas não através do tapetão! A justiça da terra e a divina não deixam tirar os homens de bem eleitos pelo voto soberano, esmagador da grande população.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Concedo um aparte ao sr. deputado José Natal, que com certeza conhece toda essa história e pode colocar outras ideias com precisão.

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Manoel Mota, o seu entusiasmo nos deixa radiantes.

Mas quero dizer a v.exa., com relação à questão pontual do prefeito Dário Berger, que eu acredito que ela aconteceu porque na eleição que veio para cá não acreditavam na vitória dele. Como houve uma segunda vitória, aí a coisa ficou diferente e, lamentavelmente, quem está perdendo com isso é a sociedade. Nós queremos que a Justiça realmente apure e dê soluções naqueles casos que foram colocados.

Mas o problema, no meu entendimento, é que existe uma situação politiquêira, ou seja, não admitiram a derrota. Mas deixem o prefeito da capital andar normalmente, porque senão fica difícil ser político, realmente. É muito complicado.

A Justiça acabou definindo, fez o que deveria ter feito com relação à legalidade, e tem gente que não se conforma. E o inconformismo gera este tipo de situação que atrapalha a vida das pessoas.

Parabéns, pelo pronunciamento de v.exa!

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. Deputado Manoel Mota - Concedo minutinho, nobre deputado.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Usarei pouco tempo! Realmente se tenta ferir, se tenta prejudicar, nós tivemos o exemplo de Luiz Henrique da Silveira, o exemplo da questão do prefeito Dário Berger, mas lá na bíblia está escrito: "O que nos fere, mas não nos mata só nos fortalece"

Ao querer prejudicar Luiz Henrique da Silveira, ao querer prejudicar Dário Berger com essa forma de fazer política, isso só os fortalece. Portanto, a nossa solidariedade à resistência e a questão da Justiça cumprir com o seu dever, não tenha dúvida, são as grandes lideranças no estado de Santa Catarina.

Quero dar os parabéns por essa etapa e dizer que a luta continua!

O SR. DEPUTADO MANOEL - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado ao deputado Manoel Mota.

Ainda inscrito em Explicação Pessoal o sr. deputado Reno Caramori, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Pedindo a compreensão do deputado Reno Caramori, com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Obrigado, deputado Reno Caramori, sr. presidente, srs. deputados, quero anunciar a presença nesta Casa com muito carinho do vereador João Canani, do Francisco Farias e do presidente Gerson Eduardo de Souza, do PSDB de Três Barras.

Registro a presença também do vereador Gil Baiano, do PSDB de Canoinhas, acompanhado do vereador Wilson Pereira Célio e Galeski, que é o presidente do Legislativo de Canoinhas, do secretário Regional daquele município, Edmilson Verka e também do prefeito Adelmo Alberti, prefeito de Bela Vista do Toldo.

Todos estão tratando de assuntos inerentes àquela região e a seus municípios. Sejam muito bem-vindos a esta Casa que, com certeza absoluta, a Casa do Povo irá ajudar a amenizar situações que eles trarão a todos nós.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro do deputado José Natal, agora, sim, com a palavra o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sr. deputado, sras. deputadas,

em primeiro lugar gostaria de cumprimentar a deputada Angela Albino pela sua manifestação inicial desta tribuna. V.Exa. fez um relato da realidade. Qual será o próximo partido? É a lei do troca-troca. E troca-troca para mim é outra coisa, realmente não produz.

Mas, sr. presidente, sra. deputada, quero fazer um registro, com pesar, sobre o ciúme de homem e vou dizer a v.exas. srs. deputados e sras. deputadas, o que produz ciúme de homem.

Nós temos em Santa Catarina mais de 35 corporações de sociedades civis de Bombeiros Voluntários, deputado Moacir Sopelsa, que preside esta sessão, e que conhece muito bem a corporação de Concórdia e de Arabutã, como nós conhecemos. Mas não é surpresa, é mais um acontecimento que ocorreu no dia de ontem numa audiência no município de Curitiba, onde o promotor público determinou uma pena pecuniária de R\$ 300,00 para o sr. Amarildo e para o sr. Fabiano, dois componentes da corporação civil, dos Bombeiros Voluntários, de Campo Belo do Sul. Por quê?

Na gestão passada do prefeito de Ponte Alta, o ex-prefeito Laertes Borela convidou a Abvesc - Associação dos Bombeiros Voluntários do Estado de Santa Catarina - para fazer uma explanação sobre o funcionamento da organização de uma corporação, pois o município estava interessado em criar uma em Ponte Alta. Aí o tenente-coronel, que era o comandante da corporação dos bombeiros militares de Curitiba, enciumado, acredito, pois não há outra razão, a não ser ciúme, entrou com uma ação penal na Justiça, com uma queixa-crime alegando a usurpação do serviço público. Ele disse que aquela reunião que o Amarildo e o Fabiano fizeram, atendendo a solicitação do prefeito, com a presença das autoridades municipais e de outros interessados, era uma incitação à usurpação das funções públicas.

Srs. deputados, eu fico cada vez mais indignado quando os bombeiros militares não têm condições de ampliar as suas corporações. E eu não sei por que o atual governo ainda não pagou neste ano a subvenção social, que é direito pela Constituição, às corporações de bombeiros civis. Ainda não pagou, deputado Kennedy Nunes! Já estamos em julho e os bombeiros ainda estão aguardando a boa vontade deste governo de pagar a subvenção social a eles que é de direito. Porque de acordo com a Constituição do estado de Santa Catarina, é obrigação de o estado apoiar financeiramente e tecnicamente as corporações de bombeiros voluntários de Santa Catarina.

Mas tudo bem! Agora esses dois meninos, que tão bem orientam os bombeiros voluntários de Campo Belo do Sul, e orientaram na época também que foram designados pelo Ademir Orsi, que preside a Abvesc para fazer as exposições pelas suas capacidades de desenvolver essa tarefa, estão respondendo processo.

Então, o nosso advogado se deslocou ontem a Curitiba para, em audiência com o sr. promotor público, fazer uma defesa deles, pois é um absurdo penalizar dois meninos que estão trabalhando em benefício da sociedade!

São abnegados voluntários que estão lutando para minimizar o sofrimento, muitas vezes, que ocorre lá no seu município e que estão sendo penalizados a pagar R\$ 300,00, para que o processo seja arquivado.

Eu fico indignado cada vez mais! Será que o governo de Santa Catarina não vai se acordar em algum momento?! Muitas vezes já assomei esta tribuna para mostrar aos catarinenses essa voracidade das corporações, do comando dos bombeiros militares, sei lá de quem, em cima das corporações de bombeiros voluntários!

Eu falei com o atual prefeito de Ponte Alta, pois até agora os bombeiros

militares não se manifestaram em ir lá criar uma corporação, e ele vai voltar à carga novamente solicitando à Abvesc que oriente a atual administração para que crie lá uma corporação. E terão apoio deste deputado, como também, tenho certeza, de outros deputados, para que seja criada uma corporação de bombeiros voluntários, a exemplo das demais 35 que existem em Santa Catarina, que estão funcionando dentro dos critérios legais. É isso que nós queremos.

Eu gostaria de, aproveitando a oportunidade, dizer que hoje é o Dia Nacional do Bombeiro. É o dia dos bombeiros voluntários, dos bombeiros militares, dos bombeiros comunitários, enfim, desses abnegados trabalhadores que prestam a sua contribuição para minimizar o sofrimento da população de cada município em épocas de catástrofes, sinistros, etc. Então, os bombeiros estão sempre alerta, estão sempre prontos para atender.

Os militares remunerados, todos eles, é óbvio, estão prestando um trabalho, são profissionais, e os voluntários que estão lá, cedidos pelas empresas, trabalham dentro de uma escala de horas de folga, mas quando chamados estão prontos, a qualquer minuto do dia ou da noite, para prestar o seu trabalho para a sociedade.

Mas essas corporações estão sendo penalizadas, estão sendo massacradas, estão sendo incomodadas! Eles trabalham diuturnamente sempre atentos, porque a cada momento pode acontecer uma pressão de alguém, ou seja, do comando dos bombeiros militares sobre os voluntários. Dá para entender isso, srs. deputados? A comunidade catarinense pode entender uma coisa dessas? A sociedade participa, as empresas e as prefeituras participam e o governo está de braços cruzados.

Aliás, eu cobrei e pedi ao governador, em Caçador, numa reunião com mais de 900 bombeiros, que fizesse o favor de determinar aos seus comandados que deixassem os bombeiros voluntários prestar o seu trabalho à sociedade; que falasse aos seus comandados que tivessem pelo mínimo a educação e o discernimento de reconhecer o trabalho que eles prestam nas suas comunidades, independentemente de municípios e de partidos políticos. São corporações civis de bombeiros que prestam trabalho à sociedade a qualquer hora do dia ou da noite, pois não há situação que não estejam atuando em benefício da sociedade.

Por isso a nossa indignação. E eu quero aqui cumprimentar todos os bombeiros de Santa Catarina e do Brasil. Parabéns pelo dia de vocês! Parabéns pelo trabalho que vocês fazem!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu gostaria de registrar, com muita satisfação, a presença, nesta Casa, do prefeito de Monte Castelo - o planalto norte todo está aqui -, que está tratando de assuntos inerentes à sua região.

O prefeito Antoninho Tibúrcio Gonçalves, o popular Quibe, que não é comível, é o Quibe que trabalha para as pessoas do município de Monte Castelo.

Parabéns a ele e à equipe de vereadores que estão tratando de assuntos da educação, da infraestrutura na saúde do seu município, pois existe um problema lá para ser resolvido há bastante tempo, e eu estou tentando resolvê-lo junto com esse pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado

Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, primeiramente eu quero cumprimentar todos que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Digital Alesc e os colegas de imprensa.

Eu estava ouvindo as palavras do nobre deputado Manoel Mota, que no seu pronunciamento falava com relação às decisões que a Justiça tem tomado. Eu não quero entrar no mérito dessa questão, porque essa é uma decisão dos Tribunais e cada um tem o seu jeito de pensar.

Mas eu não vi v.exa. fazer uma defesa especial, deputado, assim como faz tão veementemente, dos políticos que detêm os cargos e que são os seus companheiros de partido, do seu correligionário José Sarney, que hoje é uma unanimidade no Brasil de expurgo político. Eu não vejo v.exa. fazer essa defesa do seu correligionário no Senado; não vejo a mesma veemência. Até parece que o Sarney é mais PT do que PMDB.

Aliás, já disseram que na política só não se vê boi voar. Eu já vi, pelo menos, uns terneirinhos voando, deputado Reno Caramori. Mas assistir à senadora Ideli Salvatti fazer a defesa veemente, no Senado, ao senador José Sarney é muito hilário, mas as coisas mudam.

E esta Casa foi a primeira no Brasil a aprovar por unanimidade uma moção pedindo o afastamento do ex-presidente da República, hoje senador e presidente do Senado e do Congresso Nacional, José Sarney.

É claro que nós, da bancada progressista, tivemos que dar um jeito para não deixar a bancada do PMDB e do PT passarem. Mas nós conseguimos e foi aprovado. E agora todas as outras Câmaras já começam a fazer as suas manifestações para acompanhar o discurso do povo, e a bancada do Partido Progressista, através do seu líder, deputado Joares Ponticelli, aprovou aqui.

Eu só gostaria de dizer isso ao deputado Manoel Mota, sr. presidente.

O Sr. Deputado Renato Caramori - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Caramori - Nobre deputado, ontem estivemos em Brasília, juntamente com os vereadores Antônio Rubiano Schmitz e Itacir João Fiorece, popularmente conhecido como Ficaly, do PP de Caçador, com o prefeito Saulo Sperotto, com o deputado Odacir Zonta, no ministério das Cidades. Lá conversamos com o ministro, com os seus assessores e o clima está muito tenso.

Eu falei com vários jornalistas que estavam no salão verde aguardando um possível contato com o presidente José Sarney, mas não conseguimos. Eles estavam ansiosos, porque o salão verde estava limpo. Com o falecimento de um parlamentar federal, a sessão foi cancelada, mas mesmo assim o Congresso estava emudecido. Todos estavam na expectativa dos acontecimentos, é óbvio, pelo melhor. A tendência e a ideia de todo mundo lá é de que haverá uma renúncia brevemente.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, deputado!

Mas eu não queria ficar falando dessas questões partidárias de Brasília, até porque não refletem muito aqui.

Eu protocolei hoje, nesta Casa, uma indicação a ser enviada ao governo do estado, porque nós, do maior Colégio Eleitoral do estado, da maior cidade de Santa Catarina, responsável por quase 25% da arrecadação do ICMS, estamos a ponto de perder a operação das companhias aéreas da GOL e da TAM em Joinville. Estamos prestes a não poder sair e

chegar a Joinville de avião. E sabe por que, deputado Manoel Mota, que nós, de Joinville, terra do governador Luiz Henrique da Silveira, terra que garantiu a sua vitória, estamos a ponto de perder essa operação da GOL e da TAM para aterrissagens e decolagens? Porque deveria ter naquele aeroporto oito bombeiros por turno. Nós temos lá bombeiros voluntários, mas dentro da Infraero quem opera é o bombeiro da Polícia Militar.

Deveria haver, deputado Manoel Mota, oito bombeiros por turno e temos três bombeiros por dia.

O sr. governador está a ponto de deixar a maior cidade do estado de Santa Catarina perder a operação no aeroporto da GOL e da TAM, porque deveria haver oito bombeiros por turno. Há pelo menos dois turnos, mas como nós não temos operação de madrugada, é só de manhã até a noite, são dois turnos, então, ao invés de termos 16 bombeiros, temos três.

Se hoje a Infraero fizer uma vitória no aeroporto de Joinville, ele será fechado. E v.exas. sabem por quê? Porque não há bombeiro, e isso é responsabilidade do governo do estado, pelo fato de ser bombeiro militar que opera lá dentro.

Mas sobre isso ninguém fala aqui, sobre isso a bancada governista não fala. Gostam de falar que são os grandes, mas os empresários, as pessoas que usam o transporte aéreo são obrigados a pegar um avião e subir até São José dos Pinhais, a 132 Km, ou vir até Navegantes, que dá mais 90 Km, ou aqui em Florianópolis.

Será que o governador Luiz Henrique gosta disso? Mas ele pousa de helicóptero. Fizeram um heliporto atrás da secretaria de Desenvolvimento Regional, é verdade, eu havia me esquecido disso! Eu havia esquecido que o governador não pousa mais no aeroporto, ele pousa atrás da secretaria de Desenvolvimento Regional, porque fizeram um heliporto lá. Se ele continuasse pousando no aeroporto de Joinville, talvez alguém tivesse colocado essa questão para ele.

Mas esses dias, deputado Manoel Mota, o prefeito da capital, Dário Berger, pousou lá em Joinville para receber o ministro! Mas o governador não pousou lá, ele pousou primeiro no heliporto da secretaria de Desenvolvimento Regional e foi de carro até o aeroporto. É uma pena que o sr. governador está para deixar o joinvilense e região, porque quando falo em Joinville, eu estou falando de Jaraguá do Sul e de todas as cidades próximas sem aeroporto, porque estamos com apenas três bombeiros quando deveríamos ter 16.

Esse é o carinho que o governo do estado está dando para a cidade que o elegeu. E nem é por conta de que o elegeu, mas principalmente pelo respeito e pelo retorno que ele dá à cidade que arrecada 25% de todo o ICMS deste estado.

E daí deputado? E daí?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Sérgio Augusto Machado - Procurador- Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1692ª SESSÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e nove, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Sérgio Augusto Machado, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1692ª sessão ordinária. Presentes: Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Fábio de Magalhães Furlan, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Processos em Regime de Vista: Processo s/nº de 16/02/09, Interessado: Diretor de Recursos Humanos da ALESC "solicita exame e determinações quanto aos vencimentos no período de férias de 1986 e 2002 do servidor Nelson Henrique Moreira", relator Dr. José Carlos da Silveira, aprovado por maioria voto do relator original, tendo havido um aditamento quanto a regulamentação conforme consta do voto vista. 2) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1161/09, de Júlio Cesar Cardoso; Processo nº 1072/09, de Ivan de Almeida Vianna e Consulta - Ofício nº 0355/09 de 10/06/09, Interessado: Deputado Rogério Mendonça - PMDB "A normatização que no seu bojo obriga os partidos a repetirem nos estados as alianças nacionais, durante a campanha eleitoral, chamada de verticalização.... encontra-se em vigência?". 3) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade ao Processo nº 1154/09, de Maria da Graça Vieira e Consulta - Ofício nº 027/DAT/2009, Interessado: Diretor Administrativo e de Tecnologia da ALESC "Notificação do Cartório de Título e Pessoa Jurídica de Florianópolis a respeito de serviços realizados pela Empresa Gol Engenharia Ltda.". 4) Relatoria do Dr. Fábio de Magalhães Furlan, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1084/09, de Valdemar Neves Filho; Processo nº 1134/09, de Vilson Vieira; Consulta Of. CL nº 0262/2009 de 23/06/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do 12º Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2005-00, celebrado com a Empresa DOBEL - Distribuidora de Diário Oficial de Brasília e Estados Ltda." e Ofício nº 023050311878-000-001 de 09/06/09, Interessado: Luiz Antônio Zanini Fornerolli Juiz de Direito da Comarca da Capital de SC "Autos nº 023.05.031187-8 - Ação Popular/Lei Especial, Autor: Carlos Alberto Moyses e outros, Réu: Clésio Salvaro e outro". 5) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 1155/09, de Martha Fernandez Gonzaga Curial. 6) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade ao Processo nº 1094/09, de Mabel Santos da Silva e Consulta Of. CL nº 0270/2009 de 26/06/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 011/2009-00, celebrado com a Empresa GPL - Construções e Consultoria Ltda.". 7) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1156/09, de Fernando Souza e Processo nº 1157/09, de Rose Mari Bargaen. 8) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1079/09, de Lúcio Mauro Bernardi; Processo nº 1126/09, de Eduardo Rocha; Processo nº 0677/09, de Giancarlo Gianni Bortoluzzi e Consulta Of. CL nº 0258/2009 de 22/06/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "2º Termo Aditivo ao Contrato nº 033/2007-00, celebrado com a Empresa SHS - Agenciamento de Software Ltda.". 9) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 1110/09, de Clayton Ávila Alves. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia primeiro (08) de julho. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 1º de julho de 2009.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e seis de maio de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Elizeu Mattos, Marcos Vieira, substituído às dez horas por Manoel Mota, Sargento Amauri Soares, Pedro Uczai, Dirceu Dresch, Joares Ponticelli, Cesar Souza Júnior e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação as atas da 8ª e 9ª reuniões ordinárias, que foram aprovadas por unanimidade, e passou a palavra aos Deputados que passaram a relatar as matérias em pauta. **O Deputado Marcos Vieira**, relatou o Projeto de Lei nº 0065.7/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão, e votação, foi aprovado por maioria, o Projeto de Lei nº 0138.7/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Resolução nº 0138.7/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dirceu Dresch**, relatou o Projeto de Lei nº 0027.1/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do **Deputado Cesar Souza Júnior**. O Deputado Cesar Souza Júnior, relatou o Projeto de Lei nº 0135.4/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Marcos Vieira, e o Projeto de Lei Complementar nº 0020.0/09, exarou parecer favorável, com emenda substitutivo global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Sargento Amauri Soares**, relatou o Projeto de Lei nº 0028.2/09, exarou parecer favorável com emenda substitutivo global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0104.8/09, exarou parecer favorável com emenda substitutivo global, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Marcos Vieira, e o Projeto de Lei nº 0091.9/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Elizeu Mattos**, relatou o Projeto de Lei nº 0024.9/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0010.3/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0062.9/09, exarou parecer de voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0374.6/08, exarou parecer de voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0049.7/09, exarou parecer favorável com emenda aditiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Jean Kuhlmann**, relatou o Projeto de Lei nº 0097.4/09, exarou parecer de voto vista favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Elizeu Mattos, o Projeto de Lei nº 0127.4/07, exarou parecer favorável com emenda supressiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0143.4/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0339.3/08, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Pedro Uczai**, relatou o Projeto de Lei nº 0277.6/08, exarou parecer de voto vista contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria o parecer favorável do Deputado Marcos Vieira, o Projeto de Lei 0144.5/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Jean Kuhlmann, o Projeto de Lei nº 0182.0/08, exarou parecer de voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria o parecer contrário do Deputado Marcos Vieira, o Projeto de Lei nº 0100.4/09, exarou parecer de voto vista pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0130.0/07, exarou parecer favorável com emenda substitutivo global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0308.7/08, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Elizeu Mattos. **O Deputado Romildo Titon**, relatou os Projetos de Lei nºs 0158.0, 0110.6, 0166.0, 0161.6, 0165.0, 0160.5, 0115.8, 0154.0/09, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar nº 0019.7/09, exarou parecer pela diligência interna, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0159.1/08, exarou

parecer pela diligência interna, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0162.7/09, exarou parecer pela diligência interna, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Presidente suspendeu a presente reunião, e convocou os membros para a reabertura às dezessete horas, para apreciação de medidas provisórias. As dezessete horas foi reaberta a presente reunião, com a substituição do Deputado Jean Kuhlmann pelo Deputado Ismael dos Santos, o Deputado Romildo Titon relatou as Medidas Provisórias nºs 150, 151, 152, 153 e 154/09, exarou parecer favorável à todas, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Róbério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e seis de maio de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Elizeu Mattos, Marcos Vieira, Sargento Amauri Soares, Pedro Uczai, Dirceu Dresch, Joares Ponticelli, Cesar Souza Júnior e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a ata da décima reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade, e passou a palavra aos Deputados que passaram a relatar as matérias em pauta. **O Deputado Marcos Vieira**, relatou o Projeto de Lei nº 0361./08, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão, e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dirceu Dresch**, relatou o Projeto de Lei nº 0139.8/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0036.2/09, exarou parecer favorável, com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Cesar Souza Júnior**, relatou o Projeto de Lei nº 0274.3/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0141.2/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0085.0/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Sargento Amauri Soares**, relatou o Projeto de Lei nº 0124.1/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Elizeu Mattos**, relatou o Projeto de Lei nº 0010.3/08, exarou parecer de voto vista pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0097.4/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0023.8/08, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0010.3/08, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0291.4/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0370.0/08, exarou parecer favorável à emenda, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Jean Kuhlmann**, relatou o Projeto de Lei nº 0146.7/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0169.3./09, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Pedro Uczai**, relatou o Projeto de Lei nº 0122.0/08, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei 0395.0/08, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0178.4/08, exarou parecer de voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria o parecer contrário do Deputado Marcos Vieira, o Projeto de Lei nº 0309.8/08, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0121.9/08, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Romildo Titon. **O Deputado Romildo Titon**, relatou os Projetos de Lei nºs 0174.0, 0130.0, 0176.2, 0162.7, 0178.4, 0177.3, 0175.1/09, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0167.17/09, exarou parecer pela diligência interna, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e a Mensagem de Veto nº 0961/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu,

Róbério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 09 de junho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia dezesseis de junho de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Marcos Vieira, Sargento Amauri Soares, Pedro Uczai, Dirceu Dresch, Plínio Castro Silva, substituindo Joares Ponticelli, Cesar Souza Júnior, Elizeu Mattos e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos o Presidente passou a palavra aos Deputados que passaram a relatar as matérias em pauta. **O Deputado Marcos Vieira**, relatou o Projeto de Lei nº 0135.4/09, exarou parecer de voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0104.8/09, exarou parecer de voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0153.6/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch, o Projeto de Lei nº 0117.2/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0118.0/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Cesar Souza Júnior. **Deputado Cesar Souza Júnior**, relatou o Projeto de Lei nº 0152.5/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei Complementar nº 0013.1/09, exarou parecer favorável com emenda modificativa e supressiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dirceu Dresch**, relatou o Projeto de Lei nº 0571.9/07, exarou parecer diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0063.5/09, exarou parecer de voto vista pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria o parecer favorável do Deputado Jean Kuhlmann, e o Projeto de Lei nº 0148.9/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Elizeu Mattos**, relatou o Projeto de Lei nº 0179.5/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Emenda Constitucional nº 0007.5/08, exarou voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria o parecer do Deputado Jean Kuhlmann, e o Projeto de Lei Complementar nº 0021.1/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Pedro Uczai**, relatou o Projeto de Lei nº 0322.5/07, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Jean Kuhlmann, o Projeto de Lei nº 0227.7/07, exarou voto vista com parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Elizeu Mattos, o Projeto de Lei nº 0046.4/08, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0712.9/08, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Elizeu Mattos. **O Deputado Plínio de Castro Silva**, relatou o Projeto de Lei nº 0128.5/09, exarou parecer favorável com emenda substitutivo global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0371.3/07, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0199.9/08, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0151.4/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch, o Projeto de Lei nº 0149.1/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch, o Projeto de Lei nº 0171.8/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0140.1/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0002.3/08, exarou voto vista com parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, e o Projeto de Lei nº 0280.6/09, exarou parecer contrário à emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria o parecer favorável à emenda modificativa do Deputado Marcos Vieira. **O Deputado Jean Kuhlmann**, relatou o Projeto de Lei nº 0144.5/09, exarou voto vista com parecer favorável com emenda supressiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. **O Deputado Romildo Titon**, relatou o Projeto de Lei nº 0189.7/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0184.2/09, exarou parecer pela diligência interna, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia primeiro de julho de dois mil e nove, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira reuniu-se a Comissão de Finanças e Tributação, com a presença dos Senhores deputados: Décio Góes, Manoel Mota, Darci de Matos, José Natal Pereira, Kennedy Nunes, Elizeu Matos substituiu o deputado Renato Hinnig e a Profª Odete de Jesus. Aberto os trabalhos, o Presidente colocou em votação a Ata da 14ª reunião ordinária, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra aos deputados que passaram a relatar as matérias em pauta. **O deputado Marcos Vieira** relatou o requerimento de solicitação dos membros da Comissão de Finanças e tributação, para a realização de três Audiências Públicas, a serem realizadas segundo o seguinte cronograma: Chapecó, no dia três de agosto; Lages, dia dez de agosto e Florianópolis, no dia dezoito de agosto de dois mil e nove, para serem debatidos os Projetos de Lei Complementar nº 013.1/2009 e 014.2/2009, relativos à municipalização da Educação Infantil e Ensino Fundamental no Estado de Santa Catarina. Em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, relatou também o PL./0006.7/2007, em discussão, foi concedido vista em gabinete ao deputado José Natal Pereira. Na sequência, o **deputado Décio Góes** relatou os Projetos de Lei números /0056.6/2009, e o de nº 0171.8/2009, em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O **deputado José Natal Pereira** relatou o PL./0028.2/2009, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **deputada Profª Odete de Jesus** relatou os Projetos de Lei de números 0055.5/2009, e 0134.3/2008, em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O **deputado Kennedy Nunes** relatou o PL./0374.6/2008, em discussão, foi concedido vista em gabinete ao deputado Décio Góes. O Presidente agradeceu a presença dos seus pares e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Silvío Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia Legislativa. Sala das Comissões, em primeiro de julho de dois mil e nove.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE A 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia 30 de junho de dois mil e nove, sob a presidência do Deputado Manoel Mota, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Sétima Reunião Ordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Joares Ponticelli, Jean Kuhlmann, Professor Grando, Dirceu Dresch, Giancarlo Tomelin e Elizeu Mattos. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior - que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o presidente colocou em discussão e votação os Projetos de Lei nºs: 0130.0/09, 0136.5/09, 0137.6/09, 0141.2/09, 0148.9/09, 0163.8/09, 0175.1/09, 0176.2/09, 0189.7/09, 0177.3/09, 0178.4/09, 0339.3/08 e 0358.6/07 (dentro desse projeto foi apensado o PL/0388.1/07): Projeto de Lei Complementar nº 0019.7/09, com emenda modificativa, e os Ofícios nºs 0022.3/09, 0058.4/09, 0150.0/09, 0153.2/09, 0160.1/09, 0218.2/08 e 0341.4/08. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Manoel Mota

Presidente

*** X X X ***

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SEXTA LEGISLATURA

Às onze horas e vinte minutos do dia primeiro de julho do ano de dois mil e nove, reuniram-se os Senhores Deputados, Décio Góes, Edison Andrino, Professor Grando e Elizeu Mattos, substituindo o Deputado Renato Hinnig. **O Senhor Presidente, Deputado Décio Góes** - "Senhores Deputados bom dia. Gostaria primeiramente de cumprimentá-los, agradecer a presença de todos. Antes de começarmos a reunião do

grupo de trabalho estipulado na Audiência Pública, gostaria de comunicar que estarei em Extrema, no Estado de São Paulo, divisa com Minas Gerais para conhecer o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais. Gostaria de Colocar em votação requerimento para a realização de Seminário sobre Mudanças Climáticas e Desastres Naturais em Santa Catarina, em parceria com a Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, no dia 14 de agosto das 08h. às 18horas. E uma Audiência Pública sobre os Impactos Sócio Econômicos e Ambientais da Indústria de Fosfatos Catarinense - IFC, de Anitópolis, no dia 16 do corrente às 16 horas. Requerimentos aprovados por unanimidade. Dando agora continuidade à reunião com o grupo de trabalho formado na Audiência Pública sobre o Morro da Igreja em Urubici. Precisamos agora definir quais serão os encaminhamentos que levaremos para adiante, para que o parque tenha uma infraestrutura para receber bem o turista. Concedo a palavra ao senhor deputado Edison Andrino". **O Senhor Deputado Edison Andrino** - "Querida cumprimentar o Décio, que é o Presidente da Comissão, cumprimentar a todas as entidades aqui constituídas. Quero cumprimentar pelos trabalhos feitos a partir da Audiência Pública, nesta proposta vocês resumiram bem o que foi discutido. Somente gostaria de saber se o CINDACTA participou da elaboração deste documento? Porque tudo depende da Aeronáutica. Proponho que se leve este problema ao fórum catarinense para que marquem as reuniões necessárias em Brasília". **O Senhor Caio Eischemberger, representante do ICMBio** - "Temos algumas recomendações de Brasília. O parque não tem plano de manejo, a parte da entrada ainda esta em processo de compra. O que for referente à segurança e ordenamento do turismo eles dão todo o apoio. Para as ações de médio e longo prazo, somente após ser aprovado o plano de manejo. Podemos dar apoio ao mirante e ao controle de fluxo de turistas". **O Senhor Deputado Edison Andrino** - "Temos duas questões aqui, que é a questão do Chico Mendes, que depende do plano de manejo, e ai tenho uma preocupação, pois esta etapa é muito demorada, no Arvoredo levou dez anos, precisamos ser rápidos nesta questão e a questão de compra de terras, que é outra questão demorada. Podíamos tratar as questões da aeronáutica e do Chico Mendes juntas, para não demorarmos demais". **Senhor Presidente, Deputado Décio Góes** - "Estas providências que anotamos na Audiência Pública, que são urgentes, precisamos saber como se executa, quem é que banca estas despesas". **O Senhor Deputado Elizeu Mattos** - "Precisamos dividir este projeto por partes, fazendo suas programações. Os primeiros recursos podem ser via Prefeitura Municipal, pois é pequeno e pode ter o apoio da Secretaria Regional. Dependendo dos custos o Fundo de Turismo pode bancar. Para as outras fases buscaremos recursos com outros parceiros". **O Senhor Adilson Jorge Costa, Prefeito Municipal de Urubici** - "Gostaria de cumprimentar os senhores Deputados e demais presentes. Foi citado na Audiência Pública que seriam criadas parcerias. Vejo o ICMBio como o mais envolvido. Da aeronáutica precisamos o acesso ao heliporto, para retorno. Na parte financeira o Estado esta disposto a cooperar, do ICMBio temos a parceria ao projeto, precisamos criar estruturas para visitação ao parque, fazermos educação ambiental. Precisamos saber o que fazer, tornar viável. A aeronáutica se afastou, não querem muita proximidade. Precisamos ir a Brasília porque se for daqui não vai encaminhar. Precisamos fazer algumas obras, principalmente sanitários". **(O Senhor Deputado Elizeu Mattos)** - "Não podemos fazer um recuo fora da base para o retorno dos veículos? Porque se tem uma rodovia tem uma faixa de domínio. Precisamos fazer um projeto. Não ficamos no disque me disque. Temos que ter um material descritivo. Uma planilha de custos. **A Sra. Nádia Corrêa de Oliveira, Secretária de Turismo de Urubici** - "Ficou combinado na Audiência Pública fazermos um pré projeto, o Michel do ICMBio deu o aval. Traríamos este pré projeto para levar às Universidades para a realização de um concurso para o desenvolvimento deste projeto. Não tem custos até o momento. A Primeira parte é segurança e a segunda é do receptivo". **Senhor Presidente, Deputado Décio Góes** - "Nesta segunda fase, que tem o plano de manejo, projetos, convênios com alguma universidade. Temos uma parte emergencial, que envolve a segurança, o controle de fluxo, o retorno dos veículos. A prefeitura tem um técnico que possa colocar isso num papel, objetivamente para podermos conversar com os órgãos. Ou a Secretaria Regional tem estrutura para isso? Porque o Deputado Elizeu disse que consegue acesso ao Fundo de Turismo para estas situações emergenciais. Dado este projeto podemos pegar a homologação do ICMBio e do CINDACTA. Temos que tencionar com o ICMBio para o Plano de Manejo. Porque o parque tem sentido também se tiver a visitação pública, a educação ambiental, não só preservar. **O Senhor Deputado Edison Andrino** - Isso tudo só reforça o que eu disse. Precisamos do aval do CINDACTA. Não podemos fazer nada sem o aval deles. Tudo o que fizermos tem que estar integrado ao projeto arquitetônico do mirante, mesmo que o projeto de execução seja em separado. Precisamos saber o que o Chico Mendes concorda em fazer bem como a aeronáutica e em cima disso fazermos as coisas. **Senhor Presidente, Deputado Décio Góes** - vou falar agora como arquiteto e

como político. Temos uma necessidade que é urgente. Em um semestre os estudantes de arquitetura não fazem este projeto e este não é o nosso tempo. Já temos uma concepção geral do projeto. Estas duas ou três intervenções pontuais não vão comprometer o projeto total. E outra é homologar nestes dois órgãos. A aeronáutica não participou desta reunião porque eles têm problema de hierarquia, mas a pessoa deu as informações. Eu queria listar e ver como é que vamos viabilizar este projeto. **O Senhor Deputado Elizeu Mattos** - Vamos desburocratizar. Temos que ter um projeto pronto para ser homologado. Mais para o final do ano os recursos do orçamento começam a minguar. Fazemos um convênio com um projeto básico, com etapas a serem realizadas. Com o projeto pronto vamos a Brasília, nos reunimos com o Chico Mendes e com a aeronáutica. Se for o caso, adequamos o projeto para que vá em frente. Homologamos e vamos buscar recursos para executarmos o que foi homologado. **A sra. Secretária Regional Solange Pagani (São Joaquim/SC)** - Agradecemos. O turista está chegando em massa, estas preocupações levantadas são praticamente imediatas, precisamos de uma estrutura para o parque. O nosso engenheiro, que assume os projetos é sozinho, não adianta que não vai sair projeto nenhum. Temos que contratar uma empresa com toda a responsabilidade, que faça com o menor impacto ambiental. A segurança é fundamental, porque a cada dia está crescendo mais a visitação. A divulgação foi feita a nível mundial. Sugiro o envolvimento do Convention, para que não haja licitação. **Senhor Presidente, Deputado Décio Góes** - a idéia de se envolver o Convention é boa. O que precisamos agora é desenvolvermos um rol daquilo que se quer. Nesta primeira fase há um consenso, não vai ter dificuldade em relação do ICMBio e nem em relação a aeronáutica. Depois vamos lutar pelo plano de manejo, que vai desencadear o processo. Como vamos elaborar esta lista? O Convention pode realizar este convênio? **A sra. Secretária Regional Solange Pagani (São Joaquim/SC)** - Se passar pela secretaria o processo é lento, teremos que fazer licitações. **O Senhor Adilson Jorge Costa, Prefeito Municipal de Urubici** - Da mesma forma ocorre com a Prefeitura. **Senhor Presidente, Deputado Décio Góes** - Então faríamos em convênio entre o Estado e o Convention, para o projeto. Para a obra será outro convênio. O ICMBio tem condições de receber o convênio e executar a obra? **O Senhor Caio Eischemberger, representante do ICMBio** - Posso levar este questionamento para Brasília. O que está acordado é quanto a segurança e o ordenamento do turismo especificamente. Em relação a convênios é com Brasília. Acho que é possível. **Senhor Presidente, Deputado Décio Góes** - O ideal aqui é fazer um convenio de cooperação técnica entre todos. A Sra. Secretária Regional Solange Pagani (São Joaquim/SC) - Podemos é fazer com que a AMURES assumia este convênio, eles tem maiores recursos. **Senhor Presidente, Deputado Décio Góes** - Às vezes é mais fácil para a AMURES do que para o Convention. **O Senhor Deputado Professor Grandó** - Estava licenciado quando houve a Audiência Pública, mas conversei com o Deputado Edison Andrino, com total apoio e simpático com esta idéia, até porque conhecemos bem a realidade do parque. Quería aqui observar um detalhe que entendo ser importante. Quando se fala aqui na implantação de um centro de visitantes para o ordenamento do fluxo turístico. Temos que especificar o que queremos. Se queremos um simples mirante. Porque se formos entrar num parque e todo parque tem diretrizes mundiais. É obrigado a ter um centro de recepção, de exposição, educativo, tem que ter no mínimo quarenta e cinco minutos para ordenar qualquer entrada do turista, se vai ter trilha, qual é o sentido da existência deste parque e tudo isto é uma infra-estrutura, que para os senhores só para terem uma idéia, irem conhecer a Serra do Tabuleiro. Isto implica em gastos muito grandes. Devemos nos ater somente a questão do mirante. Caso contrário temos que pegar o parque e ver onde vai ser o centro de recepção. Eu diria que o melhor lugar para o centro de recepção seria o Canyion das Laranjeiras, talvez mais atrativo que a Pedra Furada. Deixem isso bem claro, pois seguem regras mundiais. Estamos tratando uma questão do mirante. Estão misturando as coisas neste pré projeto, coisas do mirante com centro de recepção. São coisas totalmente distintas. É lógico que o Instituto Chico Mendes que construam o centro de recepção, eles não tem orçamento. Deviam dar para a iniciativa privada fazer, pois certamente haverá um retorno. **Senhor Presidente, Deputado Décio Góes** - Se não tivermos o projeto daquilo que se quer inicialmente, para chegar a Brasília, no ICMBio, na aeronáutica, para dizer o que queremos. Não vamos a lugar nenhum. Já temos um consenso de que temos duas etapas. Uma emergencial e outra etapa que vamos lutar pelo plano de manejo. E a partir dele que vai desdobrar. Para o plano emergencial precisamos ter o projeto que seriam a segurança e o ordenamento turístico. Precisamos fazer um convenio de cooperação, para se conseguir algo do Estado. **A Sra. Secretária Regional Solange Pagani (São Joaquim/SC)** - Senhores tomei a liberdade e liguei para o Adilson, da AMURES, ele falou que é só oficializar. **O Senhor Deputado Elizeu Mattos** - Vou mais longe. Vamos arrumar o dinheiro, contratar uma empresa especializada, com prazo para entregar. Pediremos um projeto de infra-estrutura para o

mirante. Senão chegamos ao final do ano e não temos este projeto. **Senhor Presidente, Deputado Décio Góes** - Estão colocando aqui que se for licitado será muito demorado. Através da AMURES ou do Convention será mais rápido. **O Senhor Deputado Elizeu Mattos** - É melhor contratarmos uma empresa especializada, para fazer o projeto. Posso fazer meu encaminhamento? A secretaria Regional aprova no conselho um convênio com a Prefeitura Municipal de Urubici para execução do projeto de engenharia e arquitetura para o mirante do Morro da Igreja e o resto deixa comigo que nós matamos no peito com a Solange. A Prefeitura vai ter que licitar e já pode ir encaminhando isso para a contratação de uma empresa especializada. Mais tardar em setembro, estaremos com o projeto pronto, aí pegamos o ok e já poderemos trabalhar o projeto de execução desta primeira parte. **Senhor Presidente, Deputado Décio Góes** - Quais são as tarefas que se precisa fazer para este projeto emergencial de segurança e ordenamento turístico do Morro da Igreja. Então é o mirante com cinco observatórios com plataforma de madeira e com peitoris adequados, o retorno para os veículos, e um pequeno receptivo do mirante, com sanitários e portão de controle de acesso ao Parque. Teríamos que fazer um protocolo de cooperação técnica entre o ICMBio, o Estado e se possível com a aeronáutica também, para a elaboração do projeto técnico emergencial do Morro da Igreja pela SDR de São Joaquim. Nesta primeira fase não haverá exploração comercial o que só ocorrerá com o plano de manejo. Com este projeto na mão, vamos até o ICMBio e a aeronáutica, pegar a anuência deles e depois o Deputado Elizeu Mattos, assumiu o compromisso de levar esta demanda ao Senhor Governador, na expectativa que o Governo do Estado ira arcar com os custos das obras emergenciais. Temos prazo até setembro para fazermos o projeto para viabilizarmos os recursos até novembro. Este encaminhamento, constará da ATA para uniformização de informações. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Newton Ladislau Zomkowski, Chefe de Secretária da Comissão, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Sala da Comissão, em seis de julho de dois mil e nove.
Deputado Décio Góes
Presidente

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 076/2009

REFERENTE: **Contrato CL nº 020/2009, celebrado em 03/07/2009.**
 CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 CONTRATADA: ZOOM Indústria e Comércio de Computadores Ltda.
 OBJETO: Aquisição de 02 (dois) notebooks novos e de primeiro uso marca Apple, sendo 01 (um) modelo Macbook PRO Aluminium, PART NUMBER: MB470BZ/A e outro Macbook AIR PART NUMBER MB940BZ/A e 01 (uma) licença de uso para todos os softwares.
 VALOR GLOBAL: R\$ 22.810,00.
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial nº 021/2009; e Autorização para o Processo Licitatório nºs. 037/2008 e 538/2009.
 Florianópolis, 03 de julho de 2009.
 Deputado Jorginho Mello - ALESC
 Regianne Mary Maciel da Silva - Sócio-Proprietário ZOOM

*** X X X ***

FÓRUM

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO FORUM PARLAMENTAR DE DISCUSSÃO DAS DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS NO NORTE/NORDESTE DE SANTA CATARINA.

As onze horas do dia dezessete de junho de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Nilson Gonçalves, amparado no artigo 40 e seus incisos, foram abertos os trabalhos da primeira Reunião de Instalação do **Fórum Parlamentar de Discussão das Demarcações de Terras Indígenas no Norte/Nordeste de Santa Catarina**. Foi registrada a presença e empossados os Senhores Deputados: **Nilson Gonçalves**, Presidente, **Darci de Matos**, Vice-Presidente e **Kennedy Nunes**, Secretário. O Presidente já empossado relatou que não foi possível a presença dos demais deputados membros do referido Fórum Parlamentar os Senhores Deputados: **Antônio Aguiar**, **Cesar Souza Júnior**, **Jailson Lima**, **Odete de Jesus** e **José Cardozo**, devido a compromissos assumidos anteriormente, mas que essa reunião se faria naquele momento devido à urgência do caso. Os Deputados presentes Nilson Gonçalves, Darci de Matos e Kennedy Nunes, em discussão deliberaram as seguintes matérias: solicitação de audiências com o Presidente da FUNAI, em Brasília, audiência com o Presidente do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional e por último, solicitação de audiência com o Ministro da Justiça, Tarso Genro, para tratar do assunto em pauta. Uma nova reunião foi convocada para o

próximo dia trinta de junho deste ano, terça-feira, na sala '1' de reunião das comissões, às dezessete horas, com todos os membros do Fórum e com a presença de representantes do legislativo municipais, Prefeito e Presidente de Câmara dos municípios de Araquari, São Francisco do Sul e Balneário Barra do Sul e lideranças comunitárias da região, e a Associação de Proprietários de Terras, Secretário Desenvolvimento Regional de Joinville, Senhor Manoel Mendonça, bem como, convidar o Procurador do Estado, Dr. Sadi Lima, para participar do Fórum. Por último foi deliberado quatro assessores parlamentares para organizar a logística do Fórum: Amaro Lúcio da Silva, do Gabinete do Deputado Kennedy Nunes, Wilson de Lima Souza, do Gabinete do Deputado Jailson Lima, José Alexandre Machado, do Gabinete do Deputado Darci de Matos e Gilmar Nunes Maia, do Gabinete do Deputado Nilson Gonçalves. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Gilmar Nunes Maia, assessor do Fórum Parlamentar de Discussão das Demarcações de Terras Indígenas no Norte/Nordeste de Santa Catarina, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 2009.

Deputado Nilson Gonçalves - Presidente

Deputado Antonio Aguiar

Deputada Odete de Jesus

Deputado Cesar Souza Junior

Deputado José Cardozo

Deputado Kennedy Nunes

Deputado José Plínio de Castro

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 220/09

INSTITUTO COMUNITÁRIO GRANDE FLORIANÓPOLIS

Florianópolis, 30 de junho de 2009.

Ilustríssimo Senhor

Deputado Moacir Sopelsa

1º Secretário da Mesa da Assembléia Legislativa de SC

NESTA

Senhor Secretário,

O Instituto Comunitário da Grande Florianópolis - ICOM é uma associação civil, não governamental, sem fins lucrativos, instituído em 25 de novembro de 2005, foi criado para contribuir no desenvolvimento social da região metropolitana de Florianópolis, inspirado no modelo de fundações comunitárias existentes em mais 46 países, objetivando mobilizar e articular investimentos sociais diversos doadores em prol de iniciativas sociais locais.

Conforme exigência da Lei nº 14.182/2007 encaminhamos ao 1º Secretário da Mesa da Assembléia Legislativa de SC, os documentos necessários para o cumprimento da permanência da declaração de utilidade pública estadual.

Conforme seu estatuto, o ICOM não remunera, sob nenhuma forma, seus dirigentes, não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Em anexo encaminhamos os documentos necessários, conforme a Lei nº 14.182, de 1º de novembro de 2007.

Agradeço desde já sua gentileza e atenção e coloco-me à sua disposição para dirimir dúvidas ou solicitar outros documentos que Vossa Senhoria achar necessário através do telefone (48) 32225127 ou do e-mail icomfloripa@icomfloripa.org.br.

Atenciosamente,

Lucia Dellagnelo

Coordenadora Geral do ICOM

Lido no Expediente

Sessão de 02/07/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 221/09

LIONS CLUBE XANXERÊ - SC

Xanxerê, 29 de junho de 2009.

Exmo. Sr.

Jorginho Mello

Presidente

Assembléia Legislativa de SC

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência a documentação do Lions Clube Xanxerê, referente ao art. 3º da Lei Estadual nº. 14.182/2007 que dispõe sobre a Utilidade Pública Estadual.

Sendo o que se apresenta para o momento, apresento protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,
CALL ANA MARIA COVATTI
PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 02/07/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 222/09

ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMPARO AOS MENORES

Blumenau, 25 de junho de 2009.

A

Presidência da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

A/C Deputado Sr. Jorginho Mello

Presidente da Mesa

FLORIANÓPOLIS - SC

Com nossos cordiais cumprimentos e conforme cumprimento da Lei nº 13.663 DOE de 28/12/2005, a ABAM - Associação Blumenauense de Amparo aos Menores vem encaminhar os documentos, referente exercício de 2008, para manutenção da Titularidade de Utilidade Pública Estadual, conforme segue:

01) Relatório anual de atividades;

02) Balancete contábil;

03) Declaração da entidade;

04) Estatuto;

05) Certidão referente às alterações estatutárias;

06) Ata de posse da Diretoria Gestão 2009/2011

Na certeza de termos atendido completamente o que nos foi solicitado, somos respeitosamente.

Ursula Gross - Presidente

Nelson Hamilton Leiria - Presidente Conselho Consultivo

Cláudio Cezar Castellain - Supervisor Adm. ABAM

Lido no Expediente
Sessão de 02/07/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 223/09

HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX

Brusque, 25 de junho de 2009.

A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATRINA

Referente: **Prestação de contas da Utilidade Pública Estadual**

O Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux, sediado à rua Azambuja, nº 1089, em Brusque, SC, vem respeitosamente, apresentar a V. Sa. o Relatório de Atividades e demais documentos comprobatórios de cumprimento de seus objetivos sociais, relativo ao ano de 2008, face a exigência da Lei nº 13.663 de 28 de dezembro de 2005, tendo em vista esta Entidade ser declarada de Utilidade Pública Estadual.

Relação de documentos:

1) Relatório anual de atividades;

2) Balancete contábil;

3) Declaração da diretoria.

Na expectativa de que estes documentos produzam seus efeitos, reiteramos nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Pe. Nélio Roberto Schwanke
Diretor Administrativo

Lido no Expediente
Sessão de 02/07/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 224/09

INSTITUTO HELIÓPOLIS DE TECNOLOGIA E GESTÃO DA INOVAÇÃO

Ofício nº 153/09

A/C Diretoria Legislativa,

Serviço de Consultoria Legislativa

Assembléia Legislativa

Florianópolis - SC

Florianópolis, 30 de junho de 2009.

Prezado Senhores,

O Instituto Heliópolis de Tecnologia e Gestão da Inovação, com sede no Município de Florianópolis encaminha para seu conhecimento e análise, para fins de revalidação e manutenção do título declaratório de utilidade pública, bem como, expedição de Certidão do mesmo título ou de regularidade de situação, os seguintes documentos:

1. Relatório anual de atividades;

2. Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

3. Balancete contábil;

4. Atas de destituição, nomeação e termo de posse da nova diretoria.

Sem mais, pedimos deferimento,

Katia de Jesus Wermelinger

Diretora Geral do Instituto Heliópolis

Lido no Expediente
Sessão de 02/07/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 225/09**Casa da Amizade das Famílias de Rotarianos de Joinville**

Ofício nº 35/2009 Joinville, 23 de junho de 2009.

Ao
Palácio Barriga Verde
Coordenadoria de Expediente
Prezado (a) Senhor (a),

Vimos por meio deste apresentar nosso relatório de atividades referente ao ano 2008, com objetivo da manutenção de nosso Título de Utilidade Pública Estadual, bem como a regularidade do mesmo. Solicitamos ainda a certidão que comprove que estamos com nossas obrigações em dia.

Sem mais e a disposição para eventuais esclarecimentos.

Iara Regina de Oliveira Petri

Presidente
Gestão 2009*Lido no Expediente*
Sessão de 02/07/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 226/09**HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS**

Santo Amaro da Imperatriz (SC) 30 de junho de 2009.

A
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC
Florianópolis - SC

A SOCIEDADE HOSPITALAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS, tem a satisfação de encaminhar os documentos referentes ao exercício de 2009 requeridos no art. 3º da Lei 14.182/2007, para que se comprove o disposto no Art. 1º desta Lei.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos

Atenciosamente,

Ordival Enock da Costa

Presidente

Sociedade Hospitalar São Francisco de Assis

Lido no Expediente
Sessão de 02/07/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 227/09**PRESTAÇÃO DE CONTAS SOCIEDADE ASSISTENCIAL VALE DO
CANOINHAS EXERCÍCIO - 2008**C. nº 40/2009
Canoinhas, SC, 26 de junho de 2009.**Sr. Moacir Sopelsa****Deputado Estadual - 1º Secretário****Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina****Florianópolis - SC**

Prezado Senhor,

Em cumprimento as exigências do art. 3º, da Lei nº 14.404, de 04 de abril de 2008, que declara de utilidade pública a Sociedade Assistencial Vale do Canoinhas, estamos lhes encaminhando para a manutenção do referido título os seguintes documentos;

- relatório anual de atividades;
- declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- declaração de que não houve alterações estatutárias;
- balancete contábil

Sendo o que tínhamos para a oportunidade, agradecemos.

Cordialmente,

Mozara Carvalho Schadeck

Assistente Social

*Lido no Expediente**Sessão de 02/07/09*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 228/09**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins de que a Sociedade Espírita Filhos de Dom Inácio de Loyola, CNPJ 73.477.101/0001-21 permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de utilidade pública.

Marlene Lucia Somensi

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/07/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 229/09

V.Exª

Deputado Moacir Sopelsa

Primeiro Secretário

Assembleia Legislativa

OF. Nº 013/2009

Lages, 23 de Junho de 2009

Prezado Senhor,

A ALTERI - Associação Lageana da Terceira Idade. declarada de Utilidade

Pública Estadual pela lei nº 8.581, de 05 de maio de 1992, vem através deste solicitar a renovação da Declaração de Utilidade Pública Estadual, e para tanto, encaminha os documentos relacionados:

- I - relatório anual de atividades 2008;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - Cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto e
- IV - balancete contábil 2008

Atenciosamente,

Rita Batalha Parizotto

Presidente ALTERI

Lido no Expediente
Sessão de 01/07/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 230/09

Florianópolis, SC, 29 de Junho de 2009

N.ref.:SG 115/2009

Exmo. Sr.

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, nº 310

Ref.:Prestação de contas para a manutenção da Declaração de Utilidade Pública.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos pela presente encaminhar á Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina a documentação para a manutenção da declaração de Utilidade Pública conferida pela Lei Nº 7.570/89, em conformidade com o disposto no art.3º da Lei 14.182/07 do Estado de Santa Catarina.

Sendo que tínhamos para o momento, agradecemos a atenção e ficamos a disposição para contatos.

Atenciosamente,

Carlos Alberto Schneider

Superintendente Geral

*Lido no Expediente**Sessão de 02/07/09*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 231/09**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - Exercício: 2008****DADOS DA INSTITUIÇÃO**

Entidade: Associação Mantenedora Amigos do Hospital de Timbé do Sul

CNPJ: 07.447.710/0001-03

Endereço: Rua Zelindo Savi, nº 67 - Centro

Cidade: Timbé do Sul UF: Santa Catarina

HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA ENTIDADE

A associação Mantenedora Amigos do Hospital de Timbé do Sul foi criada no dia 4 (quatro) de maio de dois mil e cinco, conform registro no cartório de pessoas jurídicas sob n 1079 - fls. 066 no Livro A-11, com sede na Rua Zelindo Savi, 67, na cidade e Timbé do Sul e com abrangência em todo território da cidade de Timbé do Sul - SC, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, e caráter partidário, filantrópico e social, regido por estatuto.

FINALIDADES ESTATUTÁRIAS

Os objetivos específicos da entidade são desenvolver um processo de reflexão junto à sociedade, através de seminários, debates, reuniões, nos quais os associados e a comunidade em geral são convidados a participar através e reuniões ordinárias e/ou extraordinárias para o acompanhamento e a situação desta entidade e através de deliberação dos associados, realizar convênios com Órgãos Públicos na estância Municipal, Estadual e Federal, com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, no sentido e dar suporte à finalidade e objetivo da Associação Mantenedora Amigos do Hospital e Timbé do Sul. Sua finalidade é promover o bem estar e o atendimento à população e ser mantenedora da Fundação Médico Social Rural Santo Antonio - CNPJ 83.871.525/0001-20, situada a Rua Azelindo Savi, 67 - centro da cidade de Timbé do Sul - SC.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

* A Associação Mantenedora participa de eventos municipais, bingos e confraternizações para arrecadação de recursos a fim de suprir as necessidades financeiras da Fundação Médico Social Rural Santo Antonio de Timbé do Sul;

* através do Plano de Saúde próprio, oferece descontos e/ou isenta que seus colaboradores paguem pelo serviço prestado;

* realiza campanhas para arrecadação de alimentos, roupas de cama, mesa e banho e,

* possui convênio com a Prefeitura Municipal de Timbé do Sul para pagamento de plantão médico.

Timbé do Sul, 29 de junho de 2009.

Paulo Joel Bernhardt

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/07/2009

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 232/09

UNISUL

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

Ofício G.R. Nº 138/2009 Tubarão, 30 de junho de 2009

Excelentíssimo Senhor

Moacir Sopelsa

Deputado Estadual

1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Ref.: Entrega do balanço Social 2008

Senhor Secretário,

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

- UNISUL, inscrita no CNPJ sob o número 86.445.293/0001-36, com sede à Avenida José Acácio Moreira, 787, no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Secretário Executivo de sua Administração Superior, **AILTON NAZARENO SOARES**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, para fins de manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual, apresentar o **BALANÇO SOCIAL 2008**.

AILTON NAZARENO SOARES

Secretário Executivo

*Lido no Expediente**Sessão de 02/07/09*

*** X X X ***

OFÍCIO 233/09

HOSPITAL DE CARIDADE E MATERNIDADE SÃO JOÃO BATISTA

Ofício nº 037/2009 Imaruí, 29 de maio de 2009

Exmo. Senhor

Jorginho de Mello

D.D. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Florianópolis - SC.

Prezado Senhor,

Vimos através deste, encaminhar o Relatório das Atividades Desenvolvidas no ano de 2008 do Hospital de Caridade e Maternidade São João Batista de Imaruí, e os documentos solicitados pela Lei nº 14.182 em seu artigo 3º.

Sem mais nada para o momento, agradecemos a atenção dispensada.

Atenciosamente

Hamilton Claudino Junior

Gerente Administrativo

*Lido no Expediente**Sessão de 02/07/09*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 234/09

SJPII - Sociedade João Paulo II

Relatório Anual de Atividades

2008

*Lido no Expediente**Sessão de 02/07/09*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 235/09

CENTRO ESPÍRITA LAR DE JESUS - XANXERÊ - SC

Xanxerê, 29 de junho de 2009.

Exmo. Sr.

Jorginho Mello

Presidente da Assembléia Legislativa de SC

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência a documentação referente ao art. 3º da Lei estadual nº 14.182/2007 que dispõe sobre a utilidade Pública Estadual do Centro Espírita Lar de Jesus.

Sendo o que se apresenta para o momento, apresento protesto de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Otacílio Pasa

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 02/07/09*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 236/09

FUNDESTE - FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

Chapecó(SC), 25 de junho de 2009.

PS./FUNDESTE/Nº 031/2009

Excelentíssimo Senhor

Manoel Mota

Deputado Estadual

presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos.

Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina

Prezado Senhor

Visando atender a Lei Estadual 14.182/2007, em seu artigo 3º, no que se refere ao Reconhecimento de Utilidade Pública estadual, cabe a

FUNDESTE - Fundação Universitária do desenvolvimento do Oeste, apresentar à Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina, até a data limite de 30 de junho de cada ano, o "Relatório Circunstanciado das Atividades de Assitências Social" realizados no exercício anterior.

Assim, segue em anexo o referido relatório, bem como a declaração de cumprimento dos requisitos para a permanência da concessão de Utilidade Pública e Balancete Contábil.

Atenciosamente

Profª. Arlene Anélia Renk

Presidente da FUNDESTE

*Lido no Expediente**Sessão de 02/07/09*

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1413, de 2 de julho de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANA LÚCIA MALHEIRO BAGATINI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Romildo Titon).

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1414, de 2 de julho de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR TEREZINHA ROSA KILIAN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep José Paulo Serafim).

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1415, de 2 de julho de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUANA HOFFMANN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Joares Ponticelli).

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1416, de 2 de julho de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CLAUDIA BETINA FISCHER, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Adherbal Ramos Cabral).

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1417, de 2 de julho de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR **ADOALDO OTAVIO TEIXEIRA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Adherbal Ramos Cabral).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1418, de 2 de julho de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR **LAURA ELISA DEMECIANO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-07, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jailson Lima da Silva).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1419, de 2 de julho de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR **ALLAN SIDNEY MACEDO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Antônio Aguiar).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1420, de 3 de julho de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR **SIUVESTER SANTOS FELIX**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-04, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Sargento Amauri Soares).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1421, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **LETICIA GOULART DE SOUZA**, matrícula nº 5937, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Adherbal Ramos Cabral).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1422, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **LETICIA GOULART DE SOUZA**, matrícula nº 5937 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Adherbal Ramos Cabral).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1423, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ANTONIO QUIRINO GOULART**, matrícula nº 5719, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Jailson Lima).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1424, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **ANTONIO QUIRINO GOULART**, matrícula nº 5719 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Jailson Lima).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1425, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **JULIANA RODRIGUES DA SILVA**, matrícula nº 5655, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Jailson Lima).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1426, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **JULIANA RODRIGUES DA SILVA**, matrícula nº 5655 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Jailson Lima).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1427, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **PAULO MARTINS**, matrícula nº 4523, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Antonio Aguiar).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1428, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **PAULO MARTINS**, matrícula nº 4523 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Antônio Aguiar).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1429, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **DELMIRA MARIA VALMORBIDA**, matrícula nº 5599, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Herneus de Nadal).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1430, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR DELMIRA MARIA VALMORBIDA, matrícula nº 5599 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Herneus de Nadal).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1431, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Pedro Uczai para o gabinete do Deputado Dionei Walter da Silva, a contar de 1º de julho de 2009.

matr	NOME DO SERVIDOR	código e nível do cargo
3242	Santina Marafon	70
3429	Antonio Marco Silveira Duarte	46
3474	Almir Jose Pilon	70
3608	Jose Roberto Paludo	70
5369	Rominton Bertollo	45
5449	Vagner Dalbosco	50
5723	Genir Signori	70
5724	Ivanildo Antonio de Souza	47
5774	Alvete Pasin Bedin	42
5894	Silvia Thaisa da Silva	01
5906	Edson Vizolli	35
5907	Vanduir Matias Deters	52
5951	Diego Souza Manoel	01
5965	Jaques Antonio de Toledo	11
6089	Giovanna Maria Poeta Grazziotin	57
6108	Rosani Aparecida Schiavini Nicodem	01
6119	Fernando da Silva Coelho	01

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1432, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Pedro Uczai para o gabinete do Deputado Dionei Walter da Silva, a contar de 1º de julho de 2009.

Matr	NOME DO SERVIDOR
0850	Saulo Gandolfi
1223	Regina Maura Santos Soares
1485	Romario da Silva

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1433, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado a servidora

REGINA MAURA SANTOS SOARES, matrícula nº 1223, do gabinete do Deputado Pedro Uczai para o gabinete do Deputado Dionei Walter da Silva, a contar de 1º de julho de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1434, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR o servidor **AMILTON GONÇALVES**, matrícula nº 1448, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente do Centro de Memória, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, TULIA DE FREITAS RIBEIRO, que se encontra em fruição de férias no período compreendido entre 30 de junho e 29 de julho de 2009 (DL/CD - Gerência do Centro de Memória).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1435, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo	Quinquênio	Processo nº
1599	Valdemar Neves Filho	08/06/04	07/06/09	1084/09
1844	Clayton Avila Alves	17/06/04	16/06/09	1110/09
0482	Maria da Graça Vieira	12/05/04	11/05/09	1154/09
1409	Martha Fernandez Gonzaga Curial	10/06/04	09/06/09	1155/09

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1436, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
José Carlos de Paula	4846	3%	3%	08/06/09	1081/09
Sirlene Michels Zunino	1269	3%	33%	15/06/09	1114/09
Ronedey de Bonna Piva	1942	3%	27%	17/06/09	1115/09
Rita de Cassia dos Santos	1262	3%	33%	15/06/09	1116/09
Isabel Cristina Carneiro Schaefer	1300	3%	33%	15/06/09	1117/09
Rosana Brasca Cajuela	2020	3%	27%	02/06/09	1118/09

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1437, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Fernando de Souza	1236	3%	33%	21/06/09	1156/09
Rose Mari Barga	2661	3%	18%	16/06/09	1157/09
Julio Cesar Cardoso	3297	3%	12%	01/06/09	1161/09
Lucio Mauro Bernardi	4091	3%	9%	11/06/09	1079/09

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1438, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio		
0438	Salvio Zulmar de Souza	14/06/04	13/06/09	1083/09
1999	Rosélia Florêncio	04/06/04	03/06/09	1085/09
1843	Fabiano Augusto F. Krieger	17/06/04	16/06/09	1111/09
1841	Sônia Maria dos Passos	17/06/04	16/06/09	1112/09
1845	Edna Rosalina Schumacher	16/06/04	15/06/09	1113/09

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1439, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MARCELO LOSCHNER**, matrícula nº 5860, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1440, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARCELO LOSCHNER, matrícula nº 5860 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1441, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **GIOVANA MORAES BUCH**, matrícula nº 6088, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1442, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em

conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GIOVANA MORAES BUCH, matrícula nº 6088 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1443, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR FERNANDA ALMEIDA KLAS, matrícula nº 5996, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Deputado Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1444, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações; e, tendo em vista adequação ao Ato da Mesa nº 197, de 03 de junho de 2009 e à Resolução nº 005, de 10 de junho de 2009,

EXONERAR os servidores abaixo relacionados dos cargos de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Darci de Matos).

MATR	NOME DO SERVIDOR	CÓDIGO - NÍVEL
4677	Ana Carolina Correa de Machado	PL/GAB-69
5613	Fred Wilson Ferrari	PL/GAB-61
5188	Fulvia Maria Tomelin	PL/GAB-03
2616	Irani Terezinha Rodolfi Pereira	PL/GAB-70
5186	Israel Erbs	PL/GAB-61
5617	Mara Lucia do Nascimento Silva	PL/GAB-67
5578	Nyree Van Sonnesen	PL/GAB-59
5736	Ramona Zilli Cardoso	PL/GAB-35
5242	Roseli Euclides Costa Bisone	PL/GAB-02

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1445, de 03/07/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações; e, tendo em vista adequação ao Ato da Mesa nº 197, de 03 de junho de 2009 e à Resolução nº 005, de 10 de junho de 2009,

NOMEAR os servidores abaixo relacionados, para exercer cargos de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2009 (Deputado Darci de Matos).

MATR	NOME DO SERVIDOR	CÓDIGO - NÍVEL
4677	Ana Carolina Correa de Machado	PL/GAB-68
5613	Fred Wilson Ferrari	PL/GAB-60
5188	Fulvia Maria Tomelin	PIL/GAB-02
2616	Irani Terezinha Rodolfi Pereira	PL/GAB-69
5186	Israel Erbs	PL/GAB-59
5617	Mara Lucia do Nascimento Silva	PL/GAB-65
5578	Nyree Van Sonnesen	PL/GAB-57
5736	Ramona Zilli Cardoso	PL/GAB-34
5242	Roseli Euclides Costa Bisone	PL/GAB-01

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 025/09**

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 1033

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto a elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o projeto de lei complementar que "Institui o Plano de Carreira do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil, e adota outras providências".

Devido a relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do referido projeto de lei complementar nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 01 de julho de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 02/07/09

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM nº 163.10/GABS/SSP Florianópolis, 30 de junho de 2009.

Senhor Governador,

Submeto a elevada consideração de Vossa Excelência, Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores da Polícia Civil do Estado, conforme os motivos que passo a expor:

Da Previsão Constitucional

O art. 24, inc. XVI, da Constituição Federal, bem como o art. 106, § 2º da Constituição Estadual, prevêem a criação de lei complementar de organização, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil.

Da Modernização da Polícia Civil

A Secretaria Nacional de Segurança Pública, através da Portaria n. 2, publicada no D.O.U. n. 10, sessão 2, de 14 de janeiro de 2005, constituiu Grupo de Trabalho integrado por membros de Secretarias de Estado de Segurança Pública de diversas unidades federativas, para realizar estudos objetivando a modernização das polícias civis brasileiras.

Ao término do trabalho, o referido divulgou documento contendo proposta de "Modernização da Polícia Civil Brasileira - em seus aspectos conceituais, perspectivas, diretrizes e desafios", sendo que o projeto ora apresentado segue as sugestões e diretrizes daqueles estudos.

Da Reestruturação das Carreiras Policiais Civis

Atendendo as diretrizes da Secretaria Nacional de Segurança Pública, e bem assim de longínqua reivindicação dos integrantes das carreiras policiais civis, dos Subgrupos Técnico Científico e Técnico Profissional, contemplou-se na criação de uma carreira de Agente da Autoridade Policial e no aproveitamento das carreiras de Inspetor de Polícia, Comissário de Polícia, Investigador Policial e Escrevente Policial agora extintas, já que jurídica e empiricamente as atribuições de todas elas se confundiam. O escopo foi imprimir maior eficácia na investigação criminal, garantindo-se um planejamento estratégico e tático-operativo uniforme.

Em razão da criação do Instituto Geral de Perícia, pela Emenda Constitucional n. 39, de janeiro de 2005, as carreiras de Médico Legista, Odonto Legista, Químico Legista e Perito Criminalístico são excluídas do quadro de Pessoal da Polícia Civil, enquanto aos integrantes das carreiras de Técnico em Necropsia e Técnico Criminalístico concede-se o prazo de 60 dias para exercerem direito de opção para integrarem o quadro de pessoal de uma ou outra instituição.

Ademais, por configurarem carreiras tipicamente policiais civis, mantiveram-se as de Escrivão de Polícia, Psicólogo Policial e de Delegado de Polícia, sendo que, para esta última, em razão da nova sistemática de divisão de organização judiciária, promove-se a compactação de classes e/ou entrâncias.

Da Condensação dos Níveis de Vencimento

Corolário lógico do aproveitamento das carreiras de Inspetor de Polícia, Comissário de Polícia, Investigador Policial e Escrevente Policial em uma só, bem como da compactação de entrâncias para a carreira de Delegado de Polícia, teve-se que operar, igualmente, a compactação ou condensação dos níveis de vencimentos, sendo redefinidos como padrões, garantindo-se coeficiente de proporcionali-

dade de um para outro, porém mantendo-se inalterados os valores de vencimento mínimo e máximo, considerando-se as referidas carreiras.

Insta sublinhar que se procurou contemplar modelo em que as mudanças retrocitadas implicassem numa menor repercussão financeira possível para o Estado.

Do Progresso Funcional dos Policiais Civis

Visando corrigir distorções históricas nos processos de progressão funcional dos membros da Instituição, o que implicava em estagnação do policial civil no mesmo nível ou classe da carreira por mais de década, responsáveis por sua perda de auto-estima profissional e conseqüente desmotivação para o trabalho, propõe-se novo modelo de avaliação e efetivação das promoções: dinâmico e eficaz.

Dos Programas de Valorização do Policial Civil

Em consonância com a atual política de integração e igualdade salarial entre as polícias estaduais, as proposições insertas neste anteprojeto buscam maior equalização e aproximação das vantagens e benefícios concedidos a demais integrantes do sistema de segurança pública, tal como a garantia de aposentadoria em padrão superior ao ocupado pelo policial civil por ocasião da inatividade.

Ademais, conquanto se tenha constatado expressiva defasagem salarial para os integrantes da carreira de delegados de Polícia, resultante de sua estagnação ao longo de oito anos (desde maio de 1998), foram evitados a consignação de critérios que visassem alguma reposição, em obediência a restrição estabelecida em lei para matéria dessa natureza em ano de pleito eleitoral.

Das Expectativas do Anteprojeto de Plano de Carreira

O anteprojeto do Plano de Carreira dos Policiais Civis foi resultado da convergência das propostas formuladas pelas entidades representativas das classes que compõem os segmentos da Polícia Civil.

Com a previsão no art. 106, § 2º, da Constituição do Estado de 1989, para a criação desta Lei, verifica-se o decurso de dezessete anos de espera pelos integrantes da Instituição para a sua implementação.

A sua aprovação indubitavelmente inaugurará uma nova etapa na Instituição, pelos critérios adotados para valorização do servidor policial civil, que, motivado, melhorará a cada dia a prestação de seus serviços à sociedade catarinense.

RONALDO BENEDET

Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0025/09

Institui Plano de Carreira do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I**DO PLANO DE CARREIRA DOS POLICIAIS CIVIS****CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituído, nos termos desta Lei Complementar, o Plano de Carreira dos Servidores do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil, Subgrupo Autoridade Policial e Subgrupo Agente da Autoridade Policial, ativos, inativos e pensionistas, destinado a organizar os cargos de provimento efetivo permitindo a evolução funcional do policial, com o objetivo de:

- I - valorizar o potencial profissional e o nível de desempenho exigido no exercício das funções policiais;
- II - incentivar a qualificação profissional e sua identidade com as funções da carreira e a realização pessoal;
- III - democratizar as oportunidades de crescimento profissional e promover a valorização do sistema do mérito; e
- IV - racionalizar e melhorar continuamente a qualidade dos serviços prestados.

Art. 2º Considera-se Autoridade Policial:

I - os Delegados de Polícia.

Art. 3º Considera-se Agentes da Autoridade Policial:

I - os Agentes de Polícia;

II - os Escrivães de Polícia; e

III - os Psicólogos Policiais.

CAPÍTULO II**DAS AUTORIDADES POLICIAIS****Seção I****Disposições Gerais**

Art. 4º O cargo, sua respectiva graduação e quantitativo, que constituem a carreira de Delegado de Polícia, executora das atribuições, com exclusividade, de polícia judiciária e apuração de infrações penais no Estado, obedecerão à sistemática funcional estabelecida nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. As entrâncias da carreira de Delegado de Polícia classificam-se em inicial, final e especial, conforme o disposto no Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 5º O Grupo Polícia Civil, Subgrupo Autoridade Policial, é constituído por:

- I - Delegado de Polícia Substituto;
- II - Delegado de Polícia de Entrância Inicial;
- III - Delegado de Polícia de Entrância Final; e
- IV - Delegado de Polícia de Entrância Especial.

§ 1º A descrição, a especificação das atribuições e a qualificação profissional exigida para o cargo de Delegado de Polícia estão dispostas no Anexo VIII desta Lei Complementar.

§ 2º A investidura na carreira de Delegado de Polícia dar-se-á no cargo de Delegado de Polícia Substituto.

§ 3º Os integrantes da carreira de Delegado de Polícia só poderão ser designados por ato do Delegado-Geral em entrância diferente da sua, mediante anuência do interessado, analisado o interesse público.

Art. 6º Os vencimentos dos Delegados de Polícia, do Subgrupo Autoridade Policial, obedecem à redefinição prevista no Anexo VII desta Lei Complementar, exclusivamente para efeito de adequação às entrâncias inicial, final e especial.

Seção II

Da Lotação e da Movimentação

Art. 7º O Delegado de Polícia Substituto terá exercício em unidade policial conforme escolha de vaga feita pelos nomeados, observada a ordem de classificação em concurso público.

§ 1º O Delegado Geral da Polícia Civil poderá designar o Delegado de Polícia Substituto para ter exercício em qualquer órgão da Polícia Civil, bem como para substituir os Delegados de Polícia das demais entrâncias em seus afastamentos legais e exercer outras atribuições legais e constitucionais que lhe forem conferidas no ato da designação.

§ 2º Na falta de Delegado de Polícia Substituto, a designação prevista no parágrafo anterior, que será precária, poderá recair respectivamente em Delegado de Polícia das entrâncias inicial, final e especial.

§ 3º A substituição a que alude o parágrafo anterior será, de máximo, um ano, podendo ser prorrogada por igual período.

Art. 8º A lotação dos ocupantes dos cargos da categoria funcional de Delegado de Polícia será de competência do Delegado Geral da Polícia Civil, observado os seguintes critérios:

- I - unidades policiais em Comarcas de Entrância Especial, por Delegados de Polícia de Entrância Especial;
- II - unidades policiais em Comarcas de Entrância Final, por Delegados de Polícia de Entrância Final; e
- III - unidades policiais em Comarcas de Entrância Inicial, por Delegados de Polícia de Entrância Inicial;

§ 1º Na falta de Delegados de Polícia, nas entrâncias acima definidas, ou por interesse do serviço público, o Delegado Geral da Polícia Civil poderá designar, para responder pela direção das referidas unidades policiais, Delegado de Polícia de menor nível hierárquico, desde que objetivamente demonstrada a necessidade.

§ 2º Considera-se requisito obrigatório para a movimentação a permanência mínima de 02 (dois) anos na lotação em que estiver vinculado.

Art. 9º Havendo imperiosa necessidade do serviço público, o Delegado de Polícia, independentemente da entrância a que pertencer, poderá ser designado para responder cumulativamente por até duas Delegacias de Polícia de Comarca, desde que na circunscrição da mesma Delegacia Regional de Polícia.

§ 1º A acumulação de chefias a que se refere o *caput* deste artigo dar-se-á por designação do Delegado Geral da Polícia Civil, cujo prazo máximo será de um ano, prorrogável uma vez por igual período.

§ 2º Ao Delegado de Polícia, quando responder por Delegacia de Polícia de Comarca, será concedida, enquanto subsistir a acumulação, verba indenizatória mensal, destinada a custear as despesas relativas à substituição, correspondente à metade do seu vencimento básico, paga em valor proporcional aos dias substituídos.

CAPÍTULO III

DOS AGENTES DA AUTORIDADE POLICIAL

Art. 10. Fica criado o cargo de Agente de Polícia Civil, do Subgrupo Agente da Autoridade Policial, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, conforme o disposto no Anexo V desta Lei Complementar.

Art. 11. Ficam extintas as carreiras de Inspetor de Polícia, do Subgrupo Técnico Científico, de Comissário de Polícia, Investigador Policial e Escrevente Policial, do Subgrupo Técnico Profissional, do Grupo Polícia Civil, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 12. Os ocupantes dos cargos efetivos de Inspetor de Polícia, Comissário de Polícia, Investigador Policial e Escrevente Policial serão aproveitados no cargo efetivo de Agente de Polícia Civil, respeitada a correlação estabelecida nos Anexos II, V e VI, desta Lei Complementar, submetendo-se para todos os efeitos legais as obrigações estabelecidas no Anexo IX desta Lei Complementar.

Art. 13. O ingresso na carreira de Agente de Polícia Civil, nível inicial I, dar-se-á através de concurso público de provas ou provas e

títulos, conforme definido em edital próprio, sendo requisito para a inscrição, comprovar o candidato a conclusão de curso de nível superior, conforme definido nos Anexos V e IX desta Lei Complementar.

Art. 14. O Grupo Segurança Pública - Polícia Civil, Subgrupo Agente da Autoridade Policial, fica constituído pelas seguintes carreiras:

- I - Agente de Polícia Civil;
- II - Escrivão de Polícia Civil; e
- III - Psicólogo Policial Civil.

Parágrafo único. As atribuições dos cargos das carreiras previstas neste artigo estão descritas nos Anexos IX, X e XI desta Lei Complementar.

Art. 15. Os integrantes das carreiras de Agente de Polícia Civil, Escrivão de Polícia Civil e Psicólogo Policial Civil serão lotados em qualquer órgão da Polícia Civil, mediante fundamentação embasada na necessidade do serviço e no interesse público.

Art. 16. Os Investigadores Policiais e Escreventes Policiais, níveis e referências 1B, 1C, 1D, 1E e 1F serão aproveitados como Agentes de Polícia Civil, nas classes I, II e III, conforme a seguinte equivalência:

- a) Nível e Referência 1B - Classe I;
- b) Níveis e Referências 1C e 1D - Classe II; e
- c) Níveis e Referências 1E e 1F - Classe III;

Art. 17. Os Comissários de Polícia, níveis e referências 2B, 2C, 2D, 2E e 2F, serão aproveitados como Agentes de Polícia Civil, nas classes IV, V e VI, conforme a seguinte equivalência:

- a) Níveis e Referências 2B e 2C - Classe IV;
- b) Níveis e Referências 2D e 2E - Classe V; e
- c) Nível e Referência 2F - Classe VI;

Art. 18. Os Inspetores de Polícia, níveis e referências 3B, 3C, 3D, 3E e 3F, serão aproveitados como Agentes de Polícia Civil, nas classes VI, VII e VIII, conforme a seguinte equivalência:

- a) Nível e Referência 3B - Classe VI;
- b) Níveis e Referências 3C e 3D - Classe VII; e
- c) Níveis e Referências 3E e 3F - Classe VIII.

Parágrafo único. A descrição, a especificação das atribuições e a qualificação profissional exigidas para o cargo de Agente de Polícia Civil estão previstas no Anexo IX desta Lei Complementar.

Art. 19. Fica mantida a carreira de Escrivão de Polícia Civil, do Subgrupo Técnico Profissional, do Grupo Polícia Civil, passando a integrar o Subgrupo Agente da Autoridade Policial, do Grupo Polícia Civil, conforme definido no Anexo III desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Os cinco níveis e referências utilizados para efeito de remuneração da carreira de Escrivão de Polícia Civil ficam condensados e passam a constituir três classes de vencimento na mesma carreira, conforme o disposto nos Anexos III, V e VI desta Lei Complementar.

Art. 20. A linha de correlação, para efeito de aproveitamento na carreira de Escrivão de Polícia Civil, no Subgrupo Agente da Autoridade Policial, relativamente aos integrantes da carreira de Escrivão de Polícia Civil, do Subgrupo Técnico Profissional, do Grupo Polícia Civil, atenderá ao disposto no Anexo III desta Lei Complementar, e ao seguinte:

I - os Escrivães de Polícia Civil, níveis e referências 2B, 2C, 2D, 2E e 2F, permanecerão com sua atual nomenclatura e serão aproveitados nas classes IV, V e VI, conforme a seguinte equivalência:

- a) Níveis e Referências 2B e 2C - Classe IV;
- b) Níveis e Referências 2D e 2E - Classe V; e
- c) Nível e Referência 2F - Classe VI.

§ 1º A descrição e especificação das atribuições e a qualificação profissional exigida para o cargo de Escrivão de Polícia Civil está contida no Anexo X desta Lei Complementar.

§ 2º A investidura inicial na carreira de Escrivão de Polícia Civil dar-se-á na Classe IV, do Subgrupo Agente da Autoridade Policial, conforme definido no Anexo III desta Lei Complementar.

Art. 21. Fica mantida a carreira de Psicólogo Policial Civil, do Subgrupo Técnico Científico, do Grupo Polícia Civil, passando a integrar, o Subgrupo Agente da Autoridade Policial, do Grupo Polícia Civil, conforme definido no Anexo IV desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Os níveis e referências utilizados para efeito de remuneração da carreira de Psicólogo Policial Civil passam a constituir os níveis e referências previstos nos Anexos IV, V e VI desta Lei Complementar.

Art. 22. A linha de correlação, para efeito de aproveitamento na carreira de Psicólogo Policial Civil, no Subgrupo Agente da Autoridade Policial, relativamente aos integrantes da carreira de Psicólogo Policial Civil, do Subgrupo Técnico Científico, do Grupo Polícia Civil, atenderá ao disposto no Anexo IV desta Lei Complementar, e ao seguinte:

I - os Psicólogos Policiais Cíveis, níveis e referências 3B, 3C, 3D, 3E e 3F, permanecerão com sua atual nomenclatura e serão aproveitados nas classes VI, VII e VIII, conforme a seguinte equivalência:

- a) Níveis e Referências 3B e 3C - Classe VI;
- b) Níveis e Referências 3D e 3E - Classe VII; e
- c) Nível e Referência 3F - Classe VIII.

§ 1º A descrição, a especificação das atribuições e a qualificação profissional exigida para o cargo de Psicólogo Policial Civil estão previstas no Anexo XI desta Lei Complementar.

§ 2º A investidura inicial na carreira de Psicólogo Policial Civil dar-se-á na Classe VI, do Subgrupo Agente da Autoridade Policial, conforme o disposto no Anexo VI desta Lei Complementar.

Art. 23. Os vencimentos dos policiais civis, do Subgrupo Agente da Autoridade Policial, obedecem à redefinição prevista no Anexo VI desta Lei Complementar, exclusivamente para efeito de aproveitamento na tabela de níveis e referências de vencimento de cada carreira.

Art. 24. Quando houver imperiosa necessidade do serviço, o Agente da Autoridade Policial, referidos nos incisos I e II do artigo 3º desta Lei Complementar, poderá ser designado para responder cumulativamente por até duas Delegacias de Polícia Municipais, desde que na circunscrição da mesma Delegacia Regional de Polícia Civil.

§ 1º A acumulação de chefias a que se refere o *caput* deste artigo, será efetuada por designação do Delegado Geral da Polícia Civil, cujo prazo máximo será de um ano, prorrogável uma vez por igual período.

§ 2º Ao Agente da Autoridade Policial designado nos termos do parágrafo anterior, desde que por prazo igual ou superior a trinta dias, será concedida verba indenizatória mensal, destinada a custear as despesas relativas a substituição, correspondente a metade do seu vencimento básico, devida enquanto subsistir a acumulação.

§ 3º A acumulação a que se refere o § 2º deste artigo, quando ultrapassar o prazo de trinta dias, será paga em valor proporcional.

CAPÍTULO IV

DA HIERARQUIA E DA DISCIPLINA

Art. 25. A função policial civil está fundamentada nos princípios da hierarquia e da disciplina.

Art. 26. A estrutura hierárquica constitui valor moral e técnico-administrativo, sendo instrumento de controle e eficácia dos atos operacionais e, subsidiariamente, indutora da boa convivência profissional na diversidade de níveis, carreiras, cargos e funções que compõem a Polícia Civil, visando assegurar a disciplina, a ética e o desenvolvimento do espírito de equipe e de mútua cooperação, em ambiente de estima, confiança, lealdade e respeito recíproco.

§ 1º Independentemente da carreira, da classe e da entrância funcional, o regime hierárquico não autoriza qualquer violação de consciência e de vencimento técnico ou científico fundamentado.

§ 2º Sempre que possível, serão observados os níveis hierárquicos na designação para funções de direção, chefia e assessoramento.

§ 3º A hierarquia da função prevalece sobre a hierarquia do cargo.

§ 4º As carreiras de Agente de Polícia Civil, Escrivão de Polícia Civil e Psicólogo Policial Civil, do Subgrupo Agente da Autoridade Policial, não apresentam divisão hierárquica entre si.

Art. 27. A disciplina é o valor que agrega atitude de fidelidade profissional às disposições legais e às determinações técnicas e científicas fundamentadas e emanadas da autoridade competente.

CAPÍTULO V

DO INGRESSO NAS CARREIRAS POLICIAIS CIVIS

Art. 28. A habilitação de candidatos aos cargos das carreiras da Polícia Civil, obedecidas às especificações contidas no edital, será verificada em concurso público, por meio das seguintes fases:

- I - provas escritas, objetivas e/ou dissertativas;
- II - avaliação de títulos, específicos para a carreira à qual concorre o candidato;
- III - avaliação da aptidão psicológica vocacionada;
- IV - prova de capacidade física;
- V - exame toxicológico; e
- VI - investigação social.

§ 1º Os requisitos para aprovação em cada uma das fases descritas neste artigo, as modalidades das provas, seus conteúdos e formas de avaliação serão estabelecidos no edital do concurso público, de acordo com as exigências definidas nesta Lei Complementar e em legislação correlata.

§ 2º O concurso público de ingresso na carreira de Delegado de Polícia, cargo privativo de bacharel em Direito, poderá ter a participação da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, observadas as condições e normas gerais previstas no respectivo edital.

§ 3º O edital de concurso público para o cargo de Delegado de Polícia contemplará a realização de prova oral, de caráter eliminatório, que versará sobre o conteúdo programático completo previsto para a prova escrita.

Art. 29. A prova escrita, de caráter eliminatório e classificatório, visa revelar, teoricamente, os conhecimentos indispensáveis ao exercício das atribuições do cargo pretendido, e versará sobre conteúdos programáticos indicados no edital.

Art. 30. A avaliação de títulos, de caráter classificatório, levará em conta a realização de cursos de aperfeiçoamento ou exercício de atividades afins que o habilitem para o melhor exercício das atribuições do cargo, obedecidos aos critérios fixados no edital.

Art. 31. A avaliação da aptidão psicológica vocacionada, de caráter eliminatório, visa verificar, tecnicamente, dados da personalidade do candidato e se o mesmo possui o perfil e a capacidade mental e psicomotora específicos para o exercício das atribuições do cargo a que estiver concorrendo.

Art. 32. A avaliação da capacidade física, de caráter eliminatório, visa verificar se o candidato tem condições para suportar o treinamento a que será submetido durante o curso de formação, bem como para o exercício permanente das atividades inerentes ao cargo.

Parágrafo único. Para participar da prova de capacidade física, o candidato deverá apresentar atestado médico no qual comprove o gozo de boa saúde e a aptidão para submeter-se aos exercícios discriminados no edital do concurso público.

Art. 33. São requisitos básicos para o ingresso nas carreiras da Polícia Civil:

- a) ser brasileiro;
- b) ter no mínimo dezoito anos de idade;
- c) estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
- d) não registrar sentença penal condenatória transitada em julgado;
- e) estar em gozo dos direitos políticos;
- f) ter conduta social ilibada;
- g) ter capacidade física e aptidão psicológica compatíveis com o cargo pretendido;
- h) aptidão plena;
- i) possuir carteira nacional de habilitação; e
- j) ser portador de diploma de nível superior nos cursos exigidos para o cargo.

Parágrafo único. Para inscrição no concurso público, o candidato deverá apresentar o documento oficial de identidade e a declaração firmada de que preenche as exigências mínimas, sob as penas da lei, e os demais requisitos exigidos para o exercício do cargo.

Art. 34. O prazo de validade do concurso público para as carreiras da Polícia Civil será de dois anos, a partir da data da homologação do resultado final, prorrogável uma vez, por igual período.

CAPÍTULO VI

DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 35. A nomeação para os cargos de provimento efetivo da Polícia Civil obedecerá à ordem de classificação dos candidatos no concurso público para ingresso na carreira, após sua homologação pelo Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, nos termos do respectivo edital.

§ 1º A nomeação será feita conforme a necessidade do serviço público e as vagas constantes no edital.

§ 2º Os nomeados serão os novos policiais civis, empossados em sessão solene na Academia de Polícia Civil, presidida pelo Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, ocasião em que serão convocados pelo Diretor da Academia de Polícia Civil para o curso de formação profissional, que terá início com a matrícula e obedecerá a grade curricular e carga horária previstas para cada carreira, em conformidade com as especificações do Regimento Interno da Academia de Polícia.

§ 3º O curso de formação profissional é requisito fundamental do estágio probatório, sendo que a reprovação do policial civil acarretará sua imediata exoneração.

§ 4º Durante o curso de formação, será efetuado o acompanhamento da vida social do policial civil, que obrigatoriamente deverá ser levado em consideração para efeito de avaliação no estágio probatório.

§ 5º O Regimento Interno da Academia de Polícia Civil, em consonância com as disposições legais, regulará o curso de formação policial, estabelecendo diretrizes e regras de funcionamento, nas quais constem os direitos, os deveres, as proibições e as prerrogativas do policial civil, sem prejuízo do disposto nesta Lei Complementar.

Art. 36. Concluído o curso de formação, será atribuído exercício aos novos policiais civis nos seus respectivos órgãos de lotação.

§ 1º Feita a designação, sob pena de exoneração, o novo policial civil deverá entrar em exercício no prazo de quinze dias, com a devida comunicação ao Delegado Geral da Polícia Civil.

§ 2º O policial civil que abandonar os quadros da Polícia Civil antes de concluído o estágio probatório deverá ressarcir o Estado pelas despesas decorrentes do curso de formação.

Art. 37. O tempo de serviço na classe ou entrância inicial da carreira, será computado desde a data da posse.

Parágrafo único. Para os empossados na mesma data, será obedecida, para efeito de antiguidade, a ordem de classificação no concurso.

CAPÍTULO VII DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 38. Os três primeiros anos de exercício nas carreiras da Polícia Civil serão considerados como período de estágio probatório, durante os quais o policial civil será avaliado quanto à aptidão e a capacidade para o desempenho do cargo, como condição para a aquisição de sua estabilidade e ao preenchimento dos demais requisitos legais.

Parágrafo único. O policial civil em estágio probatório não poderá, em hipótese alguma, ser colocado à disposição de outros órgãos ou entidades.

Art. 39. O Policial Civil em estágio probatório será avaliado pelo seu chefe imediato, que deverá informar, em relatório de Acompanhamento de Desempenho Funcional, a cada seis meses, sua aptidão e seu desempenho, levando em conta os seguintes fatores:

- I - assiduidade;
- II - pontualidade;
- III - comprometimento com a Instituição Policial Civil;
- IV - relacionamento interpessoal;
- V - eficiência;
- VI - iniciativa;
- VII - conduta ética; e
- VIII - produtividade.

Parágrafo único. Para fins deste artigo considera-se:

I - assiduidade: frequência diária na unidade de trabalho com o cumprimento integral da jornada de serviço;

II - pontualidade: cumprimento dos horários de chegada e saída e saídas nos intervalos da unidade de trabalho, inclusive nas convocações para serviços policiais;

III - comprometimento com a Instituição Policial Civil: fiel cumprimento dos deveres de servidor público e de policial civil;

IV - relacionamento interpessoal: capacidade de se comunicar e de interagir com a equipe de trabalho e com o público em função da boa execução do serviço;

V - eficiência: capacidade de atingir resultados no trabalho com qualidade e rapidez, considerando as condições oferecidas para tanto;

VI - iniciativa: ações espontâneas e apresentação de idéias em prol da solução de problemas da unidade de trabalho, visando seu bom funcionamento;

VII - conduta ética: postura de honestidade, responsabilidade, respeito à instituição e ao sigilo das informações, às quais tem acesso em decorrência ao trabalho e observância a regras, normas e instruções regulamentares; e

VIII - produtividade: capacidade de atingir as metas de volumes dos serviços atribuídos nos prazos previstos.

Art. 40. A apuração do atendimento aos requisitos durante o estágio probatório far-se-á à vista do relatório de Acompanhamento de Desempenho Funcional, elaborada pelas chefias imediatas e encaminhada, reservadamente, à Comissão Permanente de Avaliação da Carreira.

Art. 41. Será constituída Comissão Permanente de Avaliação da Carreira, coordenada pelo Delegado Geral da Polícia Civil, integrada por até 8 (oito) membros, obrigatoriamente policiais civis efetivos, a ser regulamentada por decreto.

Art. 42. Compete a Comissão Permanente de Avaliação da Carreira:

I - coordenar e orientar a aplicação do relatório de Acompanhamento de Desempenho Funcional;

II - fixar cronograma de trabalho para cada período de avaliação;

III - dar conhecimento prévio das normas, critérios e conceitos a serem utilizadas nas avaliações;

IV - julgar recurso interposto pelo policial civil, em razão da avaliação realizada pelo seu chefe imediato;

V - avaliar e decidir sobre questões que tenham comprometido ou dificultado a aplicação das avaliações pelos avaliadores e avaliados, sugerindo medidas às unidades competentes; e

VI - formular parecer conclusivo sobre o desempenho dos policiais civis para o Delegado Geral da Polícia Civil, cujo teor deverá contemplar a assinatura da maioria dos integrantes da Comissão.

Art. 43. O resultado obtido no Acompanhamento de Desempenho Funcional será utilizado:

I - a fim de conferir estabilidade ao policial civil considerado apto; e

II - para o fim de exoneração do policial civil considerado inapto.

Parágrafo único. Será assegurado ao avaliado o conhecimento dos conceitos lançados em seu relatório de Acompanhamento de Desempenho Funcional.

CAPÍTULO VIII

DO PROGRESSO FUNCIONAL DO POLICIAL CIVIL

Seção I

Disposições Gerais do Policial Civil

Art. 44. O progresso funcional dos integrantes do Grupo Segurança Pública: Polícia Civil, Subgrupo Autoridade Policial e

Subgrupo Agente da Autoridade Policial será efetuado mediante promoção na respectiva carreira.

Art. 45. A promoção na carreira da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina consiste na movimentação da classe ou entrância atual para a classe ou entrância imediatamente superior, dentro do respectivo cargo, alternadamente pelos critérios de antiguidade e merecimento, seguindo a ordem sequencial da última promoção.

§ 1º A promoção será realizada com a abertura das vagas e antecedida de realização dos procedimentos de avaliação de promoção e sua apuração através das Comissões Permanentes de Promoção.

§ 2º A ascensão na carreira de Delegado de Polícia será precedida de remoção horizontal voluntária, que consiste na permanência na mesma entrância em unidade policial em Comarca distinta da anteriormente ocupada.

§ 3º Efetuadas as remoções horizontais de que trata o parágrafo anterior desta Lei Complementar e constatada vaga remanescente na carreira de Delegado de Polícia, fica a autoridade competente autorizada a preenchê-la através de processo de promoção.

Art. 46. Em se tratando de promoção por antiguidade e merecimento, as vagas nos cargos das diversas classes e entrâncias das carreiras que integram o Grupo Polícia Civil serão preenchidas, uma a uma, alternadamente, obedecendo a ordem sequencial do último processo promocional.

Art. 47. O progresso funcional do policial civil não dependerá de prévia habilitação.

§ 1º Verificada a abertura de vagas na lotação na classe e entrância, a promoção do policial civil será efetivada após análise do Delegado Geral da Polícia Civil com a aprovação do Secretário de Estado de Segurança Pública e mediante autorização do Chefe do Poder Executivo, devendo às Comissões Permanente de Promoção apresentar a contagem de pontos por merecimento e antiguidade.

§ 2º O ocupante de cargo de Delegado de Polícia de Entrância Final, para ser promovido por antiguidade ou merecimento à Entrância Especial, além dos requisitos a que se refere esta Lei Complementar, deverá comprovar 10 (dez) anos de efetivo exercício, ininterrupto ou intercalado, no carreira.

Art. 48. O Agente de Autoridade Policial somente poderá ser promovido depois de cumprido o estágio probatório e não dependerá de prévia habilitação.

Art. 49. Haverá uma Comissão Permanente de Promoção para cada carreira da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina que será responsável pela condução dos procedimentos de Avaliação de Promoção e pela elaboração das normas e procedimentos pertinentes a avaliação funcional, a ser regulamentada em ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º As Comissões Permanentes de Promoção serão constituídas por 03 (três) policiais civis efetivos de cada carreira da Polícia Civil, por indicação do Delegado Geral da Polícia Civil e aprovação do Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão do Estado de Santa Catarina e seus membros terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, por igual período.

§ 2º A contagem preliminar dos pontos, para os atos de promoção, deverão ser de conhecimento dos policiais civis, 60 (sessenta) dias antes da data de efetivação daquela concessão.

§ 3º Os pedidos de revisão dos pontos poderão ser interpostos pelos policiais civis, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da contagem preliminar de pontos no Diário Oficial do Estado.

§ 4º As comissões apreciarão os pedidos de revisão no prazo de 05 (cinco) dias, findo o prazo recursal.

Art. 50. Das decisões das comissões de promoção caberá recursos ao Delegado Geral da Polícia Civil, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do ato da decisão de negatória de recursos, e sucessivamente, em igual prazo, ao Secretário de Estado da Segurança Pública.

Parágrafo único. Da decisão do Secretário de Estado da Segurança Pública não caberá recurso.

Art. 51. Compete às comissões de promoção:

I - organizar e submeter à aprovação do Delegado Geral da Polícia Civil a listagem de promoção com a ordem de classificação dos policiais civis para efeito de antiguidade e merecimento;

II - publicar a contagem dos pontos e ordem de classificação dos policiais civis, *site* da Polícia Civil; e

III - elaborar formulários de avaliação de promoção;

IV - propor ao Delegado Geral da Polícia Civil, devidamente motivada, a exclusão de policial civil da contagem dos pontos ou da listagem final, de acordo com as disposições contidas nesta Lei Complementar, notificando o interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, para fins de, querendo apresentar pedido de reconsideração;

V - manter atualizado, através do Setor de Recursos Humanos, o registro de vagas existentes de todas as carreiras da Polícia Civil, obedecendo ao critério de que toda e qualquer informação funcional deverá constar do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, sendo vedada a utilização de outro meio tecnológico.

Parágrafo único. Recebidos os formulários de avaliação de promoção, serão os mesmos preenchidos pela chefia imediata e devolvidos no prazo de até 5 (cinco) dias, impreterivelmente, às Comissões Permanentes de Avaliação de Promoção.

Art. 52. Em benefício daquele a quem de direito caiba a promoção, é declarado sem efeito o ato que a houver decretado indevidamente.

§ 1º O policial civil promovido indevidamente não fica obrigado a restituir o que a mais houver recebido.

§ 2º O policial civil a quem caiba a promoção, é indenizado da diferença da remuneração a que tiver direito.

Art. 53. Não poderá ser promovido por antiguidade ou merecimento, além dos demais casos previstos nesta Lei Complementar, o policial civil que:

I - estiver preso, em virtude de decisão judicial transitada em julgado;

II - tiver sofrido pena de suspensão disciplinar nos últimos 3 (três) anos, com trânsito em julgado;

III - não estiver em dia com a Fazenda Pública, em razão de sua função;

IV - caso tenha seu nome vetado pela respectiva comissão;

V - for condenado, enquanto durar o cumprimento integral da pena, mesmo com a concessão da suspensão ou livramento condicional, nos termos do Código de Processo Penal;

VI - estiver licenciado para tratar de interesses particulares; e

VII - estiver em disponibilidade.

Art. 54. Não poderá, ainda, ser promovido por merecimento, o policial civil que:

I - estiver em gozo de licença para tratamento de saúde de pessoa da família, por mais de 03 (três) meses;

II - estiver em exercício de mandato eletivo, cuja carga horária de trabalho seja incompatível com o exercício da função policial;

III - estiver no exercício de cargo ou função pública civil temporária não eletiva, inclusive da Administração Indireta, Fundações, Autarquias, Economia Mista e Empresas Públicas;

IV - estiver à disposição de órgão Federal, Estadual ou Municipal, exercendo função não policial civil, salvo por interesse da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão; e

V - estiver licenciado para realizar quaisquer cursos a nível de doutorado, mestrado, especialização ou similares, na forma da legislação específica e desde que não tenha relação direta com a atividade policial.

Art. 55. Efetuadas as promoções e constatada vaga remanescente de cargo na carreira de Delegado de Polícia, esta poderá ser preenchida através de processo de promoção, a qualquer época e sem restrições de data, observando-se o disposto no artigo 48 desta Lei Complementar.

Art. 56. Compete ao Setor de Recursos Humanos da Polícia Civil gerir os procedimentos necessários ao progresso funcional.

Seção II

Promoção por Antiguidade

Art. 57. Concorrerão à promoção por antiguidade os integrantes das carreiras da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina que tiverem maior tempo de efetivo exercício na classe ou entrância, o qual será contado nos casos de:

I - nomeação, a partir da data do efetivo exercício no cargo devidamente aprovado no estágio probatório, exceto os Delegados de Polícia;

II - reversão ou retorno, a partir da data em que retornou ao exercício do cargo;

III - promoção a partir da publicação do ato de movimentação.

Parágrafo único. Havendo empate na contagem do tempo de serviço na classe ou entrância, a classificação obedecerá, sucessivamente, aos seguintes critérios:

I - maior tempo de serviço em caráter efetivo, na carreira;

II - maior tempo de serviço policial civil no Estado;

III - maior tempo de serviço público no Estado;

IV - maior idade;

V - maior número de dependentes.

Seção III

Promoção por Merecimento

Art. 58. Merecimento é a demonstração positiva pelo policial civil, durante a sua permanência na classe ou entrância, do desempenho de suas funções com eficiência, ética, e responsabilidade.

Parágrafo único. O merecimento do policial civil será apurado em pontos, mediante o preenchimento das condições definidas nesta Lei Complementar.

Art. 59. A avaliação de promoção, com o objetivo de aferir o merecimento do policial civil no exercício das respectivas atribuições, condiciona-se ao preenchimento dos requisitos considerados indispensáveis ao exercício das funções e o atendimento das condições essenciais para concorrer à promoção por merecimento, com base nos seguintes critérios:

I - comprometimento com a Instituição Policial Civil;

II - relacionamento interpessoal;

III - eficiência;

IV - iniciativa;

V - conduta ética;

VI - produtividade no trabalho;

VII - qualidade do trabalho;

VIII - disciplina e zelo funcional; e

IX - aproveitamento em programas de capacitação e cultura profissional.

Parágrafo único. Para fins deste artigo considera-se:

I - *comprometimento com a Instituição Policial Civil*: fiel cumprimento dos deveres de servidor público e de policial civil;

II - *Relacionamento Interpessoal*: capacidade de se comunicar e de interagir com a equipe de trabalho e com o público em função da boa execução do serviço;

III - *eficiência*: capacidade de atingir resultados no trabalho com qualidade e rapidez, considerando as condições oferecidas para tanto;

IV - *iniciativa*: ações espontâneas e apresentação de idéias em prol da solução de problemas da unidade de trabalho, visando seu bom funcionamento;

V - *conduta ética*: postura de honestidade, responsabilidade, respeito à instituição e ao sigilo das informações, às quais tem acesso em decorrência ao trabalho e observância a regras, normas e instruções regulamentares;

VI - *produtividade no trabalho*: a comprovação, a partir da comparação da produção desejada com o trabalho realizado que será aferido, sempre que possível, com base em relatórios estatísticos de desempenho quantificado;

VII - *qualidade de trabalho*: demonstração do grau de exatidão, precisão e apresentação, quando possível, mediante apreciação de amostras, do trabalho executado, bem como pela capacidade demonstrada pelo policial civil no desempenho das atribuições do seu cargo;

VIII - *disciplina e zelo funcional*: observância dos preceitos e normas, com a compreensão dos deveres, da responsabilidade, do respeito e seriedade com os quais o policial civil desempenha suas atribuições e a execução de suas atividades com cuidado, dedicação e compreensão dos deveres e responsabilidade; e

IX - aproveitamento em programas de capacitação e cultura profissional: comprovação da capacidade para melhorar o desempenho das atribuições normais do cargo e para a realização de tarefas superiores, adquiridas por intermédio de estudos, de trabalhos específicos e da participação em cursos regulares relacionados com atribuições do cargo.

Art. 60. Para cada um dos critérios relacionados no artigo anterior serão atribuídos graus de avaliação, que serão convertidos em pontos, para apurar o desempenho dos policiais civis, conforme dispuser regulamento editado pelas Comissões Permanentes de Promoção e aprovado pelo Delegado Geral da Polícia Civil.

Art. 61. O resultado final da Avaliação de Promoção do policial civil será o Coeficiente de Desempenho do Policial Civil, obtido por meio do somatório da pontuação conquistada pelo policial civil auferidos no Formulário de Avaliação da Promoção, com a correspondência de conceitos de desempenho conforme segue:

I - apresenta perfil de alto desempenho: de 81 (oitenta e um) a 100 (cem) pontos;

II - demonstra perfil esperado: de 61 (sessenta e um) a 80 (oitenta) pontos;

III - prática os critérios relacionados, mas necessita de aprimoramento: de 41 (quarenta e um) a 60 (sessenta) pontos; e

IV - necessita desenvolver: de 21 (vinte e um) a 40 (quarenta) pontos;

Parágrafo único. No resultado da Avaliação de Promoção só será considerado o número inteiro e uma casa decimal, utilizando-se, para isso, a regra de aproximação de valores numéricos da Matemática: I - maior ou igual a 5 (cinco), acresce-se mais uma unidade; II - menor que 5 (cinco), mantém-se inalterado o número inteiro e despreza o decimal.

Art. 62. As Comissões Permanentes de Promoção, além dos conceitos lançados nos formulários de Avaliação de Promoção pelas chefias imediatas, utilizará para elaboração dos Coeficientes de Desempenho do Policial Civil parâmetros de desempenho sob os aspectos de capacitação e treinamentos que serão considerados, os cursos de formação continuada, aperfeiçoamento e aprimoramento profissional, realizados pela Academia da Polícia Civil ou por instituições pela mesma reconhecidas:

I - cursos de formação profissional, em se tratando de nova investidura, considerando-se o cargo efetivo anteriormente ocupado, válido apenas para a primeira promoção;

II - cursos de formação continuada ou aperfeiçoamento profissional; e

III - congressos, seminários, palestras, ou similares.

Art. 63. A análise do curso e registro no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, para efeito de promoção funcional, será procedida pelo Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

§ 1º O certificado do curso deverá ser acompanhado do conteúdo programático e sua respectiva carga horária.

§ 2º Os curso deverão estar relacionados com a função ou área de atuação, sendo necessária carga horária mínima de 16 (dezesseis) horas para efeito de homologação e validação.

Art. 64. Os sistemas e critérios da Avaliação da Promoção de que trata esta Lei Complementar, serão estabelecidos em regulamento no prazo máximo de 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Seção IV

Promoção Extraordinária

Art. 65. São consideradas modalidades de promoção extraordinárias as realizadas por Ato de Bravura e *Post Mortem*.

Art. 66. A promoção extraordinária ocorrerá, em caráter excepcional, quando integrante de carreira da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina ficar permanentemente inválido, em virtude de ferimento sofrido em ação ou pela prática de ato de bravura.

§ 1º Considera-se ação policial civil a realização ou a participação em atividades operacionais da Polícia Civil na execução de tarefas para manutenção da ordem pública.

§ 2º A promoção extraordinária dar-se-á para a classe ou entrância imediatamente superior à que o policial civil se encontrar enquadrado.

Art. 67. A promoção por bravura, condicionada à existência de vaga, se efetivará pela prática de ato considerado meritório e terá as circunstâncias para a sua ocorrência apuradas em investigação conduzida por membros da Comissão Permanente de Avaliação da Promoção.

§ 1º Para fins deste artigo, ato de bravura em serviço corresponde à conduta do policial civil que, no desempenho de suas atribuições e para a preservação de vida de outrem, coloque em risco incomum a sua própria vida, demonstrando coragem e audácia.

§ 2º Na promoção por ato de bravura não é exigido o atendimento de requisitos para a promoção, estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 68. A promoção *Post Mortem* tem por objetivo expressar o reconhecimento do Estado ao policial civil falecido, quando:

I - no cumprimento do dever; e

II - em consequência de ferimento recebido no exercício da atividade policial, ou por enfermidade contraída em razão do desempenho da função.

§ 1º A superveniência do evento morte, em decorrência dos mesmos fatos e circunstâncias que tenham justificado promoção anterior por ato de bravura, excluirá a de caráter *Post Mortem*.

§ 2º A promoção de que trata o *caput* deste artigo e seus incisos terá as circunstâncias para a sua ocorrência apuradas em investigação conduzida por membros da Comissão Permanente de Avaliação da Promoção.

CAPÍTULO IX

DA REMOÇÃO

Art. 69. A remoção do policial civil poderá ser:

I - a pedido do próprio policial civil interessado;

II - por permuta;

III - compulsória, por conveniência da disciplina; e

IV - compulsória, por interesse público ou necessidade do serviço policial civil; e

V - por promoção.

§ 1º No caso de remoção compulsória, por interesse público, necessidade do serviço policial civil ou promoção que implicar mudança de lotação ou sede funcional, o policial civil terá direito a quinze dias de trânsito, prorrogável por igual período, em caso de justificada necessidade, bem como ao pagamento de verba indenizatória, a título de ajuda de custo, equivalente a remuneração do cargo que ocupa, para compensar as despesas de transporte e novas instalações.

§ 2º Se o policial civil possuir dependentes, a ajuda de custo de que trata o §1º deste artigo será paga em dobro.

§3º Na hipótese de remoção por promoção, a ajuda de custo é limitada a uma vez a cada 02 (dois) anos ao mesmo policial civil.

§ 4º A remoção por permuta entre policiais civis dependerá de pedido escrito, formulado em conjunto pelos pretendentes, desde que ambos sejam integrantes do mesmo Subgrupo Agente da Autoridade Policial ou Subgrupo Autoridade Policial, devendo-se observar, neste último caso, a correlação de classe ou entrância entre os requerentes.

§ 5º A remoção compulsória somente poderá ser efetuada nas hipóteses dos incisos III e IV deste artigo, devendo ser devidamente fundamentada, sob pena de nulidade do ato.

CAPÍTULO X

DOS PROGRAMAS DE VALORIZAÇÃO FUNCIONAL

Art. 70. Aos integrantes do Grupo: Polícia Civil, Subgrupos: Autoridade Policial e Agentes da Autoridade Policial, nos termos desta Lei Complementar, que apresentarem certificado ou diploma de

conclusão de curso de Pós-Graduação, inerentes ao cargo ou à respectiva área de atuação, desde que autorizados e reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, fica instituído o Adicional de Pós-Graduação, incidente sobre o valor do vencimento básico de cada cargo, correspondente a:

I - 13% (treze por cento) para especialização;

II - 16% (dezesseis por cento) para mestrado; e

III - 19% (dezenove por cento) para doutorado.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 71. Fica resguardado o direito de permanecerem no mesmo órgão de lotação e/ou na mesma Comarca, até a próxima promoção, aos integrantes do Grupo Segurança Pública, Subgrupo Autoridade Policial reenquadrados em entrância de graduação diversa da que pertenciam na data de entrada em vigor desta Lei Complementar.

Art. 72. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório das carreiras da Polícia Civil será estabelecida em lei de iniciativa do Governador do Estado, nos termos do § 1º do art. 26 da Constituição do Estado, e § 1º do art. 39 da Constituição Federal, observando-se, para tanto:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura; e

III - as peculiaridades dos cargos.

Art. 73. No âmbito da Polícia Civil, as funções de confiança com atribuições de direção, chefia, coordenação e assessoramento serão exercidas exclusivamente por ocupantes de cargos de provimento efetivo da Instituição, nos termos do art. 21, IV, da Constituição do Estado, e art. 37, V, da Constituição Federal.

Art. 74. Os ocupantes dos cargos de provimento efetivo da carreira de Técnico em Necropsia e Técnico Criminalístico, do Subgrupo Técnico Profissional, do Grupo Polícia Civil, que optaram, pela transposição, mediante reenquadramento, para o Grupo Polícia Civil ficam extintos, nos termos desta Lei Complementar.

§ 1º Os ocupantes do cargo de Técnico em Necropsia, níveis e referências 1B, 1C, 1D, 1E e 1F serão aproveitados como Agentes de Polícia, nas classes I, II e III, conforme a seguinte equivalência:

a) Nível e Referência 1B - Classe I;

b) Níveis e Referências 1C e 1D - Classe II; e

c) Níveis e Referências 1E e 1F - Classe III.

§ 2º Os ocupantes do cargo de Técnico Criminalístico, níveis e referências 2B, 2C, 2D, 2E e 2F, serão aproveitados como Agentes de Polícia, nas classes IV, V e VI, conforme a seguinte equivalência:

a) Níveis e Referências 2B e 2C - Classe IV;

b) Níveis e Referências 2D e 2E - Classe V; e

c) Nível e Referência 2F - Classe VI.

Art. 75. Fica assegurado aos candidatos aprovados nos Concursos previstos nos Editais 001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2008 e 002, a nomeação para os cargos correspondentes conforme reenquadramento fixado nesta Lei Complementar.

Art. 76. Toda e qualquer informação funcional deverá constar do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, sendo vedada a utilização de outro meio tecnológico.

Art. 77. A aplicação desta Lei Complementar não poderá gerar redução da remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Grupo Polícia Civil contemplados por suas disposições.

Art. 78. As Funções Gratificadas de Responsável pelo Expediente de Delegacia Municipal passam a vigorar de acordo com o Anexo XII desta Lei Complementar.

Parágrafo único. A designação para o exercício das funções de que trata o *caput* deste artigo somente poderá recair sobre os ocupantes de cargos de provimento efetivo referidos nos incisos I e II do artigo 3º desta Lei Complementar.

Art. 79. Após 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e 25 (vinte e cinco) anos se mulher, o policial civil fará jus a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre vencimento por anuênio, a título de adicional de permanência, como estímulo à permanência no serviço ativo, até completar 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem e 30 (trinta) anos de serviço, se mulher, limitado a 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 80. Ficam convalidados os atos de promoção dos policiais civis realizados a partir de janeiro de 2006.

Art. 81. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 82. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 83. Ficam revogados os arts. 1º e 2º, o inciso IV do art. 15 e os Anexos I e II da Lei Complementar nº 55, de 29 de maio de 1992; a Lei Complementar nº 98, de 16 de novembro de 1993 e a Lei Complementar nº 201, de 28 de setembro de 2000;

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

ANEXO I
GRUPO: SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA CIVIL
SUBGRUPO: AUTORIDADE POLICIAL
QUADRO DE CARREIRA: DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Classes da Carreira	(*)Cargos Existentes	Classes da Carreira Compactada	(**) Cargos Compactados e Atualizados
Delegado de Polícia - Substituto	95	Delegado de Polícia Substituto	150
Delegado de Polícia - 1ª Classe	90	Delegado de Polícia	120
Delegado de Polícia - 2ª Classe	75	Classe Inicial	
Delegado de Polícia - 3ª Classe	55	Delegado de Polícia Classe Final	170
Delegado de Polícia - Classe Especial	30	Delegado de Polícia Classe Especial	70
TOTAL	450	Totais	510

(*) Cargos existentes conforme Lei Complementar nº 201, de 28 de setembro de 2000. (**) Cargos compactados e atualizados nos termos desta Lei Complementar.

ANEXO II
GRUPO: SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA CIVIL
SUBGRUPO: AGENTE DA AUTORIDADE POLICIAL
QUADRO DE CARREIRA: AGENTE DE POLÍCIA CIVIL

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA	
Níveis de Referência	Carreiras	(*)Cargos Existentes	Classe	(**) Cargos Compactados e Atualizados
1B	Investigador Policial - 586 Escrevente Policial - 259 Técnico em Necrópsia-10	855	I	875
1C	Investigador Policial - 203 Escrevente Policial - 147 Técnico em Necrópsia-10	619	II	870
1D	Investigador Policial - 147 Escrevente Policial - 104 Técnico em Necrópsia-8			
1E	Investigador Policial - 99 Escrevente Policial - 71 Técnico em Necrópsia - 5	282	III	708
1F	Investigador Policial - 64 Escrevente Policial - 40 Técnico em Necrópsia - 3			
2B	Comissário de Polícia Técnico Criminalístico-7	458	IV	567
2C	Comissário de Polícia Técnico Criminalístico-34			
2D	Comissário de Polícia Técnico Criminalístico-20	281	V	541
2E	Comissário de Polícia Técnico Criminalístico-11			
2F	Comissário de Polícia Técnico Criminalístico-9	102	VI	360
3B	Inspetor de Polícia			
3C	Comissário de Polícia e Inspetor de Polícia	29	VII	296
3D				
3E	Comissário de Polícia e Inspetor de Polícia	12	VIII	278
3F				
	Total	2.638	Total	4.496

(*) Cargos existentes conforme Lei Complementar nº 201, de 28 de setembro de 2000. (**) Cargos compactados e atualizados nos termos desta Lei Complementar.

ANEXO III
GRUPO: SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA CIVIL
SUBGRUPO: AGENTE DA AUTORIDADE POLICIAL
QUADRO DE CARREIRA: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Níveis de Referência	(*) Cargos Existentes	Classe	(**) Cargos Compactados e Atualizados
2B	203	IV	270
2C	138		
2D	105	V	181
2E	76		
2F	46	VI	108
3B		VII	42
		VIII	33
Total	568	Total	634

(*) Cargos existentes conforme Lei Complementar nº 201, de 28 de setembro de 2000. (**) Cargos compactados e atualizados nos termos desta Lei Complementar.

ANEXO IV
GRUPO: SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA CIVIL
SUBGRUPO: AGENTE DA AUTORIDADE POLICIAL
QUADRO DE CARREIRA: PSICÓLOGO POLICIAL CIVIL

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Níveis de Referência	(*)Cargos Existentes	Classe	(**) Cargos Compactados e Atualizados
3B	06	VI	200
3C	19		
3D	17	VII	104
3E	12		
3F	08	VIII	54
Total	62		

(*) Cargos existentes conforme Lei Complementar nº 201, de 28 de setembro de 2000.

(**) Cargos compactados e atualizados nos termos desta Lei Complementar.

Sub-Total		4.496
Escrivão de Polícia Civil	IV	270
	V	181
	VI	108
	VII	42
	VIII	33
Sub-Total		634
Psicólogo Policial Civil	VI	200
	VII	104
	VIII	54
Sub-Total		358
Total		5.488

ANEXO V
GRUPO: SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA CIVIL
SUGRUPO: AGENTE DA AUTORIDADE POLICIAL
QUADROS DE CARREIRAS: AGENTE DE POLÍCIA CIVIL, ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL E PSICÓLOGO POLICIAL CIVIL

CARREIRAS	CLASSE	QUANT. DE VAGAS
Agente de Polícia Civil	I	875
	II	870
	III	708
	IV	567
	V	541
	VI	360
	VII	296
	VIII	278

ANEXO VI

GRUPO: SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA CIVIL
SUBGRUPO: AGENTE DA AUTORIDADE POLICIAL
QUADRO DE CARREIRAS: AGENTE DE POLÍCIA CIVIL, ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL E PSICÓLOGO POLICIAL CIVIL

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA		
Níveis de Referência	Carreiras	Vencimento Básico (*)	Classe	Vencimento Básico (**)
1B	Investigador Policial Escrivente Policial	781,68	I	781,82
1C	Investigador Policial Escrivente Policial	844,22	II	906,76
1D	Investigador Policial Escrivente Policial	906,76		
1E	Investigador Policial Escrivente Policial	969,29	III	1.031,83
1F	Investigador Policial Escrivente Policial	1.031,83		
2B	Comissário de Polícia Escrivão de Polícia	1.219,44	IV	1.313,24
2C	Comissário de Polícia Escrivão de Polícia	1.313,24		
2D	Comissário de Polícia Escrivão de Polícia	1.407,05	V	1.500,84
2E	Comissário de Polícia Escrivão de Polícia	1.500,84		
2F	Comissário de Polícia Escrivão de Polícia	1.594,65	VI	1.813,53
3B	Inspetor de Polícia Psicólogo Policial	1.813,53		
3C	Inspetor de Polícia Psicólogo Policial	1.907,33	VII	2.001,14
3D	Inspetor de Polícia Psicólogo Policial	2.001,14		
3E	Inspetor de Polícia Psicólogo Policial	2.094,94	VIII	2.188,75
3F	Inspetor de Polícia Psicólogo Policial	2.188,75		

(**) Valores obtidos pelo acréscimo proporcional de vencimento de um padrão para o outro, mantendo-se os valores vigentes para o piso e o teto dos ocupantes das carreiras policiais referidas, com observância da garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos (art. 37, XV, da Constituição Federal).

Delegado de Polícia de Entrância Inicial	120	4.921,93
Delegado de Polícia de Entrância Final	155	5.454,00
Delegado de Polícia de Entrância Especial	60	6.060,00
Total	455	

(*) Fonte: Secretaria de Estado da Administração - SEA, em março de 2006.
(**) Valores obtidos pelo acréscimo proporcional de vencimento de uma entrância para a outra, mantendo-se os valores vigentes para o piso e o teto do vencimento dos ocupantes da carreira de Delegado de Polícia, bem como observando-se a garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos (art. 37, XV, da Constituição Federal).

ANEXO VII
GRUPO: SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA CIVIL
SUBGRUPO: AUTORIDADE POLICIAL
QUADRO DE CARREIRA: DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

Entrâncias de Delegados de Polícia	de Quadro da carreira (*)	Tabela de Vencimentos (em Reais) (**)
Delegado de Polícia Substituto	120	4.442,58

ANEXO VIII
GRUPO: SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA CIVIL
SUBGRUPO: AUTORIDADE POLICIAL
QUADRO DE CARREIRA: DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL
DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL	
GRUPO OPERACIONAL: OCUPAÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR - AUTORIDADE POLICIAL	CÓDIGO: SP-PC-AP
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Portador de Diploma de Bacharel em Direito e aprovação em curso de formação no órgão de ensino da Polícia Civil, com no mínimo 600 (seiscentas) horas-aula de duração.	
JORNADA DE TRABALHO: 40 horas semanais, com dedicação exclusiva.	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Planejar, programar, organizar, dirigir, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de polícia judiciária, de apuração de infrações penais e de polícia administrativa, no âmbito das suas atribuições constitucionais e legais.	
RESPONSABILIDADE: Chefia das atividades de polícia judiciária do Estado e de apuração de infrações penais, exceto as militares e de atividades meio de interesse policial civil e de segurança pública.	
ATRIBUIÇÕES	
DESCRIÇÃO DETALHADA	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Presidir, com exclusividade, procedimentos processuais relativos à polícia judiciária do Estado e à apuração de infrações penais, exceto as militares; 2. Dirigir as atividades administrativas de unidade policial civil; 3. Garantir o cumprimento das normas referentes a procedimentos processuais, prazos, documentos, registros, livros e arquivos da unidade policial; 4. Requisitar exames e perícias necessárias à apuração da infração penal; 5. Fornecer certidões, atestados e documentos no âmbito de suas atribuições; 6. Expedir certificado de registro de veículo, carteira nacional de habilitação, cédula de identidade civil, registro de porte de arma de fogo, carteira e atestado de blaster, alvarás, licenças e outros atos e documentos inerentes às atividades de competência da Polícia Civil; 7. Fiscalizar o uso de armas, munições, explosivos e outros produtos controlados e atividades de jogos e diversões públicas; 8. Presidir sindicâncias administrativas, disciplinares e processos disciplinares; 9. Dirigir, executar, orientar, coordenar e controlar os serviços de investigação policial, bem como elaborar, organizar e promover planos e operações direcionadas à segurança pública; 10. Representar pela expedição de atos judiciais e promover o devido cumprimento; 11. Arbitrar fiança nos termos da legislação vigente; 12. Promover periodicamente, reuniões de trabalho e de avaliação de desempenho com os funcionários que prestam serviço na unidade policial; 13. Manter intercâmbio com demais órgãos públicos, promovendo o intercâmbio de informações necessárias à execução, continuidade e aperfeiçoamento da atividade policial; 14. Comparecer, sempre que possível, nos locais da prática de infrações penais, coordenando e orientando as ações necessárias a sua elucidação; 15. Auxiliar, quando solicitado, na apuração de infração cuja competência seja de outra Autoridade Policial; 16. Expedir notificações de trânsito e multas previstas em lei de sua competência funcional; 17. Responsabilizar-se pelas necessidades de pessoal e material da unidade policial onde prestar exercício, solicitando, com antecedência, providências a quem de direito, necessárias ao seu atendimento; 18. Cumprir e fazer cumprir as leis e normas regulamentares, em especial as inerentes às atividades da Polícia Civil; 19. Exercer atividades administrativas de interesse policial civil ou de segurança pública; 20. Expedir atestados e certidões inerentes a sua atividade profissional; 21. Solicitar auxílio de unidades policiais, quando necessário para o bom desempenho das atividades do órgão onde presta exercício; 22. Elaborar relatório circunstanciado sobre as atividades, pessoal e material da unidade policial onde passar a prestar serviços e por ocasião da sua transferência definitiva para outro órgão; 23. Cumprir mandados de prisão, coordenar, participar de atividades operacionais, tais como: barreiras, operações de cumprimento de mandados de busca e apreensão. 24. Conduzir viaturas e realizar prisões, quando no cumprimento de ordens judiciais e situações de flagrância; 25. Chefiar e coordenar as diligências de cumprimento de mandados de busca e apreensão; 26. Outras atividades inerentes ao exercício das funções de Autoridade Policial, designadas pelo Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão. 	

ANEXO IX
GRUPO: SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA CIVIL
SUBGRUPO: AGENTE DA AUTORIDADE POLICIAL
QUADRO DE CARREIRA: AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: AGENTE DE POLÍCIA CIVIL	
GRUPO: SEGURANÇA PÚBLICA-POLÍCIA CIVIL	CÓDIGO: SP-PC-AP
SUBGRUPO: AGENTE DA AUTORIDADE POLICIAL	
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Portador de Diploma em Curso Superior e aprovação em curso de formação no órgão de ensino da Polícia Civil, com no mínimo 400 (quatrocentas) horas-aula de duração.	
JORNADA DE TRABALHO: 40 horas semanais, com dedicação exclusiva.	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA: executar os serviços de polícia judiciária e investigativa ou administrativa, sob a direção da autoridade policial ou do superior imediato, além de todas as atividades previstas em lei, inerentes ao exercício de seu cargo.	

ATRIBUIÇÕES**DESCRIÇÃO DETALHADA**

1. Conduzir viaturas policiais;
2. Cumprir os horários estabelecidos, bem como concorrer à escala de serviço e operações especiais para as quais seja designado;
3. Zelar pela manutenção das viaturas, dos equipamentos, armas e demais utensílios móveis e imóveis de sua unidade policial;
4. Operar todos os equipamentos de comunicação disponíveis na unidade policial a que pertencer;
5. Proceder à entrega de correspondências e intimações que lhe forem determinadas;
6. Informar a unidade policial, através de relatório sobre a conclusão de diligências que lhe forem incumbidas;
7. Velar permanentemente sobre todos os fatos e atos que possa interessar à prevenção e repressão de crimes e contravenções;
8. Deter, apresentando à autoridade policial competente, quem quer que seja encontrado em flagrante delito;
9. Permanecer em sua unidade policial durante o horário de trabalho, somente se ausentando quando autorizado ou nos casos previstos em lei ou regulamento;
10. Guardar sigilo sobre serviços que lhes forem confiados;
11. Dar ciência imediata à autoridade policial de fato ou ato delituoso;
12. Zelar pela manutenção da ordem pública em geral;
13. Cumprir com presteza as diligências e determinações superiores;
14. Operar sistema de comunicação nas centrais de rádio da polícia civil;
15. Controlar o tráfego de informações via rádio entre bases fixas, móveis e portáteis;
16. Utilizar linguagem técnica na radiocomunicação;
17. Zelar pelo equipamento de radiocomunicação;
18. Organizar e manter atualizados mapas de localização de ruas e logradouros;
19. Manter cadastro de endereços e telefones de todas as unidades policiais do Estado;
20. Fazer, quando competente para tanto, a manutenção e conserto dos equipamentos de radiocomunicação;
21. Desenvolver, sempre que possível, projetos, aplicativos e sistemas informatizados de interesse da polícia civil;
22. Proceder, quando competente, à instalação, manutenção e substituição dos equipamentos de informática;
23. Dar suporte técnico, quando possível, aos projetos, aplicativos e sistemas informatizados da polícia civil;
24. Executar, quando competente, o cadastramento e alimentação dos programas e aplicativos informatizados da polícia civil;
25. Executar em trabalho de equipe operações de resgate de reféns;
26. Realizar treinamento constante com finalidade de manter-se preparado para o enfrentamento de situações de alto risco;
27. Dar apoio tático operacional às unidades policiais, quando solicitado;
28. Manter cadastro e arquivo de criminosos e do crime organizado;
29. Exercer segurança para dignatários;
30. Executar outras operações de caráter especial;
31. Proceder à investigação criminal, mediante ciência e supervisão da autoridade policial, valendo-se de todos os mecanismos legais disponibilizados;
32. Deslocar-se imediatamente, quando não houver impedimento devidamente justificado, ao local da infração penal, providenciando para que não se alterem o estado e a conservação da coisa até a realização da perícia;
33. Realizar levantamento preliminar de local de crime ou que demande investigação policial, colhendo materiais e informações necessárias às providências da autoridade policial, quando houver risco de graves prejuízos à formação da prova pela ausência de perito oficial;
34. Emitir relatórios circunstanciados do curso das investigações;
35. Cumprir, quando designado, mandados policiais e judiciais;
36. Manter atualizados os arquivos e dados estatísticos da unidade policial, relativos à incidência criminal e seus infratores;
37. Atender ao público e registrar delitos e ocorrências trazidos ao seu conhecimento, dando ciência à autoridade policial;
38. Providenciar a expedição de guia para fins de exame pericial;
39. Solicitar auxílio de órgãos técnicos quando necessário;
40. Executar serviços de carceragem e transporte de presos provisórios, sob custódia da polícia civil, quando determinado;
41. Elaborar relatório diário das atividades desenvolvidas, formatando estatisticamente os registros efetuados, sua natureza e providências adotadas;
42. Atuar no recebimento e emissão de expedientes da unidade policial, mantendo organizado o correspondente arquivo documental;
43. Exercer atividades administrativas de interesse policial civil ou de segurança pública;
44. Exercer outras atribuições inerentes ao cargo ocupado, designadas pela Autoridade Policial.

ANEXO X

GRUPO: SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA CIVIL
SUBGRUPO: AGENTE DA AUTORIDADE POLICIAL
QUADRO DE CARREIRA: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL
DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL

GRUPO: SEGURANÇA PÚBLICA-POLÍCIA CIVIL

CÓDIGO: SP-PC-AP

SUBGRUPO: AGENTE DA AUTORIDADE POLICIAL

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Portador de Diploma em Curso Superior de Direito e aprovação em curso de formação no órgão de ensino da Polícia Civil, com no mínimo 400 (quatrocentas) horas-aula de duração.

JORNADA DE TRABALHO: 40 horas semanais, com dedicação exclusiva.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: lavrar e subscrever os autos e termos de sua competência, adotados na atividade de polícia judiciária, de forma contínua, providenciando sua tramitação normal, sob orientação do Delegado de Polícia.

ATRIBUIÇÕES

DESCRIZAÇÃO DETALHADA:

1. Cumprir ordens, despachos e outras determinações legais emanadas do Delegado de Polícia;
2. Executar os trabalhos cartorários das unidades policiais;
3. Cumprir os horários estabelecidos, bem como concorrer às escalas de serviços e operações especiais quando convocado;
4. Conduzir viaturas policiais, quando necessário;
5. Lavrar e subscrever os autos e termos de sua competência, adotados na atividade de polícia judiciária, de forma contínua, providenciando sua tramitação normal, sob orientação do Delegado de Polícia;
6. Contribuir para a preservação do patrimônio da unidade policial e zelar pelos equipamentos e materiais sob sua responsabilidade;
7. Adotar providências necessárias à expedição de mandados, dentre outros, de intimação às partes e requisição de servidores públicos, a fim de serem inquiridos;
8. Expedir certidões e providenciar cópia de documentos, após deferimento do Delegado de Polícia;
9. Providenciar o recolhimento da fiança arbitrada pela autoridade policial;
10. Acautelar objetos e valores vinculados a procedimento investigatório, em conformidade com o despacho do Delegado de Polícia;
11. Dar destinação a objetos e documentos vinculados a procedimentos policiais sob sua responsabilidade, cumprindo despacho do Delegado de Polícia;
12. Providenciar guia de exame pericial, no curso do procedimento policial;
13. Organizar mapas de estatística criminal e relatórios mensais das atividades do cartório sob sua responsabilidade e contribuir para a atualização dos arquivos da unidade policial;
14. Impedir a retirada da unidade policial de autos de procedimentos policiais, sem a expressa autorização do Delegado de Polícia;
15. **Cumprir mandados de prisão, coordenar, participar atividades operacionais, tais como: barreiras, operações de cumprimento de mandados de busca e apreensão;**
16. Cumprir, quando designado, mandados policiais e judiciais;
17. Executar outras operações de caráter especial;
18. Exercer atividades administrativas de interesse policial civil ou de segurança pública;
19. Exercer outras atribuições inerentes ao cargo ocupado, designadas pela Autoridade Policial.

ANEXO XI

GRUPO: SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA CIVIL
SUBGRUPO: AGENTE DA AUTORIDADE POLICIAL
QUADRO DE CARREIRA: PSICÓLOGO POLICIAL CIVIL
DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

DENOMINAÇÃO DO CARGO: PSICÓLOGO POLICIAL CIVIL	
GRUPO: SEGURANÇA PÚBLICA-POLÍCIA CIVIL	CÓDIGO: SP-PC-AP
SUBGRUPO: AGENTE DA AUTORIDADE POLICIAL	
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: portador de Diploma de Psicólogo, currículo de 05 (cinco) anos, e aprovação em curso de formação no órgão de ensino da Polícia Civil, com no mínimo 400 (quatrocentas) horas-aula de duração.	
JORNADA DE TRABALHO: 40 horas semanais, com dedicação exclusiva.	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA: emitir laudos psicológicos e demais funções inerentes ao cargo.	
ATRIBUIÇÕES	
DESCRIZAÇÃO DETALHADA:	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Prestar atendimento em psicoterapia aos policiais envolvidos com alcoolismo e drogas, ou em qualquer outra necessidade de natureza emocional e/ou funcional e, quando necessário, providenciar o encaminhamento a profissionais e instituições congêneres, bem como orientar seus familiares; 2. Proporcionar meios de superação no trato dos problemas de relacionamento, inadequação funcional e motivação dos servidores que atuam na área de segurança pública; 3. Realizar, por solicitação de órgãos das Secretarias de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e da Administração, avaliações psicológicas dos servidores que prestam serviços na área de segurança pública, em especial, nos casos de desajuste funcional ou qualquer outro problema de ordem comportamental; 4. Conduzir viaturas, acompanhar os policiais em locais de infração, nos quais haver partes emocionalmente alteradas; 5. Participar de operações, principalmente em situações críticas, que seja necessário o gerenciamento de crise; 6. Manifestar-se, quando solicitado, nos casos de concessão de auxílio-saúde, readaptação, aproveitamento, exoneração e demissão dos policiais civis ocupantes de cargos de provimento efetivo; 7. Propor meios de avaliação e acompanhamento do desempenho de policiais civis; 8. Atuar na área do desenvolvimento de recursos humanos, assessorando os órgãos deliberativos na identificação das necessidades de seu pessoal, bem como na definição de estratégias e aperfeiçoamento das atividades funcionais; 9. Apresentar programas de capacitação e aperfeiçoamento a partir das necessidades funcionais e motivacionais identificadas no pessoal, planejando, realizando e avaliando cursos e outras atividades de cunho profissional; 10. Desenvolver estudos e pesquisas objetivando ampliar o conhecimento sobre o comportamento humano que possam contribuir com os objetivos gerais da Polícia Civil e da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão; 11. Planejar e executar avaliações psicológicas, bem como elaborar e emitir os respectivos laudos psicológicos, especialmente, nos processos seletivos para provimento de cargos no âmbito da Polícia Civil e para concessão da licença para porte de arma para o policial civil aposentado; 12. Emitir laudos psicológicos nos casos suicídio, de personalidade de criminosos e adolescentes infratores, quando solicitado pela autoridade policial; 13. Proceder, quando solicitado por autoridade policial ou judiciária ou por membros do Ministério Público, apoio psicológico e perícias na sua área profissional como avaliações, pareceres e laudos psicológicos; 14. Integrar comissões e participar de atividades juntamente com outras entidades em assuntos de interesse da segurança pública; 15. Prestar, quando solicitado pela autoridade competente, atendimento psicológico à criança, ao adolescente, à mulher, e/ou ao homem envolvidos em infração criminal (na condição de vítima ou infrator) e, quando necessário, providenciar o encaminhamento aos órgãos competentes; 16. Participar, quando solicitado pela autoridade competente, no planejamento e execução de campanhas educativas referentes à violência, prevenção e combate a drogas, trânsito, e outros assuntos atinentes à segurança pública; 17. Exercer atividades administrativas de interesse policial civil ou de segurança pública; 18. Exercer demais atribuições inerentes ao cargo ocupado, designadas pela Autoridade Policial. 	

ANEXO XII
FUNÇÕES GRATIFICADAS

NOMENCLATURA	QUANTIDADE	GRATIFICAÇÃO
Responsável pelo expediente de Delegacia Municipal	188	O equivalente a um vencimento da carreira do Grupo: Segurança Pública-Polícia Civil, Subgrupo: Agente da Autoridade Policial, da carreira de Agente de Polícia, Padrão I.

*** X X X ***